



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVII – Nº 108 – QUINTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 2002 – BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente ⁽³⁾<i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> 1º Vice-Presidente <i>Edison Lobão – PFL – MA</i> 2º Vice-Presidente <i>Antonio Carlos Valadares – PSB – SE</i> 1º Secretário <i>Carlos Wilson – PTB – PE</i> 2º Secretário <i>Antero Paes de Barros – PSDB – MT</i></p>	<p>3º Secretário ⁽⁶⁾<i>Ronaldo Cunha Lima – PSDB – PB</i> 4º Secretário <i>Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>2º Marluce Pinto – PMDB – RR</i> <i>3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE</i> <i>4º Vago ⁽⁵⁾ – PSDB – RJ</i></p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Vago ⁽⁴⁾ Vago <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Juvêncio da Fonseca – PMDB – MS</i> <i>Gerson Camata – PMDB – ES</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSBD – TO</i> <i>Jefferson Pêres – Bloco Oposição – AM</i></p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Artur da Távola</i></p> <p>Vice-Líder <i>Romero Jucá</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Luiz Otávio</i></p> <p>LIDERANÇA DO PMDB – 23</p> <p>Líder <i>Renan Calheiros</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Gilvam Borges</i> <i>Marluce Pinto</i> <i>Amir Lando</i> <i>Alberto Silva</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16</p> <p>Líder <i>Geraldo Melo</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Freitas Neto</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 18</p> <p>Líder <i>José Agripino</i> Vice-Líderes <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Moreira Mendes</i> <i>Maria do Carmo Alves</i> <i>Bello Parga</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PPS) – 10</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i> Vice-Líderes <i>Emília Fernandes</i> <i>Tião Viana</i> <i>Roberto Freire</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PDT – 5</p> <p>Líder <i>Sebastião Rocha</i> Vice-Líder <i>Álvaro Dias</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 5</p> <p>Líder <i>Carlos Patrocínio</i></p> <p>Vice-Líder <i>Arlindo Porto</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder <i>Ademir Andrade</i></p> <p>Vice-Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>LIDERANÇA DO PL – 1</p> <p>Líder <i>José Alencar</i></p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 27/06/2001

(3) Eleito em 20/09/2001

(4) Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal

(5) O Senador Nilo Teixeira Campos deixa o exercício do mandato em 25/09/2001, em virtude da reassunção do titular

(6) Filiou-se ao PSDB, em 28/09/2001

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 9.10.2002

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 111ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE OUTUBRO DE 2002

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nºs 940 e 941, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora, respectivamente, sobre o Projeto de Resolução nº 82, de 2000, de iniciativa da Comissão Diretora, que dispõe sobre a Polícia do Senado Federal, e sobre as emendas oferecidas à matéria..... 18285

Nºs 942 e 943, de 2002, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo..... 18291

1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 644/2002, de 13 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1993 (nº 4.267/93, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Nelson Carneiro, que autoriza a criação da Fundação de Assistência ao Excepcional – FUNASE, e dá outras providências..... 18313

Nº 645/2002, de 13 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 600, de 1999 (nº 3.982/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Luiz Pontes, que acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto, e dá outras providências..... 18313

Nº 646/2002, de 13 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2001 (nº 5.732/2001, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta parágrafos ao art. 829 da

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as provas testemunhais na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.. 18313

Nº 647/2002, de 13 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 554, de 1999 (nº 3.170/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Luiz Estevão, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento integral para prevenir e tratar a obesidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde. 18313

Nº 1.408/2002, de 13 de setembro passado, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001 (nº 5.300/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Álvaro Dias, que institui o Dia Nacional do Cientista Social e dá outras providências. 18313

Nº 1.409/2002, de 13 de setembro passado, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999 (nº 3.673/2000, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências. 18313

Nº 1.410/2002, de 13 de setembro passado, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1995 (nº 3.185/97, naquela Casa), de autoria do Senador Odacir Soares, que define como crime contra o livre exercício do Poder Legislativo Federal ofensa à integridade corporal ou à saúde de membros desse Poder, e dá outras providências..... 18313

Nº 1.411/2002, de 13 de setembro passado, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1995 (nº 1.792/96, naquela Casa), de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Presidente da República a criar a Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências..... 18313

1.2.3 – Leitura de requerimento

Nº 506, de 2002, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a realização de Sessão

Especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dr. Ulysses Guimarães. À publicação. Será votado oportunamente.	18313	Vice-presidente da República e de Governadores de diversos estados.	18330
1.2.4 – Leitura de projeto		1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2002, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que dispõe sobre requisitos e condições para o registro de nomes de domínio na rede internet no Brasil. À Comissão de Educação, em decisão terminativa.	18316	SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações sobre as pesquisas eleitorais no Estado do Maranhão.	18330
1.2.5 – Comunicações da Presidência		SENADOR RAMEZ TEBET – Homenagens ao Estado do Mato Grosso do Sul pelo transcurso de seus 25 anos de existência, destacando o alento desenvolvimentista que experimenta e a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura. Gratidão ao povo sul-mato-grossense pela expressiva votação que o reconduziu ao Senado.	18334
Recebimento do Ofício nº 1.432/2002, de 1º do corrente, da Câmara dos Deputados, encaminhando a Mensagem nº 294, de 2002 (nº 821/2002, na origem), através da qual o Presidente da República solicita a retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2002 (nº 1.477/2001, naquela Casa), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural Venda Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, pelas razões que expõe. Será incluída em Ordem do Dia oportunamente.	18318	SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR – Agradecimento à população baiana pela consagração do Partido da Frente Liberal nas urnas.	18337
Estabelecimento de calendário para tramitação da Medida Provisória nº 72, de 2002, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 208.000.000,00, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica, e remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.	18318	SENADOR BERNARDO CABRAL – Transcurso, hoje, dos 100 anos do livro “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, monumento da literatura nacional.	18337
1.2.6 – Discursos do Expediente		SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Convicção de que os resultados das últimas eleições revelam o desejo da população por mudanças no País. Gratidão ao povo de Sergipe que o reelegeu ao Senado Federal.	18340
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Importância das manifestações de apoio à candidatura de Lula à Presidência da República. Defesa dos esforços diplomáticos para evitar a guerra dos Estados Unidos contra o Iraque.	18319	1.2.9 – Leitura de requerimentos	
SENADOR MAGUITO VILELA – Apoio à candidatura de Luíz Inácio Lula da Silva. Necessidade de promover as reformas estruturais.	18322	Nº 507, de 2002, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. À Mesa para decisão.	18341
SENADORA EMILIA FERNANDES – Reflexões sobre o desempenho do Partido dos Trabalhadores nas eleições e sobre as perspectivas de vitória de Lula e Tasso Genro.	18325	Nº 508, de 2002, de autoria do Senador Roberto Saturnino, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão.	18341
1.2.7 – Comunicação da Presidência		1.2.10 – Leitura de projetos	
Referente à deliberação da Mesa e das Lideranças Partidárias, em conformidade com o que preceitua o parágrafo único do artigo 38 e parágrafo único do artigo 2º, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, sobre a realização de sessões não deliberativas, no período de 10 a 27 do corrente, que antecede o segundo turno das eleições para os cargos de Presidente e		Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2002, de autoria do Senador Geraldo Melo, que institui incentivo fiscal destinado a estimular a contratação de jovens para o primeiro emprego e de trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	18342
		Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2002, de autoria do Senador Benício Sampaio, que considera despesas operacionais os gastos realizados por empresas em ações de prevenção de doenças cardiovasculares. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	18343
		1.2.11 – Leitura de requerimentos	
		Nº 509, de 2002, de autoria da Senadora Emília Fernandes, solicitando homenagens de pe-	

sar pelo falecimento do sociólogo José Eduardo Utzig, ocorrido na noite de ontem, dia 8. Aprovado.... 18345

Nº 510, de 2002, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando licença para tratamento de saúde, do dia 03 de outubro a 01 de novembro do corrente. À publicação. 18345

Nº 511, de 2002, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando licença para tratamento de assuntos de interesse particulares, sem remuneração, de 02 de novembro de 2002 a 31 de janeiro de 2003. À publicação..... 18345

1.2.12 – Ofícios

Nºs 108, 110 e 111/2002, de 9 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros nas Comissões Permanentes..... 18345

Nº 112/2002, de 9 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação do Senador Bello Parga como Vice-Líder do Partido da Frente Liberal. À publicação. 18346

1.2.13 – Comunicação da Presidência

Encaminhamento à Câmara dos Deputados do texto consolidado do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2002, conforme adequação redacional encaminhada pelo Senador Luiz Otávio, relator da matéria, aprovada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que já transcorreu o prazo sem interposição de recurso, previsto no § 3º do art. 91 do Regimento Interno. 18346

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. **Votação adiada** por falta de **quorum**. 18347

Item 2

Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2002 (nº 1.197/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. **Votação adiada** por falta de **quorum**. 18347

Item 3

Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2002 (nº 1.034/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

Capivari, Estado de São Paulo. **Votação adiada** por falta de **quorum**. 18347

Item 4

Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2002 (nº 1.111/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabapuã, Estado de São Paulo. **Votação adiada** por falta de **quorum**. 18347

Item 5

Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2002 (nº 1.057/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia. **Votação adiada** por falta de **quorum**. 18347

Item 6

Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2002 (nº 1.213/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia. **Votação adiada** por falta de **quorum**. .. 18348

Item 7

Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal (destina o percentual de cinco décimos por cento da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados para aplicação pelas Instituições Federais de Ensino Superior na Amazônia Legal). **Discussão encerrada em primeiro turno**. A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente, para votação em primeiro turno. 18348

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal (inclui na competência do Senado Federal a apreciação do processo de demarcação de terras indígenas). **Não houve oradores** na quarta sessão de discussão, em primeiro turno. 18348

Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2002 (nº 259/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências.

Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

18348

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2002 (nº 2.989/2000, na Casa de origem), que denomina "Avenida Engenheiro Emiliano Macieira" o trecho da BR 135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão. **Discussão encerrada** ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

18349

Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2002 (nº 1.233/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia – ARCSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

18349

Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2002 (nº 922/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

18349

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2002 (nº 967/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta-GO – ACCCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

18349

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2002 (nº 1.216/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a execu-

tar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

18349

1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Louvor aos artigos de Alain Touraine e Boaventura de Souza Santos, publicados no jornal **Folha de S.Paulo**, do último dia 4 deste mês, analisando possíveis resultados das eleições do Brasil e sua capacidade em liderar uma oposição ao neoliberalismo internacional.

18350

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADORA EMILIA FERNANDES – Convocação da sociedade para participar na terceira edição do Fórum Social Mundial de 2003, a realizar-se em Porto Alegre, em janeiro do próximo ano, sob o tema "A Paz é Possível".

18353

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Considerações sobre a "Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável", realizada recentemente em Joanesburgo, África do Sul.

18355

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 10, apresentadas à Medida Provisória nº 70, de 2002.

18357

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 51ª LEGISLATURA

4 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

5 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 111ª Sessão Deliberativa Ordinária em 9 de outubro de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares,
Antonio Carlos Júnior e Benício Sampaio.*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antero Paes de Barros –
Antonio Carlos Júnior – Antonio Carlos Valadares –
Arlindo Porto – Artur da Tavola – Benício Sampaio –
Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio
– Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduar-
do Suplicy – Emília Fernandes – Francelino Pereira –
Geraldo Althoff – Geraldo Melo – Heloísa Helena –
João Alberto Souza – Jorge Bornhausen – José Agri-
pino – José Jorge – José Sarney – Lauro Campos –
Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Luiz Otavio –
Maguito Vilela – Mauro Miranda – Ney Suassuna –
Osmar Dias – Paulo Souto – Ramez Tebet – Ricardo
Santos – Roberto Saturnino – Romeu Tuma – Ronal-
do Cunha Lima – Sérgio Machado – Tião Viana – Wal-
deck Ornelas

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) –
A lista de presença acusa o comparecimento de 40
Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bení-
cio Sampaio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES Nºs 940 E 941 DE 2002

**Sobre o Projeto de Resolução nº 82,
de 2000, de iniciativa da Comissão Dire-
tora, que dispõe sobre a Polícia do Sena-
do Federal.**

PARECER Nº 940, DE 2002

**Da Comissão de Constituição, Justi-
ça e Cidadania, sobre o Projeto de Reso-**

**lução nº 82, de 2000, que Dispõe sobre a
Polícia do Senado Federal.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

Ao projeto sub examen nesta Comissão, foram
oferecidas as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário, e nº 1
(Substitutiva), em que as rejeitamos, sem prejuízo,
contudo, da deliberação da Comissão Diretora quanto
ao mérito das referidas emendas.

O Senador Roberto Freire pediu vistas ao proje-
to e apresentou voto em separado pela rejeição.

A posteriori o eminente Senador Sebastião Ro-
cha apresentou voto em separado propondo altera-
ções no projeto.

II – Discussão

Como dissemos em outra oportunidade, “foram
observadas as normas constitucionais e as da Lei nº
8.112, de 1990, e suas alterações posteriores, referen-
tes aos servidores públicos federais”. Assim, verifica-
mos não haver óbice quanto ao aspecto de constituio-
nalidade, juridicidade e regimentalidade do projeto.

Ocorre entretanto, que diante das argumen-
tações levantadas pelo Senador Roberto Freire, bem
como do voto em separado do Senador Sebastião Ro-
cha, entendemos que o projeto pode ser aperfeiçoado.

Com essas considerações, e tendo em vista a
constitucionalidade de que está revestida a proposi-
ção, manifestamo-nos por sua Aprovação, adotan-
do-se, para o seu aperfeiçoamento, as seguintes
emendas:

EMENDA Nº 3-CCJ

Acrescente-se ao art. 2º do projeto, um parágra-
fo terceiro com a seguinte redação:

“§ 3º Fica assegurada aos Analistas
Legislativos, Área de Polícia e Segurança,
especialidade Segurança, e aos Técnicos
Legislativos, Área de Polícia, Segurança e

Transporte, especialidade Segurança, para garantia da manutenção de direitos, a opção de escolha, pelo prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Resolução, de realocação para o cargo de Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo e Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo. respectivamente.

EMENDA Nº 4–CCJ

Dê-se ao parágrafo único do art. 4º a seguinte redação:

“Parágrafo único. O servidor da Polícia do Senado Federal, a critério do Diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa, poderá ser submetido ao aperfeiçoamento profissional de suas atividades, caso suas atribuições assim exijam.”

EMENDA Nº 5–CCJ

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

“Art. 7º Nos casos de crime e ou prisão em flagrante nas dependências do Senado Federal, ressalvada a competência do Corregedor da Casa, compete ao Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal, ou a quem ele designar, após a adoção das medidas legais cabíveis, o encaminhamento do caso à Polícia Judiciária. dando-se notícia do ocorrido ao Primeiro-Secretário e ao Corregedor do Senado Federal.”

EMENDA Nº 6 – CCJ

Dê-se ao art. 8º a seguinte redação:

“Art. 8º É proibido o porte de arma de qualquer espécie, tanto nas dependências do Senado Federal, como nas suas extensões e órgãos supervisionados.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos Policiais Legislativos do Senado Federal e Câmara dos Deputados, quando inevitável o porte de arma, em face a excepcionalidade da circunstância que o exigir.

§ 2º Ocorrendo, nos locais sob a jurisdição da Polícia do Senado, o porte de arma não autorizado por esta Resolução, observar-se-á o preceituado no art. 7º.”

Sala da Comissão, 5 de setembro de 2001 –
Bernardo Cabral, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator – **Roberto Freire** (Contrário) – **Sebastião Ro-**

cha – Antônio Carlos Júnior – Bello Parga – José Agripino – Álvaro Dias – Casildo Maldaner (Favorável, com restrições) – **Maria do Carmo Alves – Wellington Roberto – Osmar Dias.**

VOTO EM SEPARADO

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Resolução do Senado no 82, de 2000, que dispõe sobre a Polícia do Senado Federal.

I – Relatório

O relator do Projeto de Resolução do Senado nº 82, de 2000, que “dispõe sobre a Polícia do Senado Federal”, Senador Romeu Tuma, considerou que a Polícia criada pelo Projeto cumpre o disposto na Constituição Federal e no Regimento Interno do Senado, além de observar o disposto na Lei nº 8.112, de 1990. Conclui o relator, conseqüentemente, pela aprovação do projeto.

A meu ver, entretanto, o projeto é inconstitucional, além de constituir-se em excesso dispensável, pelas razões que explicito a seguir.

II – Voto

Temos defendido em diversas ocasiões uma profunda reforma das instituições de Polícia, inclusive defendendo a reestruturação da segurança pública, com a criação de uma única polícia, civil, armada e uniformizada. Em razão disso, nos parece desproporcional a idéia de criar-se uma Polícia própria do Senado Federal, especialmente quando já se tem, a meu ver, uma Subsecretaria de Segurança Legislativa que exerce, de maneira eficiente, os poderes de polícia que se quer atribuir agora a um órgão interno. Sem contar ademais a possibilidade de requisição de agentes policiais, conforme a necessidade e a seriedade do caso.

Há um grave equívoco no Projeto de Resolução nº 82, de 2000. Entendemos que, nos termos do art. 144 da Constituição Federal, só há uma Polícia, da qual fazem parte os diversos órgãos policiais públicos ali referidos e que estão sob a jurisdição do Executivo; em seu § 1º, inciso IV, exige-se a exclusividade judiciária da União para a Polícia Federal. Portanto, a proposição em tela fere o citado dispositivo, ao permitir a criação de uma estrutura institucional voltada para as tarefas e com prerrogativas da Polícia judiciária.

Certamente, os órgãos policiais públicos estão impedidos de executar atividades policiais nas dependências do Senado Federal, a não ser mediante soli-

citação da Casa ou sob sua permissão. Mas essa possibilidade de permissão existe, pode e deve ser utilizada quando as instâncias competentes considerarem necessário. De outro lado, o que nos parece é que o Senado deve pretender regulamentar o poder de Polícia e não criar um corpo de polícia, o que vai de encontro ao preceito posto na Carta de 1988. Pode-se modernizar ou reformar a Segurança do Senado, idéia bem-vinda, mas não transformá-la em corpo policial. Somos contrários, portanto, à idéia norteadora do Projeto.

Agora, os excessos. O primeiro deles diz respeito à autorização para porte e uso de armas pela Subsecretaria de Segurança da Casa. Estabelece hoje o Regimento Interno do Senado Federal, em seu art. 663, a proibição do porte de armas, enquanto o Projeto de Resolução nº 82, de 2000, pretende legitimar o uso de armas dentro do Senado. Ora, temo-nos mostrado amplamente favoráveis ao desarmamento da sociedade civil como estratégia para diminuição da violência. Não podemos, portanto, estar favoráveis ao maior armamento dentro da Instituição. É inadmissível a permissão para tal, uma vez que a ninguém deve ser permitido armar-se na sede do Poder Legislativo.

Somos igualmente contrários à idéia exorbitante de que a segurança do Presidente do Senado Federal, “em qualquer localidade do território nacional e no exterior”, deve ser atendida pela citada Subsecretaria, posto que tal iniciativa é fator de aumento de gastos com passagens e diárias, abrindo espaço para irregularidades e abusos no trato da coisa pública. Quando essa segurança fizer-se necessária, que se faça à solicitação à Polícia Federal e até às Forças Armadas, dada a especificidade desses órgãos, responsáveis constitucionais pela segurança de nossas autoridades.

Outra concepção trazida pelo projeto, que se tem tornado corrente na administração pública e da qual somos críticos, é a da terceirização dos serviços prestados. Parece-nos preocupante defender a criação de uma polícia da Casa e ao mesmo tempo prever que ela, no médio ou no longo prazo, poderá ser exercida por segurança privada. Muitas têm sido as denúncias de irregularidades nas contratações terceirizadas, desde licitações fraudulentas, corrupção, enriquecimento ilícito a descumprimento de contrato para com os trabalhadores envolvidos. Portanto, quando se levantam dúvidas contra as terceirizações, não nos parece sensato promovê-la no âmbito da Casa, particularmente na área de segurança.

Há ainda no Projeto outras questões menores, sobre as quais não me alongarei, mas que devo citar:

uma delas é a criação da figura de “delegado” responsável pelos inquéritos (Diretor de Polícia do Senado Federal), que elaboraria o auto de prisão em flagrante, interrogaria o preso e colheria o depoimento das testemunhas, configurando-se clara exorbitância de funções; outra, o treinamento dos servidores: somos amplamente favoráveis à qualificação de servidores, mas isso deve fazer parte de uma política de Recursos Humanos da Casa e não constar, absurdamente, de um Projeto de Resolução. Embora marginais, essas são questões relevantes e reforçam a negatividade da Proposta.

Em vista do exposto, votamos contra o relatório apresentado.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2001. – **Roberto Freire.**

VOTO EM SEPARADO

Perante à Comissão de Constituição, Justiça E Cidadania, sobre o Projeto de Resolução nº 82, de 2000, que Dispõe sobre a Polícia do Senado Federal.

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Resolução em epígrafe, de autoria da Comissão Diretora, apresentado nos termos do art. 98, II e III, do Regimento interno do Senado Federal, com a finalidade de dispor sobre a polícia interna da Casa.

O Projeto compõe-se de doze artigos e a ele foi apresentada a Emenda nº 1 (Substitutiva), de autoria do eminente senador Gilvam Borges, com o objetivo de aperfeiçoar o Projeto original mediante a introdução de algumas mudanças, entre as quais a garantia do direito de o servidor optar pela sua redistribuição para a área de Processo Legislativo, a subordinação da Polícia Legislativa diretamente à Primeira-Secretaria da Mesa, o exercício de sua direção somente por servidor de carreira do Senado Federal, exclusivo da Área de Polícia, e, ainda, estabelece o livre porte de armas para o Policial Legislativo do Senado Federal em todo o território nacional.

II – Voto

Justificamos o nosso voto em separado, amparado no art. 132, § 6º I, do Regimento Interno, em razão de não concordarmos integralmente com a conclusão do Relator do PRS nº 82, de 2000, que opinou pela sua aprovação, com a rejeição da Emenda Substitutiva que a ele foi apresentada.

Entendemos que a transformação da Subsecretaria de Segurança Legislativa do Senado Federal em órgão de Polícia do Senado Federal acarretará a transformação do cargo de Analista Legislativo e Técnico Legislativo, Área de Segurança, para Área de Polícia. A nosso juízo, essa mudança causará lesão de direitos adquiridos, por exemplo, daqueles servidores que são advogados e que passarão a exercer atividade incompatível com a advocacia, segundo disposto no artigo 28, inciso V, da Lei nº 8.906/94, se o Projeto for aprovado na forma proposta pelo Relator. Portanto, a opção de escolha pela redistribuição para outra área do cargo de Analista ou Técnico Legislativo, conforme o caso, pelo prazo de sessenta dias após a publicação da resolução, é demonstração de respeito ao direito adquirido.

Com o objetivo de evitar a violação a esse direito, incluímos na Emenda nº 1 (Substitutiva), apresentada ao Projeto, a garantia de redistribuição de servidores, por determinado prazo, conforme prevê o § 3º do seu art. 2º, sugestão essa que, no entanto, não foi acatada pelo Relator da matéria.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PRS nº 82, de 2000, nos termos da seguinte:

EMENDA Nº (SUBSTITUTIVA)

(Ao Projeto de Resolução nº 82, de 2000)

Dispõe sobre a Polícia do Senado Federal.

O Senado Federal resolve;

Art. 1º A Mesa fará manter a ordem e a disciplina nas dependências sob a responsabilidade do Senado Federal.

Art. 2º A Subsecretaria de Segurança Legislativa, unidade subordinada ao Primeiro-Secretário do Senado Federal, é órgão de Polícia Legislativa Federal do Senado Federal.

§ 1º São consideradas atividades típicas da Polícia do Senado Federal as de:

I – segurança do Presidente do Senado Federal, em qualquer localidade do território nacional e no exterior;

II – segurança dos Senadores e autoridades brasileiras e estrangeiras sob a responsabilidade do Senado Federal, em qualquer localidade do território nacional e no exterior, quando solicitadas;

III – policiamento nas dependências sob a jurisdição do Senado Federal;

IV – revista e de busca pessoal;

V – inteligência;

VI – registro;

VII – investigação e de sindicância compatíveis com os objetivos do órgão policial.

§ 2º A Direção da Polícia Legislativa do Senado Federal será exercida por servidor de carreira do Senado Federal, exclusivo da área de Polícia; e as atividades típicas da Polícia Legislativa Federal do Senado Federal, serão exercidas exclusivamente por Analistas Legislativos, Área de Polícia e Segurança, especialidade Segurança; e por Técnicos Legislativos, Área de Polícia, Segurança e Transporte, especialidade Segurança.

§ 3º Fica assegurada aos Analistas Legislativos, Área de Polícia e Segurança, especialidade Segurança, e aos Técnicos Legislativos, Área de Polícia, Segurança e Transporte, especialidade Segurança, para garantia da manutenção de direitos, a opção de escolha, pelo prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Resolução, de redistribuição para o cargo de Analista Legislativo, Área de Processo Legislativo e Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, respectivamente.

Art. 3º Caberá à Polícia do Senado Federal dar cumprimento às determinações da Mesa e servir como órgão de apoio à Corregedoria Parlamentar do Senado Federal.

§ 1º Representação Externa do Senado Federal, Comissão Parlamentar de Inquérito e Senadores poderão ser acompanhados pela Polícia da Casa, desde que haja autorização expressa da Mesa.

§ 2º O policiamento das dependências externas do Senado Federal será feito, ordinariamente, pela Polícia da Casa, podendo ser feito, caso haja necessidade, com o auxílio de qualquer outra força policial, mediante convênio ou solicitação expressa da Mesa Diretora, e dirigida por pessoa competente, que por ela for designada.

§ 3º Nas dependências internas do Senado Federal e nas de sua responsabilidade, é vedada a atuação de qualquer força policial, exceto quando legalmente autorizadas pela Mesa.

Art. 4º A Polícia do Senado Federal deverá manter suas atividades sem interrupção e em regime de escalas a serem definidas pelo Diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa e homologadas pelo Diretor-Geral.

Parágrafo único. O servidor da Polícia do Senado Federal poderá dedicar até dez horas de sua jornada semanal de trabalho no aperfeiçoamento profissional de suas atividades.

Art. 5º Compete ao Diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa, se não houver designação di-

versa do Diretor-Geral, a presidência de qualquer investigação relacionada com as atribuições regulamentares do órgão de polícia do Senado Federal.

§ 1º A Polícia do Senado Federal, nas investigações de suas competência e desde que autorizada pelo Diretor-Geral, poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados.

§ 2º Serão observados, nas investigações, os preceitos do Código de Processo Penal brasileiro e procedimentos técnicos da Polícia Judiciária da União, no que lhe forem aplicáveis.

Art. 6º O Diretor da Polícia do Senado Federal, por determinação do Diretor-Geral, poderá revistar e realizar busca pessoal nas dependências do Senado Federal, elaborando, nesse caso, o respectivo auto.

Parágrafo único. A revista nos gabinetes dos Senadores somente poderá ser realizada com a autorização do respectivo parlamentar.

Art. 7º Nos casos de crime e ou prisão em flagrante nas dependências do Senado Federal, ressalvada a competência do Corregedor da Casa, compete ao Diretor da Polícia Legislativa do Senado Federal, ou a quem ele designar, elaborar o auto de prisão em flagrante, proceder ao interrogatório e colher o depoimento das testemunhas, providenciando, então, o encaminhamento do caso à Polícia Judiciária, dando-se notícia do ocorrido ao Primeiro-Secretário e ao Corregedor do Senado Federal.

Art. 8º É proibido o porte de arma de qualquer espécie, tanto nas dependências do Senado Federal, como nas suas extensões e órgãos supervisionados.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos Policiais Legislativos do Senado Federal e Câmara dos Deputados, assim como às pessoas que, por expressa imposição legal, só possam exercer as respectivas atividades profissionais, da Casa, portando armamento, nem àquelas designadas para prestar segurança pessoal a autoridades nacionais ou estrangeiras, desde que, neste último caso, haja comunicação escrita à Diretoria de Polícia Legislativa Federal do Senado Federal, com antecedência mínima de quarenta e oito horas, indicando o tipo e número do armamento a ser utilizado, assim como os nomes das pessoas destacadas para esse fim.

§ 2º Ocorrendo, nos locais sob a jurisdição da Polícia do Senado, o porte de arma não autorizado por esta Resolução, será lavrado o auto de apreensão da arma, informando-se imediatamente ao Corregedor, que adotará as providências legais pertinentes ao caso.

§ 3º O Policial Legislativo Federal do Senado Federal, devidamente qualificado, tem livre porte de armas em todo território nacional, devendo as autoridades prestar-lhe todo apoio necessário para o desempenho de sua missão.

Art. 9º O Policial Legislativo Federal do Senado Federal será identificado por documento próprio, subscrito pelo Presidente do Senado Federal.

Art. 10. Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer no edifício principal do Senado Federal e seus anexos durante o expediente, e assistir dos locais autorizados às sessões do Plenário e às reuniões das Comissões.

Parágrafo único. O espectador ou visitante que se comportar de forma inconveniente, a juízo do Presidente do Senado Federal ou de Comissão, bem como qualquer pessoa que perturbar a ordem em recinto da Casa, será compelido a sair, imediatamente, dos edifícios do Senado.

Art. 11. O Policial Legislativo Federal poderá dar apoio às demais polícias em suas missões e/ou na manutenção da ordem pública, por solicitação ou quando as circunstâncias exigirem, vedada a livre atuação em missões e atribuições que não lhe sejam afetas.

Art. 12. Ficam revogados o **caput** e os §§ 1º e 2º do art. 663 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão – **Sebastião Rocha**.

PARECER Nº 941, DE 2002

Da Comissão Diretora, sobre as emendas de nºs 1 e 2, de Plenário apresentadas ao Projeto de Resolução nº 82, de 2000, que dispõe sobre a Polícia do Senado Federal.

Relator: Senador **Carlos Wilson**

I – Relatório

São submetidas ao exame desta Comissão Diretora as emendas nºs 1 e 2, de Plenário, oferecidas ao Projeto de resolução nº 82/2000, que trata da Polícia do Senado Federal.

Encaminhado à apreciação da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania - CCJ, recebeu o Projeto novas emendas, uma substitutiva, do Senador Gilvam Borges e dois Votos em Separado, um do Senador Roberto Freire, contrário ao Projeto **in to-**

tun, e outro do Senador Sebastião Rocha, que concluiu pela apresentação de uma emenda substitutiva.

O Relator da matéria na CCJ, Senador Romeu Tuma, entendeu pela constitucionalidade e legalidade do Projeto, aperfeiçoando-o com a apresentação de quatro emendas.

II – Análise

Após análise detalhada das valiosas proposições oferecidas pelos citados parlamentares, esta Comissão tem a considerar que:

1 – Dispositivo constitucional fixa como competência privativa do Senado Federal “dispor sobre polícia”;

2 – O Regimento Interno da Casa - Resolução nº 93, de 1970, com vistas a atender ao previsto pela Constituição Federal, atribui à Comissão Diretora a competência para regulamentar a polícia interna do Senado Federal; e

3 – É da Mesa a responsabilidade pela ordem e disciplina nas dependências desta Casa.

Assim, visto ser da competência privativa do Senado Federal, na conformidade do art. 52, inciso XIII, da Constituição Federal, e do art. 98, inciso II, do seu Regimento Interno, e tendo por fundamento o princípio de que a competência é irrenunciável, não há de se admitir que a jurisdição da Mesa, originária de dispositivo constitucional, seja desrespeitada ou desconhecida.

A Subsecretaria de Segurança Legislativa do Senado Federal, por já desempenhar tarefas pertinentes ao objeto do presente Projeto e contar com efetivo funcional em quantitativo suficiente, é o órgão indicado ao apoio à Mesa no exercício da atividade de polícia a ela afeta.

Por todas essas razões, apresentamos emenda substitutiva ao Projeto em discussão, no intuito não só de preservar essa competência, mas também objetivando dar fim a conflitos identificados entre organismos da atividade de polícia de Brasília, que se furtam da apuração de ocorrências nos próprios do Senado, sob a alegação de que é atribuição desta Casa - nos termos da Constituição Federal - a exemplo do que ocorre na Câmara dos Deputados.

A implementação de todos os procedimentos decorrentes desta Resolução, em razão da falta de recursos materiais e do tempo que demanda a capacitação desse corpo funcional, far-se-á gradativamente, na medida em que forem supridas essas necessidades, por Ato da Comissão Diretora, posto que esta detém o poder de polícia originário.

III – Voto

Com essas considerações, somos pela Aprovação do Projeto, na forma da emenda a seguir:

EMENDA Nº 7 SUBSTITUTIVO – CDIR (ao Projeto de Resolução nº 82, de 2000)

Dispõe sobre o Poder de Polícia do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Mesa fará manter a ordem e a disciplina nas dependências sob a responsabilidade do Senado Federal.

Art. 2º A Subsecretaria de Segurança Legislativa, unidade subordinada à Diretoria Geral, é o órgão de Polícia do Senado Federal.

§ 1º São consideradas atividades típicas de Polícia do Senado Federal:

I – a segurança do Presidente do Senado Federal, em qualquer localidade do território nacional e no exterior;

II – a segurança dos Senadores e autoridades brasileiras e estrangeiras, nas dependências sob a responsabilidade do Senado Federal;

III – a segurança dos Senadores e de servidores em qualquer localidade do território nacional e no exterior, quando determinado pelo Presidente do Senado Federal;

IV – o policiamento nas dependências do Senado Federal;

V – o apoio à Corregedoria do Senado Federal;

VI – as de revista, busca e apreensão;

VII – as de inteligência;

VIII – as de registro e de administração inerentes à Polícia;

IX – as de investigação e de inquérito.

§ 2º As atividades típicas de Polícia do Senado Federal serão exercidas exclusivamente por Analistas Legislativos, Área de Polícia e Segurança e por Técnicos Legislativos, Área de Polícia, Segurança e Transporte, desde que lotados e em efetivo exercício na Subsecretaria de Segurança Legislativa.

Art. 3º É proibido o porte de arma de qualquer espécie nas dependências do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados, excetuado aos servidores no exercício de atividade típica de polícia, e com a autorização expressa do Presidente do Senado Federal.

§ 1º A autorização de que trata este artigo dependerá de prévia habilitação em curso específico e avaliação psicológica, renovados periodicamente e de treinamento em estandes oficiais.

§ 2º Ato da Comissão Diretora disciplinará as situações especiais não previstas no **caput** deste artigo.

Art. 4º Na hipótese de ocorrência de infração penal nas dependências sob a responsabilidade do Senado Federal, instaurar-se-á o competente inquérito

policial presidido por servidor no exercício de atividade típica de polícia, bacharel em Direito.

§ 1º Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe forem aplicáveis.

§ 2º O Senado Federal poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar na realização do inquérito.

§ 3º O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade judiciária competente.

Art. 5º Os servidores lotados e em efetivo exercício na Subsecretaria de Segurança Legislativa passam a ser identificados por documento próprio.

Art. 6º Fica assegurada aos Analistas Legislativos, Área de Polícia e Segurança, especialidade Segurança, e aos Técnicos Legislativos, Área de Polícia, Segurança e Transporte, especialidade Segurança, a opção, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Resolução, por cargo equivalente na Área

de Processo Legislativo, em que ficam transformados os cargos ocupados pelos optantes.

Art. 7º Os procedimentos decorrentes do disposto nesta Resolução serão regulados por Atos da Mesa Diretora e por Provimentos da Corregedoria, devendo, até a sobrevinda da regulamentação, o pedido não parlamentar ser encaminhado imediatamente à polícia judiciária.

Art. 8º Revogam-se o artigo 663, **caput**, §§ 1º e 2º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal; o inciso III, do artigo 2º, da Resolução nº 63, de 1997; e o art. 6º da Resolução nº 61, de 1980.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, – **Ramez Tebet – Antonio Carlos Valadares – Mozarildo Cavalcanti – Edson Lobão – Carlos Wilson.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO IV

Da Organização dos Poderes

SEÇÃO IV

Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Ofício nº 159/2002-PRSECR

Brasília, 11 de setembro de 2002

Senhor Secretário-Geral,

Incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Senador Carlos Wilson, Primeiro-Secretário do Senado Federal, para encaminhar a essa Secretaria Geral da Mesa, o Projeto de Resolução do Senado nº 82, de 2000, que “dispõe sobre a Polícia do Senado Federal”, devidamente relatado por Sua Excelência e aprovado pela Comissão Diretora.

Reitero minha expressão de estima e apreço. -
Luiz Cláudio de Brito, Chefe de Gabinete.

PARECERES NºS 942 E 943, DE 2002

Sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo.

PARECER Nº 942, DE 2002

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 2001, que “dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo.”

Relator: Senador **Osmar Dias**

Relator *ad hoc*: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

É submetido à análise desta Casa o Projeto de Resolução nº 6, de 2001, de autoria do ilustre Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a estrutura e funcionamento da Subsecretaria de Arquivo.

O Projeto de Resolução em comento reestrutura a Subsecretaria de Arquivo desta Casa, ampliando de dois para seis o número de serviços a ela subordinados. Além disso, a proposição institui a Especialidade Arquivologia nos níveis superior e intermediário do Quadro de Pessoal desta Casa, ao mesmo tempo em que cria, mediante transformação, quinze cargos dessa Especialidade em cada um deles.

O projeto, também, cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal, determina o recolhimento, na Subsecretaria de Arquivo, dos documentos que instruem petições e representações dirigidas a esta Casa e prevê que o integram o Ato da Comissão Diretora que institui o Sistema de Arquivo e Controle de Documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional (SIARQ-SF), como parte do Sistema de Arquivos do Poder Legislativo Federal e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), de acordo com o disposto no art. 17 da Lei nº 8.159, de 8 de março de 1991 e no inciso III, do art. 12 do Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994.

O seu ilustre autor justifica a proposição afirmando que o presente projeto de resolução tem por fim enquadrar a estrutura administrativa da Subsecretaria de Arquivo em uma nova realidade, com o objetivo de compatibilizar o Senado Federal à legislação arquivística vigente, principalmente à vista do disposto na Constituição Federal (art. 23, I e II; 24, VII e VIII; e 216, IV e §§ 1º, 2º e 4º).

O Projeto não recebeu emendas.

É o relatório.

II – Voto

O requisito de constitucionalidade formal é atendido pelo Projeto de Resolução nº 6, de 2001, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em Resolução do Senado Federal (Constituição Federal, art. 52, XIII).

A proposição encontra guarida nos objetivos preconizados pela Política Nacional de Arquivos, com ênfase no aprimoramento do processo de gestão documental e na garantia da preservação e conservação dos documentos, vindo, com certeza, propiciar à Casa o fortalecimento de seu processo decisório e facultando ao cidadão o acesso à informação, conforme o alcance estabelecido na Constituição Federal (arts. 23, III, e 216, § 2º).

Quanto à transformação de cargos, preconizada no art. 2º do projeto, a fim de atender a inclusão no Quadro de Pessoal do Senado Federal da especialidade arquivologia, nada a objetar uma vez que, conforme estabelece o parágrafo único desse artigo os cargos dessa especialidade somente poderão ser preenchidos mediante concurso público e os candidatos aprovados, uma vez empossados, terão exercício exclusivo na Subsecretaria de Arquivo, vedada, em qualquer hipótese, sua lotação em outros órgãos do Senado Federal e o atendimento de sua requisição por órgãos da Administração Pública.

Assim, no que se refere à competência desta Comissão estabelecida no art. 101, inciso I, do Regimento Interno, nada temos a opor ao projeto, quanto aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, sendo o mesmo, de todo conveniente e oportuno, razão por que, o nosso parecer lhe é favorável, podendo, assim, ser submetido ao crivo da douta Comissão Diretora, a quem compete exercer a administração interna da Casa, nos termos do art. 98 e seu inciso IV do Regimento Interno, que melhor falará quanto ao mérito da proposição.

Do ponto de vista da técnica legislativa, parece-nos, tão-somente, necessário proceder-se a algumas correções de redação no projeto, com vistas à correção de incorreções materiais e de remissão.

A vista do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ

Renumerem-se os incisos VI, VII e VIII do parágrafo único do art. 169 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, na redação dada pelo art. 1º do PRS nº 6, de 2001, como incisos V, VI e VII, respectivamente.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 10 do PRS nº 6, de 2001, a seguinte redação:

“Art. 10. É revogada a Seção II, “Da Subsecretaria de Arquivo”, do Capítulo I, “Das disposições especiais”, do Título “Das disposições especiais, gerais e transitórias”, do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972).

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2001. –
Bernardo Cabral, Presidente – **Romeu Tuma**, Relator **Ad hoc** – **Antônio Carlos Júnior** – **Jefferson Peres** – **Pedro Simon** – **Marluce Pinto** – **Romero Jucá** – **Bello Parga** – **José Agripino** – **José Eduardo Dutra** – **Ricardo Santos** – **Luiz Otávio** – **Artur da Távola** – **Francelino Pereira**.

PARECER Nº 943, DE 2002**Da Comissão Diretora do Senado Federal, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2001, que “dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.”**Relator: Senador **Carlos Wilson****I – Relatório**

Em pauta o Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2001, que “dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal.”

De autoria do nobre Senador Lúcio Alcântara, o art. 1º do Projeto de Resolução em pauta altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, conforme a Resolução nº 9, de 1997, reestruturando a Subsecretaria de Arquivo da Casa, que passaria a contar com quatro novos serviços, o que implica em um total de seis serviços nesta subsecretaria.

O art. 2º do projeto sob análise institui a Especialidade Arquivologia nos níveis superior e intermediário do Quadro de Pessoal da Casa, por intermédio da transformação de cargos vagos atualmente existentes. O art. 3º determina as competências dos novos cargos.

O art. 4º cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Senado Federal com a incumbência de elaborar e atualizar o Código de Classificação de Documentos de Arquivo e a Tabela Básica de Temporalidade de Documentos de Arquivo, e providenciar a relação dos documentos que devam ser eliminados, a ser submetida à Comissão Diretora.

O art. 5º estabelece que os documentos que instruírem petições ou representações dirigidas ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional serão recolhidos à Subsecretaria de Arquivo, quando não devam ser encaminhados à Câmara dos Deputados.

O art. 6º determina que os processos originários da Administração Pública, que instruírem proposições definitivamente arquivadas, poderão ser devolvidos ao órgão de origem, quando solicitadas.

O art. 7º integra a esta Resolução, no que couber, os termos do Ato da Comissão Diretora que instituiu o sistema de Arquivo e Controle de Documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional – SIARQ-SF, como parte do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, em conformidade com a Lei nº 8.159, de 8 de março de 1991, e com o Decreto nº 1.173, de 29 de junho de 1994.

O art. 8º autoriza a então Subsecretaria de Administração de Pessoal a republicar o Regulamento Administrativo do Senado Federal, com as altera-

ções decorrentes desta Resolução. O art. 9º determina que esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e o art. 10 revoga as disposições que especifica.

A matéria foi submetida à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo merecedor de parecer favorável, com a apresentação de duas emendas, relativas à técnica legislativa.

É o relatório.

II – Voto

A importância da organização e guarda dos documentos do Senado Federal é incontestável, pois a preservação da memória nacional sempre foi uma das prioridades desta Casa.

O presente Projeto de Resolução objetiva adequar a estrutura da Subsecretaria de Arquivo às reais necessidades do setor, para que esta Subsecretaria possa cumprir a contento suas obrigações. Por esta razão, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Resolução nº 6, de 2001, com a apresentação da seguinte emenda:

EMENDA Nº 3–CDIR

Dê-se aos arts. 8º e 10º do Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2001, a seguinte redação:

“Art. 8º É a Comissão Diretora autorizada a consolidar, mediante ato a ser expedido no prazo de 90 (noventa) dias, o Regulamento Administrativo do Senado Federal com as alterações decorrentes da Resolução nº 9, de 1997, e das Resoluções posteriores a ela, inclusive esta, assim como dos Atos da Comissão Diretora editados para cumprir o disposto no art. 16 da Resolução nº 9, de 1997.

.....
Art. 10. São revogados os arts. 242 a 247 e 637 a 643 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), os arts. 169 a 172 também do Regulamento Administrativo, com a redação dada pela Resolução nº 9, de 29 de janeiro de 1997, e o art. 30 da Resolução nº 9, de 1997.”

Justificação

A emenda objetiva inserir na hierarquia de Resolução – no caso a Resolução nº 58, de 1972, que “dispõe sobre o Regulamento Administrativo do Senado Federal” – todos os Atos editados pela Comis-

são Diretora em cumprimento ao art. 16 da Resolução nº 8, de 29 de janeiro de 1997. Dessa forma, todos esses Atos resultariam convalidados como resoluções, uma vez aprovado o PRS nº 6, de 2001.

De forma similar, o propósito desta emenda é fazer cumprir a determinação contida no art. 30 da Resolução nº 9, de 1997, mas que até hoje não foi exe-

cutado: a consolidação do Regulamento Administrativo do Senado Federal, necessária em virtude das inúmeras alterações ocorridas ao longo dos anos.

Sala de Reuniões, – **Ramez Tebet – Mozarildo Cavalcanti – Carlos Wilson – Antonio Carlos Valadares – Ronaldo Cunha Lima.**

ATOS A QUE SE REFEREM A EMENDA Nº 3-CDIR

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/68 e
alterado pelos Atos da Comissão Diretora nº 58/92 e 13/96*

Nº 1652-S

Segunda-feira, 6 de abril de 1998

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 04, DE 1998

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista que a Resolução nº 09, de 1997, criou, na estrutura organizacional do Senado Federal, a Secretaria Especial de Editoração e Publicações, em substituição ao antigo Centro Gráfico do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º - As estruturas das Carreiras de Especialização em Atividades Legislativas e Especialização em Artes Gráficas são unificadas forma do Anexo a este Ato.

Art. 2º - A atual numeração de matrícula dos servidores integrantes das carreiras no artigo anterior, inclusive inativos e pensionistas, é unificada por este Ato e a renumeração obedecerá a critérios técnicos a serem definidos pela Subsecretaria de Administração de Pessoal.

Art. 3º Os sistemas de Histórico Funcional e de Pagamento de Pessoal serão adequados às disposições deste Ato pelo Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor noventa (90) dias após a data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 03 de abril de 1998.
Antonio Carlos Magalhães - Júnia Marise -
Ronaldo Cunha Lima - Flaviano Melo - Lucídio Portella.

Brasília - (DF), 6 de abril de 1998.

Editado pelo Serviço de Apoio Técnico da SSAPES. João Carlos Zoghbi, Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal - José Paulo Botelho Cobucci, Chefe do Serviço de Apoio Técnico da SSAPES - Washington Luiz Reis de Oliveira, Assistente Administrativo, ramal 3389.

Tiragem desta Edição: 650 exemplares

Anexo

Carreira Especialização em Atividades Legislativas

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	Nº DE CARGOS
Consultor Legislativo (Nível III)	1 - Consultoria e Assessoramento	1.1 - Assessoramento Legislativo	130
		1.2 - Assessoramento em Orçamento	20
Analista Legislativo (Nível III)	2 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	2.1 - Processo Legislativo	596
		2.2 - Orçamento Público	39
		2.3 - Taquigrafia	92
		2.4 - Biblioteconomia	30
		2.5 - Tradução e Interpretação	7
	3 - Apoio Técnico-Administrativo	3.1 - Administração	310
		3.2 - Análise de Custo	5
	4 - Controle Interno	4.1 - Contabilidade	21
	5 - Saúde e Assistência Social	5.1 - Medicina	50
		5.2 - Odontologia	8
		5.3 - Farmácia	4
		5.4 - Psicologia	5
		5.5 - Assistência Social	1
		5.6 - Enfermagem	18
	6 - Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico	6.1 - Arquitetura	5
		6.2 - Engenharia	14
		6.3 - Manutenção de Máquinas Gráficas	12
	7 - Polícia e Segurança	7.1 - Segurança	41
	8 - Comunicação Social, Eventos e Contatos	8.1 - Comunicação Social	117
	9 - Advocacia		10
	10 - Consultoria Jurídica	10.1 - Direito	5
	11 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	11.1 - Processo Industrial Gráfico	75
	12 - Redação e Revisão de Textos Gráficos	12.1 - Redação e Revisão	81
Técnico Legislativo (Nível II)	1 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	1.1 - Processo Legislativo	487
		1.2 - Assistência a Plenários e Portaria	137
	2 - Apoio Técnico Administrativo	2.1 - Administração	363
		2.2 - Datilografia	70
	3 - Controle Interno	3.1 - Contabilidade	18
	4 - Saúde e Assistência Social	4.1 - Enfermagem	27
		4.2 - Odontologia	10
		4.3 - Radiologia	5
		4.4 - Reabilitação	8
	5 - Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais	5.1 - Eletrônica e Telecomunicações	45
		5.2 - Telefonia	27
		5.3 - Artesanato	247
	6 - Polícia, Segurança e Transporte	6.1 - Segurança	307
		6.2 - Transporte	206
	7 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	7.1 - Processo Industrial Gráfico	606
Auxiliar Legislativo (Nível I)	1 - Apoio Auxiliar ao Processo Industrial Gráfico	1.1 - Processo Industrial Gráfico	93
		1.2 - Segurança	4

1.1 – Ao Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento, Especialidade Assessoramento Legislativo, incumbem atividades, de nível superior e especializado, de consultoria e assessoramento técnico à Comissão Diretora, à Mesa, às Comissões e aos Senadores no desempenho, do Congresso Nacional, das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, a preparação, por solicitação dos Senadores, de minutas de proposições, de pronunciamentos e de relatórios e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal.

1.2 – Ao Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento.

Especialidade Assessoramento em Orçamentos, incumbem atividades, de nível superior e especializado, de prestação de consultoria e assessoramento em planos e orçamentos públicos à Comissão Mista Permanente de que trata o § 1º do artigo 166 da Constituição Federal, à Mesa, às demais Comissões e aos Senadores no desempenho, do Congresso Nacional, das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização de planos e orçamentos públicos, quando do interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, na preparação, por solicitação dos Congressistas, de minutas de proposições e de relatórios sobre planos e orçamentos públicos, e na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal e do Congresso Nacional, em matéria de planos e orçamentos públicos.

2.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, incumbem atividades de nível superior, de natureza pouco repetitiva, envolvendo supervisão, coordenação, orientação e execução de trabalhos legislativos; estudos e assistência técnica na formulação e análise de proposições e outros documentos parlamentares, bem assim de trabalhos de análise, pesquisa e recuperação da informação insitruva do processo legislativo.

2.2 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Orçamento Público, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos e projetos de pesquisa e análise econômicas nacionais e internacionais, sobre comércio, indústria,

finanças, estrutura patrimonial e investimentos nacionais e estrangeiros.

2.3 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Taquigrafia, incumbem atividades de nível superior, de natureza pouco repetitiva, envolvendo supervisão, coordenação, orientação e execução dos trabalhos de gravação, registro taquigráfico, interpretação, revisão, e redação final de debates e pronunciamentos, bem assim o planejamento da elaboração dos originais para publicação no órgão oficial.

2.4 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Biblioteconomia, incumbem, atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a trabalhos de pesquisa, estudo e registro bibliográfico de documentos e informações culturais.

2.5 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Tradução e Interpretação, incumbem atividades de tradução, interpretação e versão de documentos legislativos e administrativos de interesse do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

3.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico Administrativo, Especialidade Administração, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a estudos, pesquisas, análises e, projetos sobre administração em geral e organização e métodos.

3.2 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Análise de Custo, incumbem atividades de análise de custo.

4.1 – Ao Analista Legislativo Área de Controle Interno, Especialidade Contabilidade, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, cm grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise e perícia contábeis.

5.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Medicina, incumbem – atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a trabalhos de defesa e proteção à saúde individual ou coletiva, incluindo medidas de profilaxia e terapêutica.

5.2 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social Especialidade Odontologia, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade.. referentes a estudos e trabalhos relativos à assistência buco-dentária.

5.3 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Farmácia, incumbem atividades de supervisão, coordenação ou execução especializada, em grau de maior e média complexidade, referentes aos trabalhos e estudos relativos à análise clínica.

5.4 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Psicologia, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade referentes a estudos sobre o comportamento humano e a dinâmica da personalidade, envolvendo diagnóstico psicológico, orientação psicopedagógica e solução dos problemas de ajustamento do ser humano.

5.5 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Assistência Social, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, referentes a trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento da comunidade, em seus aspectos sociais.

5.6 – Ao Analista Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Enfermagem, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade referentes a trabalhos relativos à observação, ao cuidado, à educação sanitária dos doentes, gestantes e acidentados, ao cumprimento das prescrições médicas e aplicação de medidas destinadas à prevenção de doenças.

6.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Arquitetura, incumbem atividades de execução qualificada, sob supervisão, de trabalhos relativos à fiscalização de obras do Senado Federal e ao exame e elaboração de normas para a administração e conservação de próprios artísticos.

6.2 – Ao Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Engenharia, incumbem atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, referentes a estudos, em geral, sobre regiões, zonas, cidades, obras estruturais, transportes, desenvolvimento industrial, preservação e exploração de riquezas minerais, assim como projetos relativos à construção, à fiscalização de obras do Senado Federal e à elaboração de normas para a conservação e reconstituição dos bens do Senado Federal.

6.3 – Ao Analista Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico, Especialidade Manutenção de Máquinas gráficas, incumbem atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução especializada,

em grau de maior complexidade, de ações que objetivem a manutenção das máquinas, equipamentos e sistemas gráficos; emissão de pareceres técnicos opinativos sobre aquisição, instalação e alienação de maquinaria gráfica em geral; e executar outras atividades correlatas.

7.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, incumbem atividades de nível superior, envolvendo a supervisão, a coordenação e a execução dos trabalhos de policiamento diurno e noturno, das dependências do Senado Federal; de segurança às autoridades do Senado e às personalidades brasileiras e estrangeiras, na área de jurisdição do policiamento do Senado Federal; e a execução de outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas.

8.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Comunicação Social, Eventos e Contatos. Especialidade Comunicação Social, incumbem atividades de supervisão, coordenação ou execução especializadas, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a trabalhos de relações públicas, redação, revisão, coleta e preparo de informações para a divulgação oficial falada, escrita ou televisionada.

9.1 – Ao Analista Legislativo da Área de Advocacia incumbem atividades de nível superior, consistindo na execução de estudos técnicos opinativos sobre matérias jurídicas de interesse institucional da Casa e de competência de sua Advocacia, na preparação de informação em mandados de segurança e em outros procedimentos judiciais referentes ao Senado Federal ou de interesse deste, na atuação, sob orientação do titular da Advocacia do Senado Federal, na representação judicial e extrajudicial da Instituição; e execução de outras tarefas correlatas que lhe sejam atribuídas.

10.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Consultoria, Especialidade Direito, - incumbem atividades de nível superior, consistindo na elaboração de pareceres e estudos técnicos sobre matérias jurídicas relacionadas com a Secretaria Especial de Editoração e Publicações; e executar outras tarefas correlatas.

11.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico, Especialidade Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de planejamento, supervisão, coordenação, programação ou execução especializada, em grau de maior complexidade, de pesquisas, análises, projetos e estudos referentes ao processo industrial gráfico; emissão de pareceres técnicos sobre definição de sistemas, equipamentos e matérias-primas; e executar outras atividades correlatas.

12.1 – Ao Analista Legislativo, Área de Redação e Revisão de Textos Gráficos, Especialidade Redação e Revisão, incumbem atividades, em graus de maior e mediana complexidade, referentes a traba-

lhos de redação e revisão final de textos gráficos; e executar outras tarefas correlatas.

1.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Processo Legislativo, incumbem atividades de nível médio, de – natureza pouco repetitiva, envolvendo orientação e execução qualificada de trabalhos de apoio, em grau auxiliar, às atividades de pesquisa e assistência técnica legislativa de nível superior, inclusive acompanhamento da tramitação de proposições, bem como atividades de natureza repetitiva, envolvendo execução qualificada, sob supervisão e orientação de trabalhos de apoio, em grau auxiliar, ao desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa legislativa de nível superior.

1.2 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade Assistência a Plenários e Portaria, incumbem atividades de nível médio, envolvendo coordenação e orientação, bem como execução qualificada, sob coordenação e orientação, dos trabalhos relacionada com o atendimento aos serviços de plenário e portaria.

2.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Administração, incumbem atividades de nível médio e de natureza pouco repetitiva, relativas a estudos, pesquisas preliminares planejamento, em grau auxiliar, visando à implantação de normas legais, regimentais e regulamentares, referentes à administração-geral e específica, e ainda relativas à execução qualificada, sob supervisão e orientação, de trabalhos mecanográficos.

2.2 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico-Administrativo, Especialidade Datilografia, incumbem atividades de nível médio e de natureza repetitiva, de execução e revisão, sob orientação superior, de trabalhos datilográficos.

3.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Controle Interno, Especialidade Contabilidade, incumbem atividades de nível médio, envolvendo programação, coordenação ou execução especializada, em grau de mediana complexidade, referentes a trabalhos de administração financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise e perícia contábeis.

4.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Enfermagem, incumbem atividades de coordenação, programação ou execução especializada, em grau de mediana complexidade, referentes a trabalhos relativos à observação, ao cuidado, à educação sanitária dos doentes, gestantes e acidentados, ao cumprimento das prescrições médicas e aplicação de medidas destinadas à prevenção de doenças.

4.2 – Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Odontologia, incumbem atividades de programação, coordenação ou execução especializada, em grau de mediana

complexidade, referentes a estudos e trabalhos relativos à assistência buco-dentária.

4.3 – Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Radiologia, incumbem atividades de operação de equipamentos radiológicos; e executar outras tarefas correlatas.

4.4 – Ao Técnico Legislativo, Área de Saúde e Assistência Social, Especialidade Reabilitação, incumbem atividades de assistência social ao reabilitando; e executar outras tarefas correlatas.

5.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Eletrônica e Telecomunicações, incumbem atividades de nível médio e de natureza permanente, relacionadas com os serviços de operação de peças, máquinas, aparelhos diversos, motores e sistemas elétricos em geral.

5.2 – Ao Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Telefonia, incumbem atividades de nível médio relacionadas com operação de centrais telefônicas; e executar outras tarefas correlatas.

5.3 – Ao Técnico Legislativo, Área de Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico e Serviços Gerais, Especialidade Artesanato, incumbem atividades de nível médio e de natureza permanente, principais e auxiliares, relacionadas com os serviços de artífice em suas várias modalidades, abrangendo encargos de fabricação, conservação, transformação e operação de peças, máquinas, aparelhos diversos, motores e sistemas elétricos e hidráulicos.

6.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Segurança, incumbem atividades de nível médio, envolvendo o policiamento diurno e noturno, de todas as dependências dos próprios do Senado Federal; a fiscalização da entrada e saída de pessoas; assistência às autoridades do Senado Federal na realização de inquéritos ou investigações policiais; o trabalho de segurança às personalidades brasileiras e estrangeiras, na área de jurisdição do policiamento do Senado Federal; e a execução de outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas.

6.2 – Ao Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade Transporte, incumbem atividades relacionadas com a chefia de unidades ou equipes encarregadas do transporte oficial de passageiros e cargas, envolvendo, principalmente, a condução e conservação de veículos motorizados; atividades, em caráter operacional, de condução e conservação de veículos motorizados utilizados no transporte oficial de passageiros e cargas.

7.1 – Ao Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico, Especialidade

Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de orientação, controle e execução qualificada das tarefas operacionais inerentes ao fluxo industrial gráfico, observadas as especialidades setoriais, inclusive o manuseio de equipamentos e máquinas; e executar outras tarefas correlatas.

1.1– Ao Auxiliar Legislativo, Área de Apoio ao Processo Industrial Gráfico, Especialidade Processo Industrial Gráfico, incumbem atividades de execução,

sob coordenação e orientação, em grau auxiliar, de tarefas concernentes ao fluxo industrial gráfico; e executar outras tarefas correlatas.

1.2 – Ao Auxiliar Legislativo, Área de Segurança, Especialidade Segurança, incumbem atividades de policiamento diurno e noturno das instalações do parque gráfico da Secretaria de Editorial e Publicações; e executar outras atividades correlatas.

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/68 e
alterado pelos Atos da Comissão Diretora nºs 58/92 e 13/96*

Nº Supl.1676

Sexta-feira, 15 de maio de 1998

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 13, DE 1998

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 16 da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Serão extintas 114 (cento e quatorze) funções comissionadas, quando vagarem, do quadro de pessoal do Senado Federal, sendo:

I - cinco funções comissionadas de Adjunto de Plenário, símbolo FC-3;

II - dez funções comissionadas de Auxiliar de Apoio Administrativo, símbolo FC-3;

III - dezoito funções comissionadas de Auxiliar de Atividades Médicas, símbolo FC-3;

IV - oito funções comissionadas de Auxiliar de Biblioteca, símbolo FC-3;

V - seis funções comissionadas de Auxiliar de Controle de Tombamento, símbolo FC-3;

VI - trinta funções comissionadas de Auxiliar de Controle Interno, símbolo FC-3;

VII - doze funções comissionadas de Mecanógrafo-Revisor, símbolo FC-3;

VIII - quinze funções comissionadas de Auxiliar de Plenário, símbolo FC-2;

IX - dez funções comissionadas de Assistente de Plenário, símbolo FC-1.

Art. 2º - São extintos 116 (cento e dezesseis) cargos vagos do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, sendo:

I - vinte e três cargos de Analista em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Técnico de Planejamento Administrativo;

II - vinte e oito cargos de Analista em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Técnico Administrativo Adjunto;

III - dezessete cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade de Agente Administrativo;

IV - dezesseis cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Agente de Segurança;

V - três cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Auxiliar de Serviços Gerais;

VI - cinco cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Bombeiro Hidráulico;

VII - três cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Cozinheiro; e

VIII - vinte um cargos de Técnico em Indústria Gráfica Legislativa, especialidade Motorista.

Art. 3º - Os integrantes das carreiras de Analista Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício na Secretaria-Geral da Mesa e na Diretoria-Geral, e observado o limite de até 5 (cinco) servidores nos órgãos a que se referem o art. 9º, incisos IV, VI, VII e VIII, os incisos IX a XII do parágrafo único do art. 105, e os incisos VI e VIII do parágrafo único do art. 185, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, observado o limite de até 3 (três) servidores nos órgãos a que se referem os incisos I a IV do art. 273, e observado o limite de até 2 (dois) servidores, nos órgãos a que se referem os incisos I a IV do parágrafo único do art. 28, os incisos II a V do parágrafo único do art. 133, e os incisos II a V do parágrafo único do art. 139, também do Regulamento Administrativo e nas demais Subsecretarias, farão jus à função comissionada FC-7, em razão do exercício de atribuições de assessoramento.

Art. 4º - Os integrantes das carreiras de Técnico Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício nos órgãos a que se referem os incisos IV, V e VII do parágrafo único do art. 105, o inciso II do parágrafo único do art. 161 e o inciso IV do parágrafo único do art. 165 do Regulamento Administrativo e observado o limite de até 6 (seis) servidores por órgão, farão jus à função comissionada, símbolo FC-6.

Art. 5º - Para os fins de que tratam os arts. 3º e 4º, a Diretoria-Geral fará publicar, mensalmente, os dados estatísticos sobre os trabalhos executados no mês anterior em cada um dos órgãos referidos neste Ato.

Art. 6º - Não perceberá a gratificação de que trata este Ato o servidor que deixar de atingir os indicadores de produção a serem definidos pelo Diretor-Geral.

Art. 7º - O recrutamento de servidores para as funções de que trata este Ato dar-se-á, preferencialmente, mediante o remanejamento na área respectiva.

Art. 8º - Ficam transferidas da estrutura da Secretaria de Controle Interno para a estrutura da Coordenação do Sistema Integrado de Saúde 5 (cinco) funções comissionadas de Assistente de Auditoria, símbolo FC-6.

Art. 9º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal em 14 de maio de 1998.

Brasília - (DF), 15 de maio de 1998.

Editado pelo Serviço de Apoio Técnico da SSAPES.
João Carlos Zoghbi, Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal - José Paulo Botelho Cobucci, Chefe do Serviço de Apoio Técnico da SSAPES - Washington Luiz Reis de Oliveira, Assistente Administrativo, ramal 3389.

Tiragem desta Edição: 650 exemplares

BOLETIM ADMINISTRATIVO DO PESSOAL

*Instituído pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/68 e
alterado pelos Atos da Comissão Diretora nºs 58/92 e 13/96*

Nº 1697-S**Quinta-feira, 18 de junho de 1998****ATO DA COMISSÃO DIRETORA****ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 19, DE 1998**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas competências regimentais e regulamentares e considerando que o Ato nº 13, de 1998, cria, nos órgãos da estrutura administrativa do Senado, retribuição para as funções de assessoramento, **RESOLVE**:

Art. 1º - Em razão do exercício de atribuições de assessoramento, farão jus à função comissionada símbolo FC-7, observando o limite de até 5 (cinco) servidores e de até 2 (dois) servidores, respectivamente, os integrantes das carreiras de Analista Legislativo do Senado Federal, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Comunicação Social e em cada uma das Coordenações de sua estrutura.

Parágrafo único - A indicação e o recrutamento dos servidores para as funções de que trata este Ato dar-se-á mediante o remanejamento na área de Comunicação Social.

Art. 2º - Para os fins de que trata este Ato a Diretoria-Geral fará publicar, mensalmente, os dados estatísticos sobre os trabalhos executados no mês anterior na área de Comunicação Social, de conformidade com o Ato do Diretor-Geral nº 1.299, de 1998.

Nº 1805-S**Quinta-feira, 26 de novembro de 1998****ATO DA COMISSÃO DIRETORA****ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 27, DE 1998**

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31 da Resolução nº 73, de 1994, e o art. 16 da Resolução nº 09, de 1997, **RESOLVE**:

Art. 1º - Os cargos de provimento em Comissão de Assessor, símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, passam a integrar a estrutura dos órgãos de que trata o Anexo deste Ato.

Parágrafo único - Os 8 (oito) cargos de Assessor, símbolo FC-8, originalmente criados na estrutura da SEEP, passam a denominar-se Assessor Técnico facultado o preenchimento segundo os critérios definidos no art. 5º da Resolução nº 63, de 1997.

Art. 2º - Observada a lotação definida no Anexo, a nomeação para os cargos de Assessor, Assessor Técnico e de Assistente Parlamentar de que trata este Ato e para os cargos de que trata o art. 11 da Resolução nº 09, de 1997, dar-se-á mediante ato do Diretor-Geral, por delegação do Presidente do Senado Federal.

Art. 3º - As Coordenações da estrutura do Senado Federal passam a denominar-se Subsecretarias.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 18 de junho de 1998.
Antonio Carlos Magalhães - Geraldo Melo - Carlos Patrocínio - Flaviano Melo - Lucido Portella.

Brasília - (DF), 18 de junho de 1998.

Editado pelo Serviço de Apoio Técnico da SSAPES.
João Carlos Zoghbi, Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal - *José Paulo Botelho Cobucci*, Chefe do Serviço de Apoio Técnico da SSAPES - *Washington Luiz Reis de Oliveira*, Assistente Administrativo, ramal 3389.

Tiragem desta Edição: 650 exemplares

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, em 25 de novembro de 1998. *Antonio Carlos Magalhães - Geraldo Melo - Ronaldo Cunha Lima - Carlos Patrocínio.*

Brasília - (DF), 26 de novembro de 1998.

Editado pelo Serviço de Apoio Técnico da SSAPES.
João Carlos Zoghbi, Diretor da Subsecretaria de Administração de Pessoal - *José Paulo Botelho Cobucci*, Chefe do Serviço de Apoio Técnico da SSAPES - *Washington Luiz Reis de Oliveira*, Assistente Técnico de Pessoal, ramal 3389.

Tiragem desta Edição: 650 exemplares

ANEXO

1 - Presidência do Senado Federal

Denominação	Símbolo	Nº de Cargos
Assessor	FC-8	7
Assessor Técnico ou	FC-8	3
Assistente Parlamentar	75% do FC-8	3
Assistente Parlamentar ou	25% do FC-8	3
Assistente Parlamentar ou	50% do FC-8	6
Assistente Parlamentar	25% do FC-8	6
Assistente Parlamentar ou	50% do FC-8	3
Assistente Parlamentar	25% do FC-8	12

2 - Órgão Central de Coordenação e Execução

Denominação	Símbolo	Nº de Cargos
Assessor	FC-8	13
Assessor Técnico ou	FC-8	5
Assistente Parlamentar	75% do FC-8	5
Assistente Parlamentar ou	25% do FC-8	5
Assistente Parlamentar ou	50% do FC-8	10
Assistente Parlamentar	25% do FC-8	10
Assistente Parlamentar ou	50% do FC-8	5
Assistente Parlamentar	25% do FC-8	20

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N.º 09 , DE 2000.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares,

R E S O L V E:

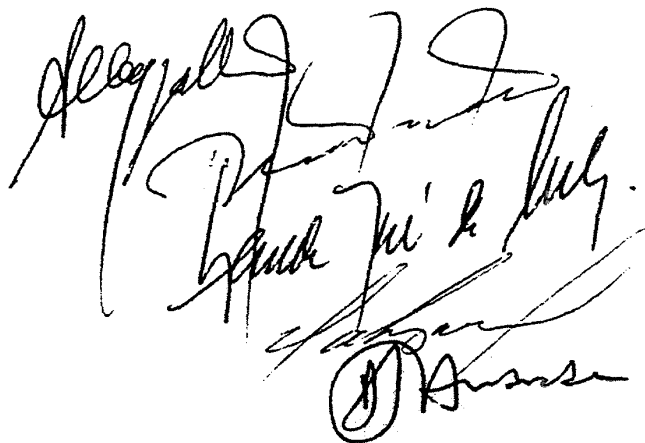
Art. 1.º. Ficam desmembrados do Regulamento Administrativo do Senado Federal o Título II e as disposições do Título V pertinentes à estrutura orgânica, que passam a denominar-se Regulamento Orgânico do Senado Federal, com a redação consolidada pelo Anexo I deste ato.

Art. 2.º. Ficam desmembrados do Regulamento Administrativo do Senado Federal o Título III e as disposições do Título V que regulam os Cargos e Funções, bem como as tabelas anexas pertinentes à matéria, que passam a denominar-se Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, com a redação consolidada pelo Anexo II deste ato.

Art. 3.º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser objeto de posterior ratificação pelo plenário do Senado Federal.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 28 de junho de 2000.



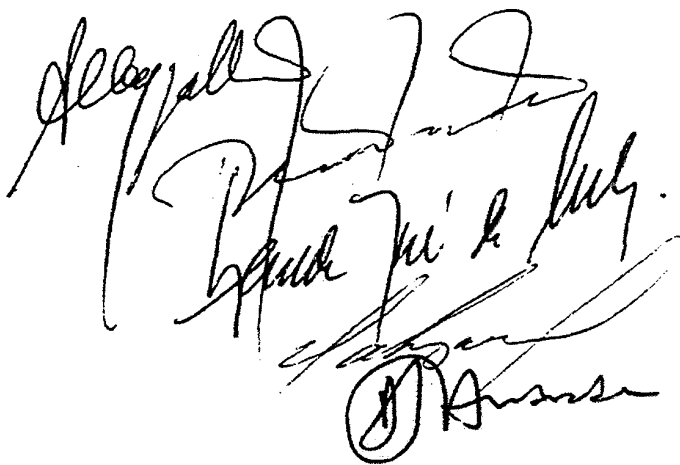
JUSTIFICAÇÃO

Este ato procede à consolidação no Regulamento Administrativo do Senado Federal de todas as normas administrativas que o alteraram nos últimos 4 anos, na parte que se refere à estrutura orgânica e aos cargos e funções existentes, não gerando acréscimos financeiros em relação à situação atual.

Outrossim, o Regulamento Administrativo está sendo particionado em três: Regulamento Orgânico, Regulamento de Cargos e Funções e Regulamento de Pessoal, que em conjunto correspondem à totalidade do antigo Regulamento Administrativo.

Nessa oportunidade apenas estão sendo aprovados os regulamentos Orgânico e de Cargos e Funções, estando o trabalho relativo ao Regulamento de Pessoal pendente de conclusão, que deverá ser futuramente apresentado.

Senado Federal, 28 de junho de 2000.



José Sarney

ATO DA COMISSÃO DIRETORA
Nº 18 de 2001

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 16 da Resolução nº 9, de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º A Subsecretaria de Administração de Pessoal passa a denominar-se Secretaria de Recursos Humanos.

Art. 2º À Secretaria de Recursos Humanos compete planejar supervisionar, coordenar e dirigir as atividades relativas à administração de recursos humanos.

§ 1º São órgãos da Secretaria de Recursos Humanos os previstos nos incisos I, III, VI e IX do art. 122 da Resolução nº 9, de 1997, bem assim a Subsecretaria de Pessoal Ativo, a Subsecretaria de Pessoal Inativo, a Subsecretaria de Pagamento e o Serviço de Auditoria Interna.

§ 2º Os efeitos do art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 13, de 1998, alcançam os órgãos de direção de que trata o presente Ato.

Art. 3º São órgãos da Subsecretaria de Pessoal Ativo o Gabinete e os previstos nos Incisos II, VII e VIII do art. 122 da Resolução nº 9, de 1997.

Art. 4º São órgãos da Subsecretaria de Pessoal Inativo o Gabinete e os previstos no art. 1º do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1998, bem assim o Serviço de Aposentadoria de Servidores e o Serviço de Concessão de Pensões.

Art. 5º São órgãos da Subsecretaria de Pagamento de Pessoal o Gabinete, o Serviço de Pagamento de Ativos, o Serviço de Pagamento de Inativos, o Serviço de Pagamento de Pensionistas e o Serviço de Pagamento de Parlamentares.

Art. 6º Ato do Diretor da Secretaria de Recursos Humanos disporá sobre a competência dos órgãos de que tratam o § 1º do art. 2º e os artigos 3º, 4º e 5º deste Ato.

Art. 7º A função comissionada de Diretor da Subsecretaria que se refere o art. 122 da Resolução nº 9, de 1997, passa a denominar-se Diretor da Secretaria de Recursos Humanos e a ter atribuições retribuição idênticas às fixadas para a função comissionada de que trata o art. 327 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

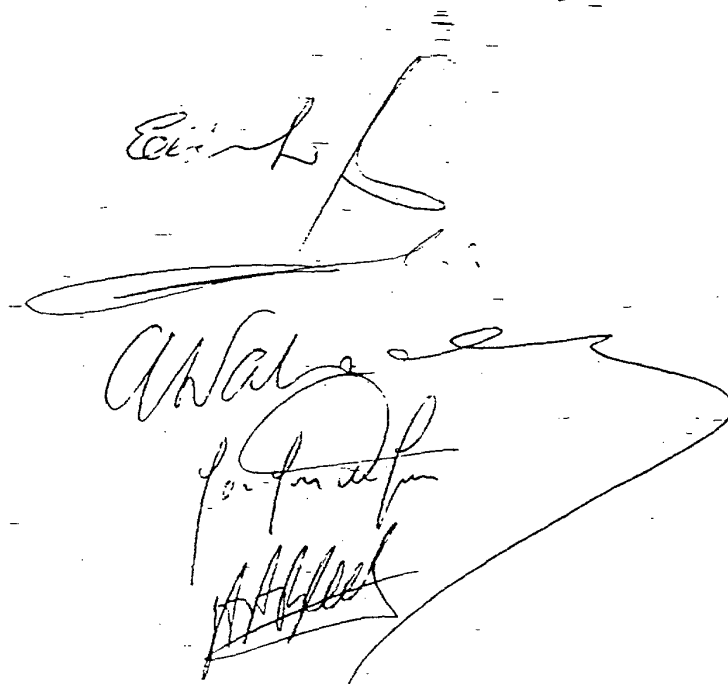
Art. 8º O Quadro de Pessoal do Senado Federal fica acrescido de 2, 7 e 16 funções comissionadas para o desempenho das atribuições previstas, respectivamente, nos artigos 332, 338 e 343 do Regulamento Administrativo, observadas as alterações efetuadas pela Resolução nº 9, de 1997.

Parágrafo único. Ficam extintas vinte e cinco funções comissionadas de Assistente de Controle de Informação da estrutura da Secretaria de Recursos Humanos.

Art. 9º. As despesas decorrentes da aplicação deste Ato serão atendidas com recursos já consignados no orçamento de 2001 para o Senado Federal.

Art. 10º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 14 de agosto de 2001.

The image shows several handwritten signatures in black ink. At the top is a signature that appears to be "Eduardo". Below it is a large, stylized signature that looks like "A. V. de Azevedo". Underneath that is another signature, possibly "F. F. de Azevedo". At the bottom is a signature that looks like "A. A. de Azevedo". These signatures are likely the official signatures of the President of the Senate and the President of the Chamber of Deputies, as indicated by the context of the document.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº. 019 , DE 2002

Transforma em Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento o Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16 da Resolução nº. 9, de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. O Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, órgão da Secretaria-Geral da Mesa, é transformado em Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento.

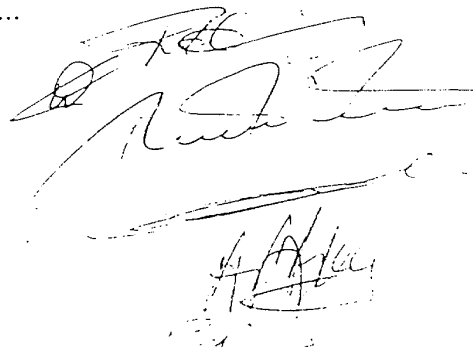
Art. 2º. O Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº. 9, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.

Parágrafo único.

III – Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento;

.....”

The block contains several handwritten signatures in black ink. There are also some faint, illegible stamps or markings, possibly indicating dates or official processing, located below the signatures.

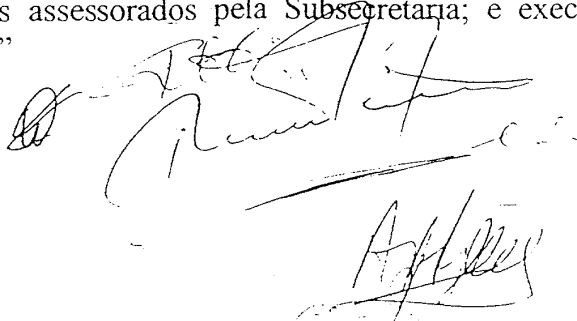
“**Art. 13.** À Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento compete planejar, supervisionar, controlar e executar as atividades de secretariado e de suporte administrativo, de informática e de instrução processual dos órgãos previstos na Constituição Federal (art. 224); nas Leis n.ºs. 8.389, de 1991, e 9.883, de 1999; no Regimento Interno e nas Resoluções do Senado Federal n.ºs. 17 e 20, de 1993, 40, de 1995, e 2, de 2001; Resoluções n.ºs. 1, de 1996-CN, e 2, de 1999-CN; e no Decreto Legislativo n.º 70, de 1972; e outros órgãos similares que venham a ser criados; providenciar o expediente dos dirigentes desses órgãos; coordenar os Serviços que lhe são subordinados; e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. São órgãos da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento:

- I – Gabinete;
- II – Assessoria Técnica;
- III – Serviço de Apoio ao Conselho de Comunicação Social;
- IV – Serviço de Apoio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, à Corregedoria Parlamentar e à Procuradoria Parlamentar;
- V – Serviço de Apoio a Órgãos do Parlamento: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência; Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Conselho da Ordem do Congresso Nacional; Conselhos responsáveis pelos Diplomas Darcy Ribeiro e Bertha Lutz; e outros órgãos similares que venham a ser criados.”

“**Art. 13-A.** Ao Gabinete compete providenciar o expediente e auxiliar o seu titular no exercício das atribuições e no desempenho das atividades inerentes à sua representação; e executar outras tarefas de suporte administrativo vinculadas às atribuições do órgão.”

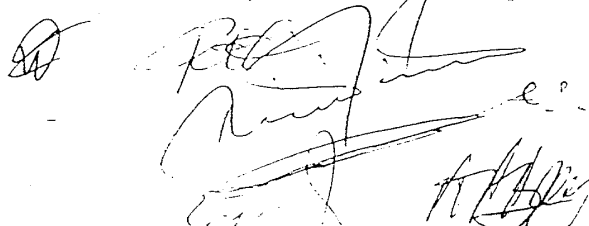
“**Art. 13-B.** À Assessoria Técnica compete realizar estudos sobre as matérias de competência da Subsecretaria; examinar processos e documentos antes de serem submetidos à deliberação dos órgãos a que a Subsecretaria assessoradora; realizar pesquisas sobre as matérias de competência dos órgãos assessorados pela Subsecretaria; e executar outras tarefas correlatas.”



Art. 13-C. Ao Serviço de Apoio ao Conselho de Comunicação Social compete submeter a despacho do Presidente do Conselho as proposições e os documentos legislativos recebidos; receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores os processados; organizar a pauta das reuniões, segundo orientação do Presidente do Conselho; preparar as atas; controlar os prazos de tramitação das matérias; prestar as informações necessárias aos membros do Órgão; providenciar o expediente do Conselho de Comunicação Social, secretariar e conceder suporte administrativo e de informática ao órgão; adotar as providências administrativas para a convocação das reuniões do órgão; requisitar da Diretoria Geral as providências para a emissão de passagens e hospedagem dos conselheiros; controlar a frequência dos conselheiros às reuniões do órgão; e executar outras tarefas correlatas.”

Art. 14-D. Ao Serviço de Apoio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Corregedoria Parlamentar e Procuradoria Parlamentar compete submeter a despacho dos dirigentes as proposições e documentos legislativos recebidos; receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores os processados; organizar a pauta das reuniões, segundo orientação dos Presidentes dos órgãos; preparar as atas; controlar os prazos de tramitação das matérias; prestar as informações necessárias aos membros dos órgãos; providenciar o expediente dos órgãos, secretariar e conceder suporte administrativo e de informática; adotar as providências administrativas para a convocação das reuniões; controlar a frequência dos membros às reuniões; e executar outras tarefas correlatas.”

Art. 14-E. Ao Serviço de Apoio a Órgãos do Parlamento (Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Conselho da Ordem do Congresso Nacional; Conselhos responsáveis pelos Diplomas Darcy Ribeiro e Bertha Lutz; e outros órgãos similares que venham a ser criados) compete submeter a despacho dos dirigentes dos órgãos as proposições e os documentos recebidos; receber, processar e encaminhar aos respectivos relatores os processados; organizar a pauta das reuniões, segundo orientação dos titulares dos Órgãos; preparar as atas; controlar os prazos de tramitação das matérias; prestar as

The image shows several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately five distinct marks, including what appears to be a large signature on the left and several smaller initials or signatures on the right.

informações necessárias aos membros dos órgãos; providenciar o expediente, secretariar e conceder suporte administrativo e de informática ao Órgão; e executar outras tarefas correlatas.

Parágrafo único. Compete ainda ao Serviço de Apoio a Órgãos do Parlamento receber e processar a correspondência, bem como elaborar as minutas de resposta, sobre matérias referentes aos trabalhos de comissões parlamentares de inquérito ou outras comissões temporárias, quando essas já estiverem extintas.

Art. 3º. As funções comissionadas integrantes da estrutura da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento são as constantes do Anexo deste Ato.

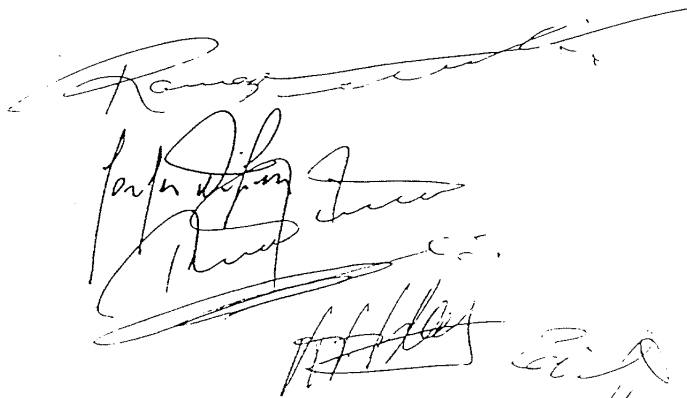
Parágrafo único. A função comissionada de Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (FC-7) é transformada na função comissionada de Diretor da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (FC-8).

Art. 4º. A Primeira-Secretaria, em acordo com a Diretoria Geral, e ouvida a Secretaria-Geral da Mesa, designará espaço para o funcionamento da Subsecretaria de que trata este Ato.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação deste Ato serão atendidas com os recursos consignados no Orçamento do Senado Federal.

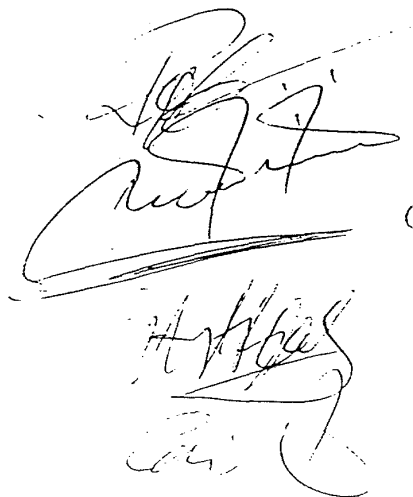
Art. 6º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2002.

The block contains several handwritten signatures in black ink. The most prominent is a long, sweeping signature at the top, likely of the President of the Senate. Below it are several other signatures, some of which are more compact and stylized. The signatures are arranged in a cluster, with some overlapping.

ANEXO AO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº. 019 , DE 2002**Quadro de Funções Commissionadas da
Subsecretaria de Apoio ao Conselho de Comunicação Social**

VAGAS	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	Diretor de Subsecretaria	FC-08
03	Assessor Técnico	FC-08
03	Chefe de Serviço	FC-07
03	Assistente Técnico	FC-06

The block contains several handwritten signatures and stamps. At the top, there is a large, stylized signature. Below it, there is a circular stamp with a signature inside. At the bottom, there is another signature and a rectangular stamp.

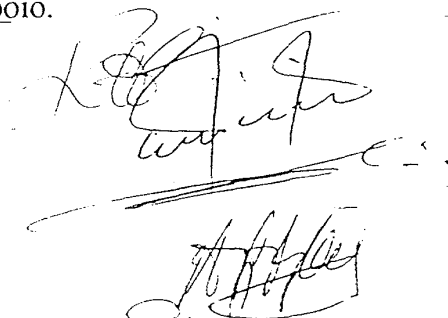
FUNDAMENTOS DO ATO

Este Ato da Comissão Diretora amplia a estrutura do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, transformando-o em Subsecretaria. Tal providência, neste momento, decorre, sobretudo, da necessidade de dotar o Conselho de Comunicação Social de uma estrutura administrativa de apoio indispensável para o adequado funcionamento desse importante órgão auxiliar do Congresso Nacional, criado por expressa determinação constitucional (art. 224 da Lei Maior) e regulado pela Lei nº. 8.389, de 30 de dezembro de 1991.

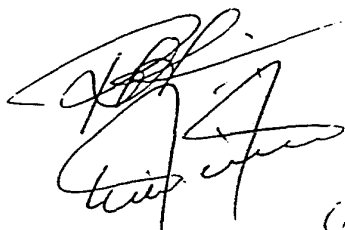

Além disso, nos últimos anos, a grande demanda de trabalho no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, assim como da Corregedoria Parlamentar e da Procuradoria Parlamentar, já evidenciava as limitações do referido Serviço para desempenhar todas as suas atribuições (além do apoio ao Conselho de Ética e ao Conselho de Comunicação Social, o órgão é responsável pelo apoio à Corregedoria Parlamentar e à Procuradoria Parlamentar).

Conforme se depreende do art. 2º. da referida Lei nº. 8.389, de 1991, que define as atribuições do Conselho de Comunicação Social, o órgão atuará na área legislativa, assessorando o Congresso Nacional nos assuntos de comunicação social, o que justifica a criação de um serviço específico de apoio. Por outro lado, considerando-se que os integrantes do órgão, em sua grande maioria, residem fora do Distrito Federal, torna-se necessário que exista também uma estrutura adequada para executar tarefas indispensáveis às reuniões do órgão, como, por exemplo, convocar e contatar os conselheiros, e requisitar a emissão de passagens e reservas de hospedagem para eles.

Ainda de acordo com o mencionado art. 2º., ao Conselho caberá a “realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações” sobre as matérias de sua competência, o que somente poderá ser executado se o Conselho dispuser de uma assessoria técnica qualificada para auxiliá-lo, realizando pesquisas e outras tarefas de apoio.

The block contains two handwritten signatures. The top signature is in dark ink and appears to be 'L. B. F. de S. A.'. Below it is a second signature, also in dark ink, which is less legible but appears to be 'A. H. S.'. There are some faint, illegible markings and what might be a stamp or official seal below the signatures.

Por fim, cumpre esclarecer que, embora o Conselho de Comunicação Social seja órgão auxiliar do Congresso Nacional, compete ao Senado Federal providenciar o suporte administrativo, por força do disposto no art. 7º. da referida Lei nº. 8.389, de 1991. Nesse sentido, a Secretaria-Geral da Mesa tem feito constar no Orçamento da Casa dotação específica para o pagamento de passagens aéreas e diárias para os conselheiros. Todavia, agora, em razão da instalação do Conselho, torna-se necessário dotá-lo de uma estrutura permanente de apoio.

Ofício nº 158/2002-PRSECR

Brasília, 11 de setembro de 2002

Ilustríssimo Senhor
Dr. Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário-Geral,
Incumbiu-me o Excelentíssimo Senhor Senador Carlos Wilson, Primeiro-Secretário do Senado Federal, para encaminhar a essa Secretaria Geral da Mesa, o Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2001, que “dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da Subsecretaria de Arquivo do Senado Federal”, devidamente relatado por Sua Excelência e aprovado pela Comissão Diretora.

Reitero minha expressão de estima e apreço. –
Luiz Cláudio de Britto, Chefe de Gabinete.

OFÍCIOS

DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 644/2002, de 13 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1993 (nº 4.267/93, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Nelson Carneiro, que autoriza a criação da Fundação de Assistência ao Excepcional – FUNASE, e dá outras providências.

Nº 645/2002, de 13 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 600, de 1999 (nº 3.982/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Luiz Pontes, que acrescenta parágrafo único ao art. 393 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para assegurar o pagamento dos salários à empregada gestante, demitida sem justa causa, até cinco meses após o parto, e dá outras providências.

Nº 646/2002, de 13 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2001 (nº 5.732/2001, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Osmar Dias, que acrescenta parágrafos ao art. 829 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre as provas testemunhais na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

Nº 647/2002, de 13 de setembro último, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº

554, de 1999 (nº 3.170/2000, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Luiz Estevão, que dispõe sobre a obrigatoriedade do atendimento integral para prevenir e tratar a obesidade, do Sistema Único de Saúde.

Nº 1.408/2002, de 13 de setembro passado, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 94, de 2001 (nº 5.300/2001, naquela Casa), de autoria do Senador Álvaro Dias, que institui o Dia Nacional do Cientista Social e dá outras providências.

Nº 1.409/2002, de 13 de setembro passado, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1999 (nº 3.673/2000, naquela Casa), de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que dispõe sobre a concessão do seguro-desemprego aos trabalhadores da pesca, durante o período de defeso, e dá outras providências.

Nº 1.410/2002, de 13 de setembro passado, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1995 (nº 3.185/97, naquela Casa), de autoria do Senador Odacir Soares, que define como crime contra o livre exercício do Poder Legislativo Federal ofensa à integridade corporal ou à saúde de membros desse Poder, e dá outras providências.

Nº 1.411/2002, de 13 de setembro passado, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1995 (nº 1.792/96, naquela Casa), de autoria do Senador Pedro Simon, que autoriza o Presidente da República a criar a Ouvidoria-Geral da República e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) –
O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) –
Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Benício Sampaio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 506, DE 2002

Requer a realização de Sessão Especial do Senado Federal destinada a homenagear o Dr. Ulysses Guimarães.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Ramez Tebet

Com fundamento no disposto no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a Vossa Excelência a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o Dr. Ulysses Guimarães, no 10º ano de sua morte, a completar-se no dia 12 de outubro de 2002.

Justificação

Rapidamente, passaram-se dez anos. Dez anos se passaram, desde que rumores imprecisos davam conta de que algo de grave poderia ter envolvido o helicóptero que levava o Dr. Ulysses Guimarães, o Senador Severo Gomes e respectivas esposas, Dona Mora Guimarães e Dona Henriqueta Gomes, de Angra dos Reis para São Paulo, desaparecido durante uma tempestade:

O susto inicial foi enorme, mas as esperanças prevaleciam, fundadas na torcida e nas muitas orações de todos os brasileiros, que os tinham como pessoas muito queridas. Mas, o tempo foi passando e, com ele, as esperanças se esmaecendo. Aos poucos, foram aparecendo os corpos de Dona Mora, de Dona Henriqueta, de Severo Gomes, do piloto do helicóptero. Só Ulysses insistia em não aparecer. E, por anos a fio, alimentou-se a esperança de que, algum dia, seu vulto alto e esguio apareceria e sua voz forte e rouca seria ouvida, em algum lugar. Entretanto, passados dez anos, só nos resta homenageá-los com o melhor do nosso carinho e da nossa saudade.

Ulysses Silveira Guimarães, filho de Ataliba Silveira Guimarães e Amélia Correa Fontes, nasceu em Rio Claro, Estado de São Paulo, no dia 6 de outubro de 1916.

Em 1940, tornou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi agraciado com o título de **Doutor Honoris causa** pela Universidade de Seul, Coreia do Sul.

Advogado e Professor, mas, sobretudo, Político. Ulysses Guimarães foi um dos mais completos políticos de nosso País. Deputado Estadual em São Paulo, de 1947 a 1950, foi eleito e reeleito, por 11 mandatos seguidos, Deputado Federal por São Paulo (1951-55, 1955-59, 1959-63, 1963-67, 1967-71, 1971-75, 1975-79, 1979-83, 1983-87, 1987-91, 1991-95), vindo a falecer, antes de completar o 11º mandato que o povo paulista lhe confiou.

Foi o Orador Oficial, do Centro Acadêmico XI de Agosto e, por concurso, o Orador da turma de Bacharéis de 1940. Também, por concurso, o maior prosador das Arcadas - Faculdade de Direito de São Paulo.

Professor Primário e da Escola Normal de Lins e em vários outros ginásios. Professor de Direito Constitucional das Faculdades Metropolitanas Unidas de São Paulo e da Faculdade de Direito de Bauru, Professor de Direito

Internacional Público da Faculdade de Direito da Universidade Machenzie de São Paulo.

Na Assembléia Legislativa de São Paulo, foi: Presidente da Comissão de Assuntos Municipais; Líder da Oposição, Membro da Assembléia Estadual Constituinte que elaborou a Constituição do Estado de São Paulo.

Foi, ainda: Candidato ao Governo do Estado de São Paulo, em 1958: Ministro da Indústria e do Comércio no 1º Gabinete parlamentarista republicano (1961/62);

Na Câmara dos Deputados, foi: Membro e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Relator e autor do Substitutivo ao Projeto de Reforma Bancária na Comissão Especial, com a criação do Banco Central; Relator do Código Eleitoral; Relator da Lei sobre Abuso do Poder Econômico (antitruste); Relator do Projeto que deu origem à Eletrobrás e Sub-relator do projeto da petrobras. Autor do Requerimento de Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito - Multinacionais (1975)

Presidente do Parlamento Latino-Americano eleito para o período de 1967-68, reeleito em 1969; Vice-Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional do MDB (1966); Presidente da Comissão Executiva do Diretório Nacional do MDB (1971/79).

Anti-Candidato pelo MDB a Presidência da República Federativa do Brasil (1973), tendo Barbosa Lima Sobrinho como seu vice.

Fundador do PMDB (1980) e seu Primeiro Presidente Nacional. Presidente da Câmara dos Deputados por 6 anos, nos períodos de 1956-57, 1985-86 e 1987-88. Presidente da Assembléia Nacional Constituinte (1987-88). Na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, assumiu, por diversas vezes, a Presidência da República, por motivo de viagem do Presidente da República, José Sarney, ao exterior.

Candidato do PMDB à Presidência da República Federativa do Brasil, nas eleições diretas de 1989.

Por 8 anos, exerceu a função de Representante do Brasil junto à Organização das Nações Unidas.

Nas qualidades de Deputado Federal, de membro do Parlamento Latino-Americano, de Presidente da Câmara dos Deputados e de várias de suas Comissões, além de Presidente do PMDB, integrou diversas missões oficiais ao exterior, na maioria das vezes, como chefe de delegação.

Ulysses Guimarães recebeu inúmeras homenagens entre títulos de cidadão honorário ou benemérito e outros, convindo destacar a homenagem de todos os Presidentes de Câmaras Municipais do Brasil (1985). São inumeráveis os títulos de Cidadão Honorário recebidos nos mais diversos municípios brasilei-

ros, além de New Orleans – EUA. Também são incontáveis as insígnias, medalhas e comendas concedidas pelas mais diversas instituições nacionais. Diversos são, ainda, os Diplomas de Mérito que lhe foram atribuídos.

No âmbito internacional, convém destacar as seguintes condecorações: Ordem “El Sol Dei Peru” – Grã-Cruz – Governo do Peru; Legião de Honra – Grande Oficial Governo da França; Ordem de Boyacá - Grã-Cruz – Governo da Colômbia; Ordem do Infante D. Henrique - Grã-Cruz - Governo de Portugal; Ordem de S. Gregório Magno - Comenda S. Fé; Ordem Nacional do Mérito - Grã-Cruz - Governo do Paraguai; Ordem do Mérito Diplomático Grã-Cruz - Governo da Coreia.

Entre os trabalhos publicados, destacam-se: “Poesias sob as Arcadas” (1940); “Vida Exemplar de Prudente de Moraes” (1940); “Tentativa” (1983) – Prêmio da Academia Paulista de Letras; “Navegar é preciso, Viver não é preciso” (1973); “Enquanto houver um Homem, há Esperança para a Liberdade” (1974); “Reforma com Democracia” (1975) “A Cruz na História do Brasil”, (1978); “José Bonifácio e Romantismo Brasileiro” (1978); “Socialização do Direito” (1978); “Rompendo o Cerco” (1978); “Esperança e Mudança” (1982); “A Travessia” (1983); “Diretas Já” (1984); “Mudança” (1985); “Constituinte, Os Profetas do Amanhã” (1987); “A Democracia e a Diplomacia” (1987); “A irmã Pobre” (1988); “PT Saudações” (1988); “Estatuto do Homem e da Democracia” (1988) “Endividamento Externo sem Miséria Interna” (1988); “Constituição Cidadã” (1988); “Da Fé fiz Companheira” (1989); “Vamos Ganhar” (1989); “Hexapresidente” (1989) “Ou Mudamos ou Seremos Mudados” (1991); “As Desmedidas Provisórias” (1991); “Oração do Adeus” (1991); “Parlamentarismo - Além de ser mais forte, substitui um regime mais fraco - Publicação Momento Legislativo” (1992).

Ulysses Guimarães foi o Criador das Faculdades de Direito e de Filosofia e Letras de Bauru, de Direito de Franca, de Odontologia de Lins e de Ciências Econômicas de Marília. Também foi o propugnador pela Faculdade de Filosofia de Rio Claro e pela Faculdade de Direito, Engenharia, Filosofia e Ciências Econômicas de Taubaté.

Neste ponto, convém transcrever uma das mais belas falas do homenageado, quando da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cuja elaboração foi, brilhantemente, presidida por ele:

“A CONSTITUIÇÃO CORAGEM

O Homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania.

A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o país.

Diferentemente das sete constituições anteriores, começa com o homem.

Graficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é seu fim e sua esperança. É a constituição cidadã.

Cidadão é o que ganha, come, sabe, mora, pode se curar.

A Constituição nasce do parto de profunda crise que abala as instituições e convulsiona a sociedade.

Por isso mobiliza, entre outras, novas forças para o exercício do governo e a administração dos impasses. O Governo será praticado pelo executivo e o legislativo.

Eis a inovação da Constituição de 1988: Dividir competências para vencer dificuldades, contra a ingovernabilidade concentrada em um, é possibilita a governabilidade de muitos.

É a Constituição Coragem.

Andou, imaginou, inovou, ousou, ouviu, viu, destróçou tabus, tomou partido dos que só se salvam pela lei.

A Constituição durará com a democracia e só com a democracia sobrevivem para o povo a dignidade, a liberdade e a justiça.

Brasília, 5 de outubro de 1988. – Constituinte **Ulysses Guimarães**, Presidente.”

Esta homenagem ao Dr. Ulysses Guimarães que ora requeremos, Senhor Presidente, é minúscula diante da grandeza do homenageado, mas é sincera e vem do fundo do coração de brasileiros que enxergam nele um dos maiores brasileiros de todos os tempos.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Pedro Simon**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) – O requerimento será votado oportunamente.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Benício Sampaio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2002**Dispõe sobre requisitos e condições para o registro de nomes de domínio na rede internet no Brasil.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece requisitos e condições para a realização de registro de nomes de domínio da rede internet no Brasil.

Art. 2º Para os fins desta lei, considera-se nome de domínio o conjunto de caracteres, que identifica um endereço na rede de computadores internet.

Art. 3º O registro de domínio será concedido a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, atendidos os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras que não tenham domicílio ou sede no Brasil deverão constituir procurador domiciliado no País, com poderes específicos.

Art. 4º O registro de um nome de domínio será concedido ao primeiro interessado que o requerer, atendidos os requisitos estabelecidos nesta lei.

Art. 5º Constituem requisitos para o registro de nome de domínio, entre outros que vierem a ser estabelecidos em regulamentação:

I – a inexistência de registro prévio do mesmo nome no mesmo domínio de primeiro nível;

II – a não configuração como nome não-registrável, nos termos do art. 6º desta lei;

III – a comprovação da titularidade ou do legítimo interesse, nos casos elencados no art. 7º desta Lei.

Art. 6º São nomes não-registráveis:

I – palavras ou expressões de baixo calão ou ofensivas à moral e aos bons costumes, à dignidade das pessoas, bem como as que incentivem o crime ou a discriminação em função de origem, raça, sexo, cor ou credo;

II – palavras ou expressões decorrentes de reprodução ou imitação, no todo ou em parte, ainda que com acréscimos, de nome de domínio já registrado, ou das hipóteses previstas no art. 7º, capazes de induzir terceiros em erro;

III – os nomes que o órgão ou a entidade responsável pelo registro de nomes de domínio considerarem prejudiciais à conveniência, segurança ou confiabilidade do tráfego de informações na rede internet.

Art. 7º Não poderão ser registrados, salvo pelo respectivo titular ou legítimo interessado:

I – nome civil, nome de família ou patronímico;

II – nome artístico, singular ou coletivo, pseudônimo ou apelido notoriamente conhecidos;

III – designação ou sigla de entidade ou órgão público, nacional ou internacional;

IV – nomes de países;

V – denominação de unidade da federação;

VI – nome comercial e denominação registrada de pessoa jurídica;

VII – marcas registradas;

VIII – nomes internacionais não-proprietários de fármacos e medicamentos, assim reconhecidos pela Organização Mundial de Saúde;

VIII – indicações de procedência e denominações de origem, tal como definidas nos arts. 177 e 178 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

Art. 8º O registro de nome de domínio será cancelado nas seguintes hipóteses:

I – renúncia expressa de seu titular;

II – prescrição;

III – nulidade do registro;

IV – perda da condição de titular ou legítimo interessado, nas hipóteses do art. 7º;

V – ordem judicial;

§ 1º Dar-se-á a prescrição quando o nome de domínio registrado permanecer por um ano sem uso regular.

§ 2º A nulidade do registro poderá ser declarada de ofício pelo órgão ou pela entidade executora do registro e ainda argüida por qualquer interessado, nos casos de descumprimento das disposições desta Lei, especialmente as contidas nos arts. 5º, 6º e 7º.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos incisos II, III e IV, do caput, o cancelamento do registro será precedido de notificação, ao respectivo titular, que terá trinta dias, a contar do recebimento, para regularizar a situação ou impugnar as razões que deram origem à notificação.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem como objetivo disciplinar o registro de nomes de domínio na rede internet.

Essa rede, que conecta computadores em todo mundo, tem sido utilizada, de forma crescente, como um importante mecanismo de disseminação de idéias, informação e conhecimento, sem deixar de se voltar, cada vez mais, a aplicações comerciais. Nesse contexto, as regras relativamente flexíveis e até infor-

mais que ainda regulam importantes aspectos de sua utilização tornam-se inadequadas ou ao menos insuficientes para garantir a segurança jurídica requerida pelas novas aplicações desenvolvidas com suporte nessa rede. Um dos aspectos mais relevantes dessa realidade é sem dúvida a questão dos registros de nomes de domínio.

Os nomes de domínio constituem um conjunto de caracteres, que serve para identificar endereços eletrônicos no âmbito da internet. Em virtude dessa função, os nomes de domínio costumam ser utilizados de forma associada a marcas, nomes e denominações próprias para identificar os endereços eletrônicos de seus titulares. O Senado Federal, por exemplo, identifica seu site na internet por meio do domínio www.senado.gov.br, e da mesma forma procedem empresas, pessoas físicas, instituições de ensino e pesquisa, etc.

A regulamentação atual do sistema de registro de nomes de domínio no Brasil foi estabelecida pelo Comitê Gestor da Internet, criado por Portaria Interministerial nº 147, de 1995, dos Ministérios das Comunicações e da Ciência e Tecnologia. As normas baixadas pelo Comitê privilegiam o primeiro requerente de um registro, dando a este o direito de utilizar o nome que leva a registro.

Esse sistema, contudo, não se mostra mais adequado à realidade presente, visto que, por meio dele, permite-se o registro de nomes de pessoas, de empresas, de marcas, entre outros, por terceiros que não seus respectivos titulares. Essa possibilidade tem dado margem a que pessoas ou empresas de má-fé registrem nomes próprios de terceiros para depois revendê-los aos legítimos interessados, bem como com outras finalidades igualmente reprováveis, como a difamação e a concorrência desleal, por exemplo.

Essa prática não é exclusiva do Brasil, e tem sido identificada também em outros países do mundo. É conhecida internacionalmente como cybersquatting. Recentemente, os Estados Unidos da América promulgaram lei com o objetivo de evitar esses abusos, norma que ficou conhecida como Anticybersquatting Consumer Protection Act. No mesmo sentido, também existem iniciativas legislativas em curso na Bélgica e na Itália.

Diante dessa realidade, conclui-se pela necessidade de normatizar os serviços de registro de nomes de domínio na internet, de forma a estabelecer regras claras de modo a evitar os abusos que estão sendo cometidos nessa seara. A presente proposição legislativa, portanto, tem o intuito de proteger não somente as empresas detentoras de marcas famosas, os artis-

tas e as personalidades nacionalmente conhecidas, mas também o cidadão comum, que pode ver o seu nome utilizado indevidamente na rede por terceiros. Da mesma forma, pretende-se também proteger os usuários da rede que, com a adoção das medidas ora propostas, não serão mais induzidos em erros que decorrem do acesso a determinadas informações falsamente atribuídas a determinada pessoa ou empresa.

Com o intuito, portanto, de regular e estabelecer regras claras e concisas sobre o assunto, o projeto, após as disposições preliminares, voltadas ao estabelecimento de algumas definições fundamentais para a própria compreensão de suas demais disposições, define, em seu art. 3º, quem poderá requerer o registro de nomes de domínio na internet no Brasil. Essa faculdade é estendida a qualquer pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira. Exige-se, contudo, dos estrangeiros que não tenham sede ou domicílio no Brasil que constituam procurador aqui domiciliado para atuar com poderes específicos.

Já no art. 4º, repete-se o princípio que rege o registro de nomes de domínio em nosso país até o momento, qual seja, o de que ele será concedido ao primeiro que o requerer. A inovação está contida na sujeição ao cumprimento dos requisitos constantes da própria lei, previstos de forma específica nos arts. 5º a 7º. Em outros termos, o registro será concedido ao primeiro que o requerer, desde que o faça validamente, observadas as prescrições contidas no texto ora proposto.

Os requisitos para o registro de um nome de domínio estão previstos no art. 5º, que faz referência expressa aos arts. 6º e 7º. Estes, por sua vez, cuidam das vedações, ou seja, dos nomes que não podem ser registrados (art. 6º) ou cujo registro só pode ser requerido pelo titular ou legítimo interessado (art. 7º). Essas talvez sejam as disposições mais importantes deste projeto, pois são as que efetivamente estabelecem limites à liberdade hoje concedida a qualquer um de registrar os nomes que quiser, sem nenhum respeito à titularidade de marcas, nomes comerciais e mesmo nomes próprios de pessoas físicas.

No art. 8º, enumeram-se os casos de cancelamento do registro. É de destacar o disposto no inciso III e no § 2º, que se referem à nulidade do registro realizado fora das prescrições constantes dos já mencionados arts. 5º, 6º e 7º. Ressalte-se, contudo, a disposição constante do § 3º, que assegura ao titular do nome de domínio o direito de impugnar as razões pelas quais se pretende cancelar seu registro, nas hipó-

teses de prescrição, nulidade e perda da qualidade de titular ou legítimo interessado.

Por meio dessas disposições, conforme já ressaltado, pretende-se estabelecer regras claras e concisas que possam conferir maior segurança às relações jurídicas decorrentes da utilização da rede internet, em especial aquelas concernentes ao registro de nomes de domínio. Mais do que isso, o presente projeto tem a finalidade de coibir os abusos atualmente praticados, envolvendo os registros de nomes de domínio realizados por pessoas de má-fé que buscam, na exploração dos nomes e das marcas de terceiros, lucros fartos e indevidos.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Waldeck Ornélas**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.279, DE 14 DE MAIO DE 1996

Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

TÍTULO IV

Das Indicações Geográficas

Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico. incluídos fatores naturais e humanos.

Art. 179. A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica.

Art. 180. Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.

Art. 181. O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem poderá servir de elemento característico de marca

para produto ou serviço, desde que não induza falsa procedência.

Art. 182. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

Parágrafo único, O INPI estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas.

(À Comissão de Educação – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) – A Presidência recebeu o Ofício nº 1.432, de 2002, de 1º do corrente, da Câmara dos Deputados, encaminhando a Mensagem nº 294, de 2002 (nº 821/2002, na origem), através da qual o Presidente da República, solicita a retirada de tramitação do Projeto de Decreto Legislativo nº 474, de 2002 (nº 1.477/2001, naquela Casa), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural Venda Nova FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo*, pelas razões que expõe.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) – A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 72, de 2002**, que "Abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 208.000.000,00, em favor dos Ministérios da Integração Nacional e de Minas e Energia, para os fins que especifica", será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 72

Publicação no DO:	- 09-10-2002
Emendas:	- Até 15-10-2002 (7º dia da publicação)
Prazo final Comissão:	- 09-10-2002 a 22-10-2002 (14º dia)
Remessa do Processo à CD:	- 22-10-2002
Prazo na CD:	- de 23-10 a 5-11-2002 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF:	- 05-11-2002
Prazo no SF:	- 06-11 a 19-11-2002 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD:	- 19-11-2002
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD:	- 20-11 a 22-11-2002 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de:	- 23-11-2002 (46º dia)
Prazo final no Congresso:	- 07-12-2002 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, por permuta com o Senador Maguito Vilela, por vinte minutos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Júnior, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje vou tratar da questão da ameaça de guerra no Iraque, das manifestações reiteradas do presidente George Bush no sentido de conclamar o Congresso Nacional norte-americano para votar a permissão de uma ação militar.

Antes, porém, quero ressaltar a importância da entrevista realizada ontem pelo candidato à Presidência Ciro Gomes, que anunciou apoio irrestrito a Lula – um apoio irrestrito e entusiástico –, o que, certamente, é algo extremamente bem-vindo. Ex-governador do Ceará, ex-prefeito de Fortaleza, ex-Ministro da Fazenda, Ciro Gomes soube valorizar muito a disputa presidencial e colocou, muitas vezes, proposições afins às do Partido dos Trabalhadores, com as mesmas críticas que temos feito à condução da política econômica e da política do Governo Fernando Henrique Cardoso. Era natural, por isso, que, diante da vitória de Lula no primeiro turno, Ciro viesse a se juntar a ele e a apoiá-lo agora no segundo turno. Há poucos instantes, ouvi a entrevista do ex-Governador Anthony Garotinho, juntamente com o Presidente do PSB, Miguel Arraes, e ambos manifestaram a disposição de apoiar Luiz Inácio Lula da Silva.

Ressalto que também os Presidentes do PDT e do PPS, Leonel Brizola e Roberto Freire, manifestaram apoio às declarações de Ciro Gomes. Portanto, aqueles que estavam na coligação, sobretudo PPS e PDT, estão em harmonia com o apoio irrestrito manifestado por Ciro Gomes a Lula.

Também consideramos mais do que natural, por estarem no mesmo leito, o apoio há pouco declarado pelo Presidente do Partido Socialista Brasileiro, Miguel Arraes, e também pelo ex-Governador Anthony Garotinho, que colocou, entretanto, alguns fatores condicionantes para que seu apoio seja realizado com muito entusiasmo. Quero ressaltar que, quanto à recente entrevista de Anthony Garotinho, considero muito melhor que ele fale em termos de proposições do que em termos de pessoas. A sua primeira manifestação condicionava o seu apoio a Lula ao afastamento de determinadas lideranças, o que eu acharia um pouco estranho. No entanto, a forma como ele hoje elaborou as condições que deseja formular para

estar apoiando com entusiasmo a candidatura de Lula me parece razoável.

Primeiro, as suas observações foram no sentido de que não deve ele próprio estar apoiando Lula, a não ser que fique evidente que o Governo Lula jamais se submeterá às diretrizes e aos ditames do Fundo Monetário Internacional. E isso é claro: Lula sempre disse que colocaria com muita firmeza as diretrizes de sua política econômica, e estas jamais estariam sendo elaboradas com base nas recomendações do Fundo Monetário Internacional. O próprio Garotinho entende a possibilidade de se negociar com o FMI. Claro, um diálogo poderá haver, mas isso não significa que o Governo de Lula possa submeter-se ao Fundo Monetário Internacional.

Em segundo lugar, ele colocou a importância de saber a posição do PT e de Lula sobre a Alca. Lula já manifestou com muita clareza que não pode aceitar que a Alca seja realizada nos moldes que estão propondo os Estados Unidos no momento, porque isso significaria uma anexação do Brasil pelos Estados Unidos da América. Acredito que, também no que diz respeito a esse item, as condições serão satisfeitas.

Outro ponto foi o relativo à Base de Alcântara. Ora, o candidato Anthony Garotinho, que também soube honrar a disputa presidencial, conhece perfeitamente a posição de Lula e do Partido dos Trabalhadores. O Deputado Waldir Pires elaborou um brilhante parecer, aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, no qual criticava o tratado em que o Governo brasileiro concedeu a Base de Alcântara em condições tais que limitam ao extremo o ingresso das autoridades brasileiras nas suas dependências. Então, certamente aquele tratado precisa ser modificado, e o será pelo Governo de Lula.

Outros itens poderão ser formulados por Garotinho, mas ele pode ter a convicção de que as propostas de governo de Lula serão na direção de construir uma Nação justa, que virá, com brevidade, transformar o direito das pessoas que até hoje não tiveram direitos plenos à cidadania em nosso País.

Portanto, avalio como positivos os primeiros passos que estão sendo dados pela coordenação da campanha de Lula e por aqueles que foram seus adversários, no campo oposicionista. Serão ainda importantes as opiniões do PSTU, de José Maria de Almeida, e do Partido da Causa Operária, de Rui Costa, que, obviamente, respeitamos, ainda que tenham tido uma votação menos expressiva, e que avaliamos também acabarão apoiando a candidatura de Lula no segundo turno.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assinalo também a preocupação, mais uma vez, com a atitude do Governo dos Estados Unidos, em especial do presidente George W. Bush, que, na noite de terça-feira, fez mais um pronunciamento no Museu do Centro de Cincinatti, em Ohio, falando da sua disposição de atacar o Iraque. Solicitou aos membros do Congresso Nacional – a ambos os partidos, o Democrata e o Republicano – autorização para realizar um ataque contra o governo de Saddam Hussein. Segundo suas palavras, o presidente Saddam Hussein, do Iraque, “constitui-se numa ameaça à paz, precisando ser desarmado”. Ele diz que o ditador do Iraque não pode ameaçar a América e o mundo com venenos horríveis, gases que poderão envenenar as pessoas e causar doenças. Acrescenta, ainda, que o governo do Iraque dispõe de armas atômicas, que poderiam ser utilizadas. O presidente George W. Bush acusa Saddam Hussein de ser um ditador homicida, que tem hoje armas de destruição em massa, e que, já há alguns anos, vem abrigando terroristas em seu território, o que poderá causar graves prejuízos, seja aos Estados Unidos, seja aos países aliados.

Ora, aqui, reitero mais uma vez: será que o presidente George W. Bush está realmente tentando confrontar a força física com a força da alma, conforme nós todos aprendemos das palavras e recomendações, por exemplo, de Martin Luther King Junior? Será que está o presidente George W. Bush relembrando as lições segundo as quais nós deveríamos sempre evitar beber do cálice da vingança, do ódio, da guerra e da violência e procurar, por todos os meios, persuadir, inclusive os nossos adversários e inimigos, de que se podem resolver conflitos sem lançar mão de meios como a guerra, a morte e o lançamento de bombas de qualquer natureza? Será que não se lembra o presidente George W. Bush dos esforços realizados por todos aqueles que conseguiram, tantas vezes na História, persuadir adversários dos seus pontos de vista sem usar instrumentos bélicos – ainda que não tão fortes quanto os de que hoje dispõe a nação mais poderosa do mundo?

Em artigo traduzido e publicado hoje pelo jornal **A Folha de S.Paulo**, Robert Fisk, do jornal **The Independent**, nos relembra algumas coisas. Sob o título “O que Bush quer que esqueçamos”, diz ele o seguinte:

Bush falou anteontem a uma platéia em Cincinnatti sobre “guerreiros nucleares”. Esqueçamos por um instante que ainda não podemos provar que Saddam Hussein possui armas nucleares. Esqueçamos que, nesse

discurso, tudo o que Bush fez foi cozinhar e reapresentar todos os “se”, os “pode ser” e os “possivelmente” contidos nas alegações mal fundamentadas do historicamente desonesto dossiê de Tony Blair. Não. Temos de combater “guerreiros nucleares”. É isso o que precisamos fazer para justificar toda a farsa que nos está sendo imposta pela Casa Branca.

Esqueçamos os 15 palestinos, incluindo uma criança de 12 anos, mortos por Israel poucas horas antes de Bush fazer seu discurso; esqueçamos que, quando aviões de Israel mataram nove crianças palestinas em julho, ao lado de um militante, o premiê israelense, Ariel Sharon – “um homem de paz”, segundo Bush –, descreveu o massacre como “um grande êxito”. Esqueçamos, porque Israel está do nosso lado.

Lembre-se sempre de usar a palavra “terror”. Use-a quando falar de Saddam Hussein, de Osama Bin Laden, de Iasser Arafat ou de qualquer pessoa que se opõe a Israel ou aos EUA. Bush a usou em seu discurso 30 vezes em meia hora. Uma vez por minuto.

Mas vejamos o que realmente devemos esquecer se quisermos apoiar toda essa loucura.

O mais importante é que precisamos esquecer que o presidente Reagan despachou um enviado para encontrar-se com Saddam em dezembro de 1983. É essencial esquecer isso por três motivos.

Em primeiro lugar, porque o terrível Saddam já estava usando gás contra os próprios iranianos na época, e essa é uma das razões pelas quais agora querem que façamos guerra contra ele.

Em segundo lugar, porque o enviado foi ao Iraque para organizar a reabertura da embaixada americana e obter relações melhores com o Açougueiro de Bagdá. Em terceiro lugar, porque o enviado era – surpresa! – Donald Rumsfeld. Talvez você ache estranho que Rumsfeld, durante as entrevistas coletivas em que se mostra tão disposto a bater papo, ainda não tenha conversado conosco sobre essa informação interessante. Seria de se esperar que ele pudesse querer esclarecer sobre a natureza malévola do criminoso com o qual trocou calorosos apertos de mão. Mas não.

Precisamos esquecer, também, que, em 1988, quando Saddam usou gás para destruir a população de Halabja, ao lado de dezenas de milhares de outros curdos – quando, nas palavras dos senhores Bush, Cheney, Blair, Straw, etc., ele “usou gás contra seu próprio povo” –, o presidente Bush, pai, lhe forneceu US\$500 milhões em subsídios do governo americano para comprar produtos agrícolas dos EUA. Precisamos esquecer que, no ano seguinte, depois que o genocídio de Saddam se completou, o presidente Bush, pai, dobrou esse subsídio e o fez acompanhar por germes de antraz, helicópteros e os notórios materiais de “uso duplo”, que podiam servir para fabricar armas químicas e biológicas.

E, quando Bush filho promete à população iraquiana “uma nova era de esperança” e democracia após a destruição de Saddam, como ele fez anteontem, devemos esquecer que os americanos prometeram ao Paquistão e ao Afeganistão uma nova era de esperança após a derrota soviética, em 1980 – e não fizeram nada.

Precisamos esquecer como o presidente Bush, pai, exortou os iraquianos a revoltar-se contra Saddam em 1991 – e, quando eles obedeceram, não fez nada. Devemos esquecer como a América prometeu à Somália uma nova era de esperança em 1993 e abandonou o país à míngua.

Precisamos esquecer como Bush filho prometeu “ficar ao lado” do Afeganistão antes de dar início aos bombardeios, no ano passado – e agora deixou o país num caos econômico feito de barões das drogas, senhores de guerra, medo e anarquia. Anteontem ele se gabou de que a população do Afeganistão foi “liberada” – e isso depois de não ter conseguido capturar Bin Laden nem o Mulá Omar e enquanto suas tropas no país sofrem ataques diários. Devemos esquecer, quando ouvimos falar da necessidade de reenviar os inspetores de armas ao Iraque, que a CIA já usou os inspetores de armas da ONU para espionar o Iraque.

E, é claro, precisamos esquecer o petróleo. Na realidade, o petróleo é o único produto básico que nunca é mencionado – e é uma das poucas coisas sobre as quais George Bush, filho, sabe alguma coisa, ao

lado de seus antigos colegas do setor petrolífero Cheney, Rice e inúmeras outras figuras da administração.

Nos 30 minutos de discurso sobre guerra anti-Iraque feito por Bush anteontem – aliviado, agradavelmente, por apenas dois minutos de “espero que isto não exija uma ação militar” –, não foi feita uma única referência ao fato de que o Iraque pode possuir reservas petrolíferas maiores do que as da Arábia Saudita, que as empresas petrolíferas americanas podem lucrar bilhões de dólares no caso de uma invasão americana e que, uma vez que tiver deixado o poder, Bush e seus amigos poderão tornar-se multibilionários com o butim da guerra. Precisamos fingir que não sabemos de nada disso ante de irmos à guerra. Precisamos esquecer.

Ora, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, estudantes que hoje comparecem ao Senado Federal para acompanhar as nossas palavras, é importante chamar a atenção do presidente dos Estados Unidos para a necessidade de se envidarem todos os esforços antes que ele faça com que os seus mísseis e as suas bombas tão poderosas destruam Bagdá e outras cidades do Iraque, antes que venham a falecer não apenas pessoas no palácio de Saddam Hussein, mas crianças e pessoas de todas as idades em escolas e hospitais, pois é difícil fazer com que bombas matem apenas uma pessoa qualificada como ditador pelo presidente dos Estados Unidos. Este é o pensamento de muitos chefes de Estado, inclusive de Gerhard Schröder, da República Federal da Alemanha: todo esforço deve ser realizado para persuadir Saddam Hussein a permitir que os inspetores da ONU verifiquem se realmente há a produção de armas químicas, de armas de destruição em massa em qualquer lugar do Iraque. Que não precipite o presidente George Bush a destruição de seres humanos, muitos dos quais totalmente inocentes, para fazer prevalecer o seu ponto de vista.

Quantas pessoas mais, Senadora Heloísa Helena, inclusive crianças e jovens, terão que morrer para que cheguemos à conclusão de que esse número já é demasiado?

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Eduardo Supply, mais uma vez, saúdo V. Ex^a pelo

pronunciamento que faz. Sei que V. Ex^a tem sido um destemido representante do Partido dos Trabalhadores e de todas as forças e movimentos sociais que discutem e buscam alternativas para a solução dos problemas da humanidade. Nesta Casa, V. Ex^a tem sido um verdadeiro guerreiro da paz, inclusive diante de uma guerra silenciosa e cruel, que mata, também no Brasil, pobres, mulheres e crianças. Com seu coração generoso e valente, V. Ex^a é uma das pessoas com mais legitimidade para debater a paz internacional. O que me causa indignação é essa postura arrogante e truculenta da nação americana - não de todos os americanos, tenho absoluta convicção disso - diante do mundo. Analisando a história do país depois de 11 de setembro, será que o que aconteceu com o Afeganistão não ensinou alguma coisa à humanidade? O governo americano devastou o país, matou crianças, mulheres, alegando combate ao terrorismo e ao narcotráfico. Essa é a maior mentira já contada perante o planeta Terra estarrecido. O Golden Crescent, o Crescente Dourado, é uma verdadeira montanha que produz 40% do narcótico do mundo e, portanto, faz parte dos US\$800 bilhões do narcotráfico internacional. E não se fez absolutamente nada contra ele. Nem uma bomba foi lançada pelos Estados Unidos para derrubar um único pé de papoula da produção do Crescente Dourado. Infelizmente, mais uma vez, o governo americano monta essa farsa política, perante o mundo, para, em função dos seus medíocres interesses econômicos, pôr em risco a paz no planeta Terra. Portanto, quero novamente saudar V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senadora Heloísa Helena. Espero que a voz do Senado brasileiro possa contribuir para que os Senadores norte-americanos e os membros da Câmara de Representantes dos Estados Unidos percebam que há essa preocupação – colocada por V. Ex^a, por mim e tantos outros – com a paz no mundo. É preciso que venhamos a construir instituições que permitam o melhor entendimento entre os povos, e que os países, as nações, os governos precisem, cada vez menos, recorrer aos instrumentos de destruição humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, por permuta com a Senadora Emília Fernandes.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de iniciar o meu pronunciamento propriamente dito, comungar com as palavras do Senador Eduardo Suplicy com relação aos riscos que o mundo corre com uma possível invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Devemos nos preocupar com essa grave situação, e a ONU tem que envidar todos os esforços no sentido de evitar a catástrofe que representará tal ataque. O mundo inteiro tem que se preocupar com essa ameaça à paz mundial.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço também alguns comentários sobre as palavras do Senador Eduardo Suplicy com relação à eleição presidencial no segundo turno.

Mesmo antes do início do processo eleitoral e da definição dos candidatos, eu já demonstrava o meu interesse de votar em Luiz Inácio Lula da Silva. E tive o prazer de fazê-lo no primeiro turno das eleições, anunciando a Goiás e ao Brasil o meu voto. Assim também o fizeram o Senador Mauro Miranda e muitos peemedebistas de Goiás. Os três Senadores goianos irão apoiar Lula, de corpo e alma, no segundo turno, e, hoje, membros do Partido de todo o Estado estarão reunidos para decidir se o apoio a Lula será uma unanimidade. Entretanto, a minha posição pessoal já está tomada, e quero crer que também a dos Senadores Mauro Miranda e Iris Rezende. Vamos ouvir os Deputados Federais e Estaduais eleitos e os prefeitos – são cerca de 80 no Estado de Goiás –, mas a nossa intenção é de um apoio maciço do PMDB goiano à candidatura de Lula.

Todos sonhamos com um choque ético neste País, com a moralização pública, com o fim da corrupção. Todos sonhamos com novos rumos para o povo brasileiro. E sabemos que Lula está devidamente preparado, equilibrado para dar esse choque ético de que tanto o Brasil precisa e pelo qual tanto clama o povo.

Após o segundo turno das eleições, farei um pronunciamento sobre a eleição em Goiás, para que o Brasil tome conhecimento de como foi feita a campanha eleitoral no meu Estado.

Hoje, quero dizer da necessidade imperiosa que o Senado da República tem de fazer as reformas que o povo brasileiro anseia e de que o Brasil precisa, como, por exemplo, a reforma política. Precisamos discutir urgentemente a questão da fidelidade partidária. Como disse, farei um pronunciamento à Nação sobre as eleições em Goiás, mas como estou falando sobre fidelidade partidária, anticipo-me e enfatizo que o meu coordenador financeiro de campanha, prefeito de uma das principais cidades de Goiás, a 15

dias das eleições aderiu ao Governador reeleito. Então, imaginem o que mais aconteceu em meu Estado. Portanto, a fidelidade partidária é importantíssima. Há que se parar com o abuso por parte de muitos políticos que aderem, com a maior facilidade, a outros partidos, inclusive na reta final da campanha, como o caso que acabei de mencionar. A reforma política precisa discutir a fidelidade partidária, o voto facultativo, o financiamento público de campanha e o voto distrital. Enfim, são temas importantíssimos que precisam ser definidos na próxima reforma política.

Quanto à reforma tributária, quero crer que o povo brasileiro não está mais suportando tantos impostos, uma carga tributária pesadíssima, além dos encargos sociais, que também são onerosos. Isso está inibindo a geração de empregos e o aumento da produção em nosso País.

Se não fizermos a reforma tributária, o Congresso Nacional e o próprio Poder Executivo serão cobrados no futuro. É lógico que me refiro ao Poder Executivo, porque de nada adianta à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal fazer a reforma tributária se não houver a vontade política do Executivo, pois tudo depende da sanção presidencial.

Mas, na campanha política, percebi – aliás eu já vinha defendendo esta idéia há muito tempo – que a reforma tributária é imprescindível. Só assim haverá a geração de empregos, o aumento da produção e, automaticamente, das exportações e da geração de riquezas no nosso Brasil.

Na reforma política, um tema a ser tratado é o tempo destinado, na televisão, aos candidatos não só ao Governo Federal, mas ao Senado, e mesmo aos cargos proporcionais.

Também considero a reforma previdenciária importantíssima. Não podemos continuar com esse salário mínimo miserável quando sabemos que, ao mesmo tempo, há aposentadorias milionárias de ex-governadores. Essa situação precisa ser revista e, possivelmente, será discutida na ocasião da reforma previdenciária. Certamente encontraremos as soluções que a situação requer.

Mencionei as aposentadorias milionárias. Ontem mesmo eu assisti, pela segunda vez, ao filme Cidade de Deus, baseado em fatos reais nas favelas do nosso País. Fiquei novamente assustado com essa situação de pobreza, de miséria, de fome, do crime organizado, do tráfico de drogas, da participação de crianças em crimes hediondos.

Portanto, é muito importante para o Brasil a reforma política, a reforma previdenciária, a reforma tri-

butária e outras que estão a exigir de todos uma reflexão e um esforço muito grande para que elas sejam realmente efetuadas em nosso País.

Espero que o próximo Presidente da República possa ter vontade política e ajude as duas Casas do Congresso Nacional, a Câmara Federal e o Senado da República, a implementar essas reformas tão importantes e necessárias para o nosso País e para o povo brasileiro.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Quero conceder o aparte, com muito prazer, ao ilustríssimo Senador Mauro Miranda.

O Sr. Mauro Miranda (PMDB – GO) – Senador Maguito Vilela, a primeira manifestação que faço nesta Casa é sobre o seu grande desempenho na disputa pelo Governo do Estado, malgrado as dificuldades que tivemos de pressões políticas, de dificuldade de tempo de televisão – como V. Ex^a colocou –, da estrutura do poder segurando um pleito democrático dentro do nosso Estado. V. Ex^a se portou como um verdadeiro estadista na condução desse pleito em Goiás. O resultado foi-lhe adverso, mas já brota em seu pronunciamento, deixando de lado as mágoas, o rancor, os ressentimentos, um novo caminhar. Primeiramente, no sentido de uma definição política para o nosso Estado de Goiás, em relação ao nosso Partido, o PMDB, o qual V. Ex^a tanto lutou para modificar e modernizar. V. Ex^a estava coberto de razão. O PMDB de Goiás hoje, ao que tudo indica, apóia a candidatura Lula. Iris Rezende, Maguito Vilela e eu, que já me havia definido desde o primeiro turno, estamos favoráveis à candidatura Lula. Como V. Ex^a disse, é preciso dar um choque ético neste País, encontrar um novo caminho para acabar com as distorções tão grandes que existem hoje. V. Ex^a colocou muito bem a questão levantada no filme Cidade de Deus e as dificuldades por que passamos hoje. Também estou para fazer um discurso, nesta Casa, sobre a definição dessa política dos candidatos à presidência da República com relação à qualidade de vida das nossas cidades, tão bem retratada no filme Cidade de Deus. Essa situação também é fruto da desorganização das nossas cidades, que acabam por induzir nossas crianças à marginalidade e à violência. Parabênizo V. Ex^a por virar a página das eleições de Goiás, buscando, paralelamente, novos conhecimentos, novo músculo para o seu vigor político, ajudando este País a se transformar, a encontrar um novo caminho. Parabéns pela sua disposição de luta, de determinação e pelo seu ideal de vida, sempre dentro da ética, da seriedade,

da determinação. É assim que V. Ex^a tem construído a sua história como político, além de representar tão bem o Estado de Goiás aqui no Congresso Nacional.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço-lhe pelo aparte que enriquece o meu pronunciamento. Menciono ainda o desempenho fantástico que V. Ex^a tem tido como Senador da República.

Voltando um pouco ao apoio a Lula, quero deixar bem registrado aqui nos Anais da Casa que, quando terminou o 1º turno em Goiânia, no dia seguinte, às 7 horas da manhã, eu anunciava o meu apoio ao candidato Pedro Wilson, do PT, à prefeitura de Goiânia. E o fiz sem conversar com ele, sem pedir um cargo, sem fazer qualquer tipo de barganha, porque não sou político dessa natureza. Da mesma forma, estou declarando meu apoio a Lula sem sequer ter falado com ele. Nem sei se ele quer o meu apoio, o meu voto. Já votei nele no primeiro turno e vou apoiá-lo também no segundo turno, independentemente de ter conversado com ele. Não quero nada a não ser o bem do Brasil, o bem do povo brasileiro. A mim interessa novos caminhos para este País, a redução das desigualdades sociais, o fim da fome, da miséria absoluta que existe hoje nos bolsões de pobreza, nas favelas. O que interessa para mim é uma melhor distribuição de renda, é tudo aquilo que o Lula e o PT têm defendido, pontos nos quais também acredito.

O meu apoio é espontâneo, patriótico, de um brasileiro que sonha realmente com um País melhor, com mais oportunidades para todos. Enfim, é esse o meu desejo.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Concedo o aparte à ilustríssima Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Maguito, saúdo V. Ex^a pelo pronunciamento. Já sabíamos do apoio do Senador Mauro Miranda e do de V. Ex^a. Tenho certeza de que os companheiros que compõem o Partido dos Trabalhadores de Goiás - Pedro Wilson, Marina -, todos que colaboraram com a candidatura da nossa companheira ao Governo do Estado, estão felizes com a vinda, ao nosso palanque, do grupo que se articula em torno do três Senadores. Espero que tanto V. Ex^a, quanto os Senadores Mauro Miranda e Iris Rezende possam estar juntos conosco nesse segundo turno. V. Ex^a me contou algo interessante – sei que não vai tratar ainda do debate específico da eleição de Goiás -: que o candidato do PSDB de seu Estado não foi a nenhum debate, do

mesmo jeito que Fernando Henrique também não compareceu a nenhum. No entanto, agora, numa articulação típica de farsa eleitoral, o trunfo, o penduricalho que o candidato do Governo, José Serra, o “serra elétrica”, está o tempo todo colocando, como se fosse algo gigantesco, grandioso, é a chamada para o debate. Trata-se justamente de alguém que, como V. Ex^a sabe, nunca teve a coragem de estar aqui no plenário participando de debate algum, porque, quando voltou a exercer o cargo de Senador, nunca esteve aqui no plenário, nunca promoveu nenhum debate qualificado, nunca entrou em nenhuma disputa, nem sobre a saúde, nem sobre nenhum tema que fosse importante e relevante para a nação brasileira. Portanto, estamos felizes com a presença de V. Ex^{as}, que estão, com certeza, animadíssimos para o segundo turno. Sabemos que não será uma eleição fácil. Estava, há pouco, conversando com o Senador Antonio Carlos Junior, que dizia que, matematicamente, é impossível haver uma reviravolta. Mas sabemos como são capazes de fazer qualquer coisa. Não sou ambientalista como minha querida Senadora Marina, mas sabemos o que uma serra elétrica pode fazer diante de qualquer árvore frondosa que aparece na sua frente. Mas, mesmo assim, somos sobreviventes e, com certeza, ganharemos essa eleição não por vaidade do Lula, do PT ou de qualquer Partido ou personalidade que nos apoiam, mas com certeza porque é melhor para o nosso querido Brasil. Portanto, manifesto a nossa alegria pelo apoio para que possamos realmente mudar este País.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito o aparte à aguerrida e brilhante Senadora Heloísa Helena.

Os tucanos – e lá em Alagoas tem tucanos - são bicudos, papudos, gostam de fazer esse tipo de desafio, mas, na realidade, não conseguem justificar nos debates a dívida do Brasil que saltou de R\$60 bilhões para R\$700 bilhões. Penso que Lula deve exigir, nos debates, esta explicação de José Serra, que também é economista: como o Brasil, em 500 anos, acumulou uma dívida de R\$60 bilhões e eles, em 8 anos, conseguiram elevá-la para R\$700 bilhões?! Essa é uma pergunta que Lula deveria fazer a ele no debate, assim como a respeito do aumento da fome e da pobreza e dos 50 milhões de brasileiros que vivem, hoje, abaixo da linha de pobreza.

Eu gostaria que o tucano de Goiás tivesse ido a pelo menos um debate, mas ele não foi. Fugiu de todos, não compareceu a nenhum dos seis debates promovidos na televisão, na Rádio K – que inclusive foi fechada – e também na Arquidiocese de Goiânia,

onde também não compareceu, alegando que debate é baixaria.

Sobre Goiás farei um pronunciamento à parte tão logo seja possível.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloisa Helena, o aparte que muito enriquece o meu pronunciamento.

Concedo o aparte ao ilustre Senador Roberto Saturnino, com muito prazer.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Senador Maguito Vilela, também cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento e pelo seu desempenho nesta campanha; um desempenho de estofo ético, de estofo moral, um desempenho elevado, que procurou, com a sua exposição ao eleitorado de Goiás, elevar o nível de cultura política, por meio do debate franco, da declaração séria e honesta. V. Ex^a, efetivamente, merece o nosso cumprimento e o nosso reconhecimento de fraternidade por essa posição em favor de Lula, nosso candidato à Presidência, o que confirma a tradição do grupo político a que V. Ex^a pertence, juntamente com o Senador Mauro Miranda e o Senador Íris Rezende. São compromissos que vêm de longa data, em relação à justiça social, ao projeto de eliminar essas desigualdades gritantes que o Brasil apresenta, compromissos com o progresso, com a restauração plena da soberania nacional. O grupo de Goiás a que V. Ex^a pertence e do qual é um dos Líderes tem essa tradição, o que faz com que respeitemos de há muito o desempenho de V. Ex^a e dos seus companheiros na lide política do País. Isso nos enche de alegria, satisfação e animação. V. Ex^a continuará aqui, com sua palavra sábia, patriótica e ética, colaborando com o Senado Federal. No entanto, não poderia deixar de também cumprimentá-lo pelo desempenho durante essa última campanha no Estado de Goiás e que trouxe V. Ex^a mais elevado no conceito que já desfrutava perante os seus colegas nesta Casa. Meus cumprimentos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Agradeço muito o aparte a V. Ex^a, Senador consagrado, político respeitado em todo o Brasil, justamente pelas suas posições patrióticas, de homem idealista, que, realmente, ao longo de sua vida, tem defendido os interesses do Brasil e do povo brasileiro.

Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento, insistindo que esta Casa, em conjunto com a Câmara Federal, precisa imprimir a velocidade que o Brasil está a requerer para as reformas já citadas – as Re-

formas Política, Tributária, Previdenciária, enfim, todas as reformas –, capazes de fazer com que o País encontre novos caminhos para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Maguito Vilela, o Sr. Antonio Carlos Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a está inscrito para usar a palavra na prorrogação da Hora do Expediente, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, por vinte minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vários Senhores Parlamentares, nos dias de ontem e de hoje, fizeram análises das eleições que estão ainda transcorrendo neste País.

Assomo à tribuna não para fazer uma análise aprofundada do assunto, porque me parece que temos de acompanhar o desenrolar dessas eleições que, em muitos Estados, como o Rio Grande do Sul, ainda terá continuidade num segundo turno, no próximo dia 27. Pretendo, em outras oportunidades, fazer uma análise mais criteriosa, mas neste momento quero fazer apenas alguns registros.

Nossa Nação promoveu neste final de semana a maior eleição de sua história. Mais de 115 milhões de eleitores e eleitoras manifestaram livremente seu direito de escolha em 5.658 Municípios e 25 países.

O povo brasileiro escolheu seus representantes dentre dezenove mil candidatos que pleiteavam cargos eletivos para as Assembléias Legislativas, Congresso Nacional, Governos dos Estados e do Distrito Federal e a Presidência da República. Conheceremos a decisão final do eleitorado brasileiro daqui a 18 dias, com a realização de segundo turno para a Presidência da República e para vários governos de Estados. Mas já temos muito a comemorar.

Ainda no primeiro turno das eleições, o povo brasileiro mostrou sua insatisfação com os atuais donos do poder. Explicitou seu desejo de mudança, de renovação, apostando nos projetos democráticos e populares, nas propostas que primam pela inclusão, participação e justiça social. Nosso povo depositou suas esperanças nas propostas que se contrapõem ao projeto neoliberal, globalizante e excludente, defendido por vários políticos, especialmente pelos fiéis escudeiros do Governo Federal.

A Oposição saiu fortalecida das urnas. Dos doze Governadores eleitos, sete são de Partidos que se opõem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Dois deles são do nosso Partido dos Trabalhadores: os governadores eleitos do Acre, nosso companheiro Jorge Viana, e do Piauí, o companheiro Wellington Dias. A ambos nossos cumprimentos e votos de sucesso na liderança de seus Estados.

Acreditamos que outros tantos do Partido dos Trabalhadores também se somarão a esses Governadores para implementar uma política alicerçada nos princípios que serão defendidos pelo próximo Presidente da República, que será Luiz Inácio Lula da Silva.

Companheiros e companheiras do PT disputarão ainda o segundo turno para os Governos de São Paulo, do Amapá, do Ceará, do Distrito Federal, do Mato Grosso do Sul, do Pará, de Sergipe, e do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Não tenham dúvida de que estaremos trabalhando com empenho pela eleição de cada um e de cada uma.

Nosso Partido dos Trabalhadores terá a maior bancada da Câmara Federal e uma das maiores do Senado Federal, passando de cinquenta e oito para, pelo menos, noventa e um Deputados e Deputadas e de oito para catorze Senadores e Senadoras.

Sr. Presidente, os resultados obtidos no Rio Grande do Sul merecem, de nossa parte, um registro especial. Na Câmara dos Deputados, mantivemos nossa representação de oito Parlamentares do PT, sendo seis homens e duas mulheres, além de um Deputado do PSB. Na Assembléia Legislativa, permanecemos com a maior bancada, ampliamos nossos representantes de onze para treze. No campo popular, contaremos ainda com dois Deputados Estaduais do PSB e uma brilhante Deputada reeleita Jussara Cony, do PCdoB. Para o Senado, mantivemos uma das vagas para o Partido dos Trabalhadores.

Devemos destacar, no entanto, a peculiaridade da disputa para o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que será concretizada no segundo turno. No Rio Grande, tivemos, nesta campanha, a participação de 12 candidatos para o Governo do Estado. Todas as

análises políticas apontavam a polarização entre o nosso candidato da Frente Popular, Tarso Genro, e o ex-Governador neoliberal Antônio Britto. Britto foi derrotado. A política do atraso, da privatização dos setores estratégicos, da demissão de professores e policiais, do privilégio das multinacionais em detrimento de nossa matriz produtiva, da nossa agropecuária foi desmascarada e repudiada pelo Governo gaúcho.

Porém, ao longo da campanha, ficou claro que a estratégia utilizada pela Oposição, pelos neoliberais, pela oposição ao nosso Governo no Rio Grande ia além de uma ou de duas candidaturas. Uns se expunham, outros se camuflavam, outros agrediam, outros falavam com voz mansa. Porém, na realidade, todos os palanques neoliberais, identificados com o projeto FHC, tinham um mesmo objetivo: tentar desqualificar o nosso projeto, o nosso Governo, no Estado do Rio Grande do Sul, e fazer com que o nosso Estado retrocedesse à política anterior ao nosso Governo.

Outro aspecto que também está evidente no Rio Grande é o comprometimento de parte da grande imprensa gaúcha a serviço do projeto e dos candidatos conservadores.

Teremos segundo turno no Rio Grande. O povo e a militância continuam atentos, participando e mobilizando. O confronto de dois projetos torna-se cada vez mais claro, mas, ao mesmo tempo, evidenciam-se aspectos, dados e números que, certamente, serão decisivos para o resultado na eleição do nosso Estado gaúcho.

A proposta de Germano Rigotto – que está concorrendo com a do nosso candidato –, Líder de FHC, apoiada por todos os segmentos conservadores, durante algum tempo disfarçada, mostrando-se diferente, encarna agora o seu verdadeiro papel no confronto de propostas. Ele é neoliberal, defensor de FHC e totalmente alinhado e apoiador do desmonte do Estado por Britto. Rigotto se mostra diferente, mas, na realidade, é igual.

Teremos, assim, no Rio Grande, a contraposição de dois projetos políticos totalmente antagônicos. Um representa o continuísmo da política FHC, o atraso; o outro, o avanço das conquistas sociais, populares e participativas, alcançadas nestes últimos anos de luta democrática travada pelo povo gaúcho.

Acredito que não haverá retrocesso. Nosso Estado passa por um momento de afirmação da hegemonia popular para aprofundar um projeto solidário e democrático que teve início com o atual Governador, Olívio Dutra. Em sua gestão, o Governo do Rio Grande do Sul tem dado exemplo para todo mundo de como é possível implementar uma política de desen-

volvimento econômico sem perder de vista o humanismo e as prioridades sociais.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Com muito prazer, Senador Roberto Saturnino.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Nobre Senadora, quero cumprimentar V. Ex^a. Embora não tenha conseguido – e por pouco não conseguiu – a sua recondução a esta Casa, V. Ex^a teve um desempenho brilhante nesta eleição, como, aliás, sempre foi brilhante a sua contribuição no plenário do Senado Federal. V. Ex^a aborda temas variados com muita sabedoria e muito patriotismo. Mas o que V. Ex^a acaba de dizer a respeito do conteúdo e do respeito, até internacional, do Governo petista do Rio Grande do Sul é de extrema importância no julgamento do segundo turno das eleições que teremos. O mundo inteiro olha para esta eleição do Rio Grande do Sul, para a vitória de Tarso Genro com um interesse extremamente profundo e vivo. Ainda no dia 4 – e vou comentar o assunto daqui a pouco desta tribuna –, a **Folha de S. Paulo** publicou um artigo importantíssimo do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Ele diz que gostaria de ser brasileiro. Pede até desculpas aos seus conterrâneos, aos seus concidadãos portugueses, dizendo que gostaria de ser brasileiro neste momento para poder votar em Lula e em Tarso Genro, no Rio Grande do Sul, tal é o significado, a importância da política que vem sendo desenvolvida no Estado de V. Ex^a, com a participação, com a colaboração sempre inteligente, viva e presente de V. Ex^a. Quero, portanto, além de cumprimentá-la pelo desempenho brilhante na eleição, cumprimentá-la pelo pronunciamento que faz a respeito da política no seu Estado.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Muito obrigada, Senador Roberto Saturnino.

O Rio Grande do Sul, do ponto de vista da análise das conjunturas econômica, social e participativa, dá uma demonstração clara e evidente de fortalecimento de um projeto que começou na capital do Estado e vem se desenvolvendo há mais de dez anos. Segundo dados estatísticos, a nossa capital é referência para o mundo no que concerne aos menores índices de desemprego na região metropolitana, menores índices na área da educação e recebeu prêmios na área da saúde.

No Rio Grande, Sr^{as} e Srs. Senadores, chamamos o mundo quando realizamos o I Fórum Social Mundial; depois, realizamos o segundo. No primeiro, houve a presença de mais de 25 mil pessoas do mun-

do inteiro, que vieram discutir a política globalizante, a política da fome, da miséria, da exploração, e um outro projeto para todo o Planeta. Este ano, aproximadamente 100 mil pessoas do mundo inteiro estiveram em Porto Alegre, reafirmando que é possível tratar um país com cidadania, com dignidade, com justiça social e que a política econômica não pode sobrepor-se à política social, que tem que ser humana, que tem que ser justa. E isso incomoda muita gente, porque temos hoje o Rio Grande como o grande laboratório de um exemplo positivo para se contrapor a essa política neoliberal. Mas sairemos vitoriosos. Lula será Presidente do Brasil e trará, tenho certeza, do Rio Grande, grandes inspirações de programas, de projetos, de políticas públicas em várias áreas para colocá-las em prática em todo o Brasil.

No Rio Grande, logramos resultados altamente positivos nos desenvolvimentos agrícola, industrial e de novas tecnologias, ao mesmo tempo em que melhoramos a qualidade de vida da população. O Rio Grande é um dos Estados brasileiros que mais crescem. De 1999 a 2001 – portanto, no nosso Governo –, enquanto o País obteve um crescimento industrial médio de apenas 1,7%, o Rio Grande do Sul cresceu 11,7%, sendo que, no governo anterior – como esses que estão querendo voltar com uma nova personalidade, mas que são iguais –, entre 1995 e 1998, o nosso Estado teve um percentual de desenvolvimento negativo de 4,7%.

Após permanecer estagnado por quatro anos, portanto, a partir de 1999, quando assumimos com um projeto popular e democrático, o Produto Interno Bruto gaúcho voltou a crescer entre 3,5% e 4,6% ao ano, registrando receita recorde em exportações – 6,3 bilhões de dólares – e colocando o Estado como o segundo maior exportador do País. O PIB agropecuário gaúcho, no período de 1999 a 2001, foi de 23,8%, enquanto que o de 1995 a 1998 ficou em 4,3%; e, no Brasil, de 1995 a 1998, em 16,9%. Nos últimos três anos, foi registrada, no nosso Estado, a maior safra dos últimos tempos, entre 2000 e 2001, de 20 milhões de toneladas de grãos.

Temos a Universidade Pública Estadual, a UERGS; os melhores índices de alfabetização do País e, nestes três últimos anos, 140 mil jovens e adultos foram alfabetizados. Temos as melhores taxas de escolaridade e cinco projetos premiados na área de saúde como as melhores experiências brasileiras: o Municipalização Solidária; o Saúde Solidária; a Rede Gaúcha de Informação em Saúde; o Segmento e Avaliação da Reforma Psiquiátrica do Hospital São Pedro e o Projeto Morar São Pedro Cidadão – isso só

para destacar algumas iniciativas exitosas –, sem falar no repasse de recursos que se democratizou. Hoje, os 497 Municípios do Rio Grande do Sul recebem verbas da saúde, o que totaliza mais de 10% da receita líquida aplicada no setor.

O Rio Grande do Sul é o Estado que mais investe em educação por aluno, segundo cálculos da própria Secretaria do Tesouro Nacional.

O Governo Democrático e Popular do meu Estado freou o processo de privatização colocado em andamento pelo Governo anterior, fortalecendo as empresas públicas e nelas investindo. O projeto de privatização do Banrisul já estava na Assembléia Legislativa, mas foi retirado e, hoje, o banco está fortalecido e ocupa o primeiro lugar entre os bancos estaduais que mais fomento oferecem à pequena e média empresa, à agricultura, principalmente a familiar, e ao sistema cooperativo. Isso foi feito, logicamente, em parceria com a sociedade gaúcha.

No Rio Grande do Sul, milhares e milhares de pessoas discutem o Orçamento Público. Com o orçamento participativo, o povo decide o que é prioritário e em que o Governo deve investir. A vontade popular, em nosso Estado, é soberana.

Dessa forma, Sr^{as} e Srs. Senadores, o povo gaúcho decidirá, no próximo dia 27, bem mais do que o nome de seu próximo Governador, mas o projeto que deseja para o nosso Estado, contribuindo para a construção do grande pacto nacional que faremos com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente deste País.

De minha parte, Sr^{as} e Srs. Senadores, estarei empenhada como nunca na eleição de Tarso Genro como Governador do Rio Grande do Sul e de Lula como Presidente do Brasil! Não poderia ser diferente. Para nós, as urnas mostraram o acerto da política séria, ética, compromissada e atuante que desenvolvemos, nos últimos anos, no Senado Federal.

Senador Saturnino, quanto à homenagem que V. Ex^a me prestou em seu aparte, lembro que apesar de, infelizmente, não ter conseguido renovar o meu mandato, mereci a confiança de 2.018.322 eleitores – recebi 800 mil votos a mais do que no pleito de 1994. Portanto, sinto-me plenamente valorizada e considero reconhecido o meu trabalho em defesa do Rio Grande, da soberania nacional, da nossa classe trabalhadora, dos nossos aposentados, dos trabalhadores em educação e do movimento sindical deste País, que vem sendo profundamente aviltado. Honrei com dignidade e ética o mandato que o povo do Rio Grande me deu quando me fez a primeira Senadora gaúcha.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senadora Emilia Fernandes?

A SR^a EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex^a.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Caríssima Senadora Emilia Fernandes, acompanhei com muita atenção o seu trabalho e a sua campanha no Rio Grande do Sul, e observo que a Bancada do Rio Grande do Sul nesta Casa é da melhor qualidade, da melhor estirpe, formada por V. Ex^a e pelos Senadores José Fogaça e Pedro Simon. Vi o seu crescimento e senti-me entusiasmado quando V. Ex^a, com muito afinco, discordou da implantação da Ford no Rio Grande do Sul, transferindo os valores correspondentes a esse projeto para a micro e pequena agricultura, o que trouxe um resultado fantástico para seu Estado. O dinheiro que seria encaminhado para esse fim foi colocado nas mãos das pequenas empresas nacionais, gerando trabalho e muito mais renda do que se essa multinacional lá se instalasse – na verdade, ela trouxe prejuízo para nosso País, levando à falência mais de 334 empresas cadastradas e registradas. Hoje, a Abedif – Associação dos ex-Distribuidores Ford – é maior do que a rede atual. Quero, portanto, parabenizá-la pelo seu trabalho, pela sua atuação e pela sua presença em todas as discussões, principalmente nas Comissões. O Rio Grande do Sul está, realmente, de parabéns! Ao ensejo, também dentro da sua previsão do sucesso de Lula, tenho certeza de que V. Ex^a será contemplada com um cargo no Governo Federal. Muito obrigado.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Muito obrigada, Senador.

A nossa luta, no Rio Grande do Sul é, sem dúvida, de projetos e isso está, agora, muito claro com o projeto que trata dessa submissão aos interesses internacionais, colocados acima dos da nossa matriz produtiva, dos nossos empresários e da produção nacional.

Nós revertermos esse quadro. Não demos os 440 milhões que a Ford exigia para se instalar no Estado, e, com o Banrisul fortalecido, passamos, somente para a agricultura, mais de R\$1 bilhão. Além disso, fortalecemos empresas, garantimos 35 mil empregos no setor calçadista, demos fomento a cooperativas e também ao setor moveleiro, entre outros tantos setores.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Parabéns pela sua luta.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS) – Portanto, não fui reeleita para o Senado, mas me

considero plenamente realizada, porque foi garantida uma vaga para o Partido dos Trabalhadores, para a Frente Popular, e também porque obtive mais de 2 milhões de votos individuais, como sabemos que são os votos para esta Casa. Isso não é pouca coisa e significa que o Estado do Rio Grande do Sul reconhece, no meu trabalho, o meu compromisso.

Quero agradecer a cada um daqueles amigos, amigas e companheiros, simpatizantes, professores e mulheres que estiveram comigo nessa caminhada e transmitir a todos um abraço fraterno e solidário.

Meus agradecimentos aos mais de dois milhões de pessoas que foram às urnas no dia seis de outubro e confiaram o seu voto a esta Senadora.

Infelizmente, os votos que recebi não foram suficientes para me reconduzir ao Senado, mas, destaco, foram o bastante para me encher de orgulho e satisfação por ter caminhado na direção certa, empenhada em construir um Brasil melhor, mais justo e solidário.

Destaco que não abrirei mão, em momento algum, da minha vida, mas, como já disse, considero-me vitoriosa, porque estará aqui, ocupando a minha cadeira, um bravo e combativo lutador do campo social e popular, que é o Deputado Paulo Paim. S. Ex^a foi eleito Senador pelo Partido dos Trabalhadores, pela Frente Popular, e sinto-me plenamente representada pela sua presença nesta Casa.

Sr. Presidente, da mesma forma, quero ainda registrar a minha satisfação pelo avanço da participação das mulheres no processo eleitoral.

Eu, que tive sempre uma luta constante em defesa da participação das mulheres, vejo o resultado das urnas. Haverá mais mulheres na Câmara e no Senado, sendo que, neste, o PT formará a maior Bancada feminina da sua história.

Hoje, três Senadoras são do PT e, a partir de 2003, serão seis, numa Bancada de dez mulheres.

As companheiras do PT – Ana Júlia, do Pará; Fátima Cleide, de Rondônia; Ideli Salvatti, de Santa Catarina; Serys Slhessarenko, do Mato Grosso, e Marina Silva, do Acre – vão somar-se à determinação da companheira Heloísa Helena e formarão a bancada feminina, digna, ética e combativa do Partido dos Trabalhadores. A todas, nosso desejo de sorte, sucesso e afirmação na luta pela igualdade, justiça social e Brasil soberano.

Tenho certeza de que o Rio Grande do Sul, Estado de participação popular, que se afirma no contexto econômico e social, com crescimento de taxas diferenciadas altamente positivos em relação à média nacional, saberá da importância de o Rio Grande afir-

mar a relação do nosso projeto junto com o Lula, que será o nosso Presidente do Brasil, para continuar avançando com Tarso Genro, nosso Governador.*

Sr. Presidente, peço ainda um minuto mais de tolerância por parte de V. Ex^a, porque, neste momento, o Rio Grande do Sul, o Partido dos Trabalhadores e a Frente Popular choram a morte de um dos mais combativos lutadores da nossa campanha e da de Tarso Genro. Refiro-me ao coordenador e companheiro José Eduardo Utzig*, que faleceu nesta madrugada.

Encontram-se em Porto Alegre, Luiz Inácio Lula da Silva, o nosso Deputado José Genoíno, que vai ser o Governador de São Paulo, junto com Tarso Genro, Miguel Rosseto*, Olívio Dutra e todos os demais companheiros, chorando a morte do nosso companheiro, coordenador executivo da campanha, José Eduardo Utzig.

José Eduardo Utzig foi vítima de ataque cardíaco. Deixa sua esposa, Ana Carolina, e sua única filha, Elisa, de oito anos. O PT, sem dúvida, perde uma grande liderança e um dedicado e competente militante.

José Eduardo Utzig tinha 42 anos e era sociólogo, com pós-graduação em Planejamento, nos Estados Unidos. Natural de uma cidade do interior do Rio Grande, Selbach, foi líder estudantil destacado em Pelotas, na Universidade de Pelotas, onde presidiu o Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal e chegou a ser também Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE.

Mais tarde, Utzig foi chefe de gabinete do Deputado Federal José Genoíno, aqui em Brasília, durante oito anos; chefe de gabinete de Tarso Genro, no seu primeiro Governo da capital gaúcha, e depois foi Secretário Municipal de Captação de Recursos e, até 2002, na segunda Administração de Tarso, foi Secretário da Fazenda de Porto Alegre.

Quero, desta tribuna, Sr. Presidente, prestar esta homenagem a esse grande companheiro do PT, que foi coordenador executivo da nossa campanha, e transmitir aos seus familiares os nossos mais sinceros pêsames.*

Que o sentimento que une José Genoíno, Tarso Genro, Olívio Dutra, Miguel Rosseto* e todos os nossos companheiros lá em Porto Alegre possa repercutir, também nesta Casa, como um eco de saudades e de reconhecimento.

Sr. Presidente, encaminhei à Mesa voto de profundo pesar, porque acredito que todas as pessoas que morrem em combate devem ser reverenciadas por esta.

Que a lembrança, a combatividade e a capacidade de luta dos companheiros e companheiras como Celso Daniel, Toninho do PT, Dorcelina, Chico Mendes, Margarida Alves e, agora, o nosso companheiro Utzig sejam inspiração e motivo de redobrada energia rumo à vitória de Lula Presidente e dos nossos companheiros e companheiras que estão disputando o segundo turno em todo o Brasil e, em especial, no Rio Grande, com a vitória do nosso Governador Tarso Genro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-presidente.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, peço a atenção da Casa.

Este Plenário, em sessão realizada no dia 7 de agosto último, por proposta da Mesa e dos Líderes, resolveu, nos termos do parágrafo único do art. 2º do Regimento Interno do Senado Federal, funcionar de acordo com o disposto no Regimento Comum, ou seja, só reunir-se por convocação, uma vez que há eleições gerais no corrente ano.

O parágrafo único do art. 38 da nossa Lei Interna também estabelece que não será considerada a ausência do Senador nos sessenta dias anteriores às eleições gerais, determinando que se aplique, no caso, o art. 13.

Considerando o disposto no §1º do art. 44-A do Regimento Interno, e tendo em vista que as eleições gerais ainda não foram concluídas, uma vez que haverá segundo turno para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República e de Governadores dos Estados do Amapá, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e do Distrito Federal, a Mesa e os Srs. Líderes resolveram que no período de 10 a 27 do corrente sejam realizadas sessões não-deliberativas. Havendo, contudo, necessidade de votação de matéria urgente, os Senadores serão convocados para sessão deliberativa com essa finalidade.*

Portanto, não haverá sessão deliberativa, ou seja, será adotado o mesmo critério para as eleições em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Edison Lobão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não haverá Ordem do Dia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em seguida, passaremos à Ordem do Dia.

Tem a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta oportunidade em que assomo à tribuna, após as históricas eleições de 6 de outubro, desejo consignar nos Anais a minha profunda gratidão ao povo do Maranhão, que me reconduziu ao Senado Federal. Agradeço não somente aos 1.106.151 mulheres e homens que, de modo tão expressivo, me consagraram nas urnas, mas também aos adversários que, no correr de toda a campanha eleitoral, respeitaram-me e trataram-me com dignidade.

A essência de uma eleição é a oportunidade dada à população para julgar os que a representam. No Maranhão, viu-se que o povo conhece o trabalho que tenho realizado em seu benefício e confia que muito mais posso fazer pelo meu Estado e pelo Brasil. Este é o meu objetivo na vida pública.

Sr. Presidente, todos nós estamos retornando de mais uma batalha eleitoral. Trazemos no espírito, e não raro no próprio corpo, as cicatrizes das lutas travadas no largo campo das disputas e das idéias.

Como políticos que somos, dedicados à vida pública, sabemos quão grandes são as dificuldades para nos oferecermos ao julgamento popular, o único e decisivo juiz de como nos conduzimos em nossos mandatos.

Na nova legislatura que se aproxima, alguns dos que aqui se encontram – aos quais nos afeiçoamos e aprendemos a admirar – não retornarão a esta Casa, e outros – igualmente brilhantes e patriotas – virão a ocupar os lugares nessa alternância que simboliza a beleza e a magnitude do sistema democrático.

A cada eleição – que o político impulsiona como renovador de forças e idéias – aprendemos mais um pouco, mesmo aqueles que há décadas, como eu, devotaram suas vidas à representação popular. Vivenciamos, num processo eleitoral, um sem-número de pequenos e grandes fatos que acrescentamos à nossa experiência, mais e mais nos preparando para servir ao povo brasileiro, nosso objetivo maior e final.

Nessas eleições de outubro – que ainda não foram concluídas para os que enfrentarão o segundo turno – ficou definitivamente consagrado, reafirmando as anteriores, que as eleições brasileiras têm como seu principal instrumento de divulgação a televisão. A participação do rádio nessa divulgação é também muito importante, mas complementar à da televisão. Igualmente a dos comícios, em praças públicas, quando se dá ao eleitor a oportunidade de ver e ouvir seus candidatos.

Reafirmou-se, portanto, a realidade de que a televisão, com o mecanismo do direito de resposta, vem conduzindo e conduzirá no futuro todas as disputas eleitorais em nosso País. Mesmo aqueles que, por força da regulamentação eleitoral, ganham menos tempo do que seus adversários para expor suas plataformas nos horários gratuitos sabem superar tais deficiências com criatividade e são capazes de levar ao povo, igualmente nos comícios e reuniões, as suas verdades e mensagens.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses embates há um fator negativo que está a merecer a interferência do legislador para a urgente correção de rumos: trata-se das chamadas pesquisas de opinião pública no período eleitoral. A regulação que a Justiça Eleitoral já lhes impôs não tem sido suficiente. É evidente que essas pesquisas, contrariando frontalmente os propósitos de isenção, exercem grande peso no momentos mais decisivos do processo eleitoral. Interferem no espírito do eleitor nos instantes das suas opções, impondo uma influência que não pode existir no livre debate das idéias.

O famoso Ibope – que se tornou entre nós uma espécie de **griffe** entre os institutos de pesquisa – errou drasticamente nos seus prognósticos maranhenses. Nas minhas quatro disputas em eleições proporcionais e majoritárias, esse instituto habitualmente colocou-me praticamente derrotado em meio aos processos eleitorais, jamais alcançando o prognóstico de que eu seria, como o fui, amplamente vitorioso nas urnas em todas essas disputas. A minha estranheza reside no fato de que institutos maranhenses de pesquisa, como a Econométrica, prognosticavam simultaneamente exatamente o contrário, isto é, de que a aprovação popular ao meu nome superava de muito a dos adversários.

Ora, se um instituto de pesquisa mesmo qualificado pode eventualmente cometer erros, não se justifica que dois institutos, utilizando num mesmo período a mesma metodologia e os conhecidos meios técnicos e científicos de aferição, apresentem resultados

opostos a serem amplamente divulgados pela televisão e pelo rádio para influenciar pessoas.

Pessoalmente, como nas minhas anteriores campanhas eleitorais, sofri nesta última graves prejuízos com as pesquisas sabidamente equivocadas, para dizer o mínimo, do Ibope. Seja eu ou outro candidato vítimas desses prejuízos, não é isso o que desejavam o legislador e a Justiça Eleitoral.

O jornal **O Globo**, na edição de ontem, trouxe reportagem sob o título “Institutos de pesquisas erram de novo”, relatando o sem-número de injustificáveis equívocos habitualmente cometidos não somente pelo Ibope, mas também por outras empresas. Óbvio que tais erros na aferição da inclinação popular causaram sérios gravames para muitos candidatos.

Instrumentos legais devem ser criados, Sr. Presidente, para o encontro de uma solução que obste os malefícios de ditas “pesquisas” em meio ao processo eleitoral. De nada adianta a equanimidade, buscada como uma exigência ética para a equiparação de oportunidades entre os candidatos, se uma simples e suspeita pesquisa, avalizada por institutos de renome, põe a perder o mérito de uma legislação que desejamos cada vez mais aprimorada.

Eis por que devemos colocar em pauta, para debates, o reexame do procedimento técnico dos institutos de pesquisas de opinião, a fim de impedir que falhas ou deficiências comprometam o objetivo da equanimidade entre os candidatos se levanamente dadas à publicidade.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Cumprimos V. Ex^a pela explanação que faz, especialmente pela vitória em sua reeleição. Uma vitória que consolida o reconhecimento do povo do Maranhão ao trabalho feito como Senador, como membro da Mesa desta Casa, e o reconhecimento do passado, dedicado à coisa pública e ao povo maranhense. Da minha parte, como colega Senador e principalmente como amigo, desejo que tenha um novo mandato, sempre trabalhando na defesa intransigente da democracia. Aqui não estarei. Optei por não disputar a eleição este ano, encerrando o meu mandato, mas, com orgulho, estarei, à distância, acompanhando o trabalho, a determinação, a vontade, não apenas a presença física, mas a presença nos grandes momentos políticos do Senado e do Brasil. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço as palavras tão generosas de V.Exª e lastimo que V.Exª não tenha concorrido e, por consequência, não tenha a oportunidade de retornar a esta Casa já em janeiro. Esta Casa que V. Exª tanto dignificou e abrihantou com a sua presença.

V.Exª foi um dos melhores Senadores desta legislatura. V.Exª nos deu, em muitos momentos, o seu exemplo e a sua luz, como um farol a nos guiar nesses momentos mais graves da vida pública brasileira.

Sr. Presidente, ainda hoje, o jornal **O Globo** publica mais uma matéria, que é uma entrevista do Sr. Montenegro, o dono do Ibope, em que declara: “Acertamos em 24 Estados”. E, em dado momento, ele diz: “Acertamos todas as tendências. Tivemos problemas em apenas três Estados: Paraíba, Pará e Mato Grosso”. Não é exato. Ele teve problemas, sim, no Maranhão. Chegou a ponto de, numa determinada pesquisa, colocar-me 15 pontos percentuais acima do meu competidor e, vinte dias depois, colocar-me 10 pontos abaixo do competidor. Depois, consultei um cientista político, especializado em exame de pesquisas, e dizia-me ele que essa diferença de 25 pontos percentuais é simplesmente impossível de acontecer com qualquer candidato em qualquer parte do mundo. Pois isso foi feito pelo Ibope no meu Estado, o Maranhão: o Ibope, faltando alguns dias para a eleição, ainda me colocava numa situação, do ponto de vista dele até benigna, de empate, e ganhei do meu competidor com grande diferença. Aliás, nas quatro eleições majoritárias que disputei, o Ibope sempre me colocou perdendo, enquanto que ganhei com grande diferença dos meus adversários. Não posso, portanto, que me desculpe o Sr. Montenegro, acreditar nesse instituto, que, reconheço, é uma **griffe** nacional, mas que, pelo menos no Maranhão, não tem credibilidade.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Edison Lobão, V.Exª me concede um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Concedo a palavra a V. Exª.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Senador Edison Lobão, em primeiro lugar, parabênizo V.Exª pelo novo sucesso. Conheço de perto a sua carreira, que iniciou aqui em Brasília, como jornalista, por sinal um brilhante jornalista, e, ao longo desse tempo, se não me engano, foram dois mandatos de Deputado Federal, Governador, mais três mandatos de Senador. Agora, V.Exª aborda esse caso das pesquisas. Em nosso País, há uma concepção de pesquisa em que, na maioria das vezes, antes da eleição, é indutiva. Quem promove a pesquisa acaba sendo contempla-

do. Isso existe em todas as partes de nosso País, e é até uma maneira de induzir eleitores. No Brasil, lamentavelmente, os eleitores tentam não perder a eleição, como se isso não dignificasse sua própria pessoa, perder o voto dado. Às vezes, mudam para um candidato com menos qualidade do que outro justamente para dizer que não perdeu o voto. Quando vai chegando a eleição, eles se aprimoram porque, acima de tudo, está a verdade. Só podemos acreditar nas pesquisas às vésperas da eleição porque está em jogo o nome da empresa. Antes das eleições, as pesquisas deixam muitas dúvidas. Normalmente são indutivas e, muitas vezes, levam ao eleitor uma falsa impressão que prejudica o discernimento da campanha, principalmente em nosso País, onde não há firmeza de propósito nos votos. Nestas eleições, tivemos o caso dos candidatos à Presidência da República em que, à medida que o índice de um caía, os institutos passavam para outro tentando, evidentemente, acompanhar o vencedor. É uma observação que faço sobre pesquisa, mas, antes de mais nada, cumprimento-o pelo sucesso de sua carreira, pelo brilhantismo de sua presença na Mesa do Senado Federal, ocupando algumas vezes a Presidência dos trabalhos com muito respeito por parte de todos os Senadores. Nossos cumprimentos!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a V. Exª, Senador Lindberg Cury. V. Exª tem uma boa dose de razão. Os institutos, na verdade, procuram ter cuidado apenas nos momentos finais da campanha eleitoral. Antes disso, é o “vale tudo”. Precisamos, por isso, elaborar uma legislação capaz de pôr freios nesse comportamento desigual que ocorre em todas as campanhas eleitorais. Não é possível continuarmos à mercê dos institutos de pesquisa, sobretudo dessa grife que se chama Ibope.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço o aparte a V. Exª.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (PSB – SE) – Senador Edison Lobão, em primeiro lugar, parabênizo-o pelo seu retorno à nossa Casa, o Senado Federal, e à Mesa da qual o Senador Ramez Tebet, V. Exª e eu fazemos parte, ao lado de muitos outros companheiros valorosos. Parabênizo o povo do Maranhão. Somos adversários políticos, somos de siglas diferentes, mas conheço seu trabalho no Senado Federal, desenvolvido ao longo dessa trajetória brilhante como Senador da República, como Governador do Estado dos mais operosos. Lamento que V. Exª, como outros muitos, tenha sido vítima de pesquisas eleitorais e

também de uma campanha insidiosa, maléfica, que foi conduzida por adversários de V. Ex^a. Sabemos quem são seus adversários pela conduta que tiveram no Senado Federal. Sei o quanto V. Ex^a sofreu como homem público, como chefe de família, homem sério e correto que é, com as acusações infundadas que lhe foram imputadas, mas o direito de resposta, que é concedido pela legislação eleitoral, proporcionou-lhe responder efetivamente às injúrias que foram feitas contra a sua pessoa. Quanto às pesquisas eleitorais, há projetos em tramitação nesta Casa e na Câmara dos Deputados que procuram regulamentar a publicação dessas pesquisas. Inclusive, sou autor de uma dessas proposições que trata justamente da proibição de, na proximidade das eleições, divulgação de qualquer pesquisa a respeito de candidaturas no processo eleitoral. Fui muito criticado pelos institutos e agências de opinião pública que achavam que isso era contra a democracia, que isso viria prejudicar os institutos sérios existentes no Brasil. Ora, os erros estão aí, descomunais, cometidos ao longo de muitas outras eleições, e não são coibidos. Não há processo algum movido contra essas empresas. E os candidatos sofrem as consequências dos erros cometidos, que são inúmeros. Houve o caso de V. Ex^a, no Estado de Sergipe, e outros casos em muitos outros Estados. Todos reclamam da imprecisão das pesquisas eleitorais, muitas delas conduzidas de forma tendenciosa. O Ibope cometeu equívoco, mas não o acusarei de ter agido de forma tendenciosa. Mas são erros descomunais que não podem ser cometidos e aceitos de forma compreensiva por todos nós. É preciso haver uma legislação que regule a publicação de pesquisas e que evite esses abusos que vêm em detrimento de candidaturas que, na prática, o povo quer que prosperem e que as pesquisas eleitorais levam lá para baixo. Em suma, o povo do Maranhão jogou as pesquisas de lado, no lixo, e trouxe V. Ex^a para o nosso ambiente, para nossa alegria, para nosso contentamento. Mais uma vez, parabênizo V. Ex^a e felicito o povo do Maranhão pela atitude correta de ter eleito V. Ex^a.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a nos acompanha nestas nossas preocupações relativas às pesquisas eleitorais. O seu projeto há de ser, portanto, esta fase embrionária dos cuidados que devemos ter no sentido de construir a legislação a que me refiro. Não podemos permitir que os institutos de pesquisa laborem mais nas eleições do que os próprios eleitores. Isso é algo inaceitável para o Brasil moderno.

Ao mesmo tempo, agradeço as palavras tão generosas de V. Ex^a em relação a este seu colega da

Mesa. V. Ex^a tem atuado, juntamente com Ramez Tebet, com Carlos Wilson, comigo e com os demais membros da Mesa, com muita elevação, grandeza e dignidade e não nos faltou jamais com a sua solidariedade.

Vivemos juntos aquele drama do ano passado, em que tive que assumir a Presidência do Senado, talvez em um dos momentos mais dramáticos de sua existência. V. Ex^a esteve ao meu lado, aconselhando-me e ajudando-me, e, graças a Deus, fomos vencedores. V. Ex^a e eu estivemos juntos naquela fase tão difícil.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Edison Lobão, deixando à margem os merecidos parabéns pela reeleição de V. Ex^a, o fio condutor filosófico do discurso de V. Ex^a é a chamada falsidade da pesquisa. Com todas as letras, essa é a grande verdade, e, no meu entendimento, isso só será corrigido quando o fundo partidário encomendar a pesquisa, para que ela não seja, como foi dito pelo Senador Lindberg Cury, inflada por aqueles que a encomendam e têm interesse na sua divulgação, levando o eleitor a ser induzido por aqueles candidatos que, segundo eles, estão na frente. Quero cumprimentá-lo e dizer que tramita na Casa um projeto nesse sentido, para corrigir essa anomalia. Infelizmente, nós nos quedamos, e, se isso não sofrer um cobro, daqui a pouco não será preciso que haja eleições; bastará que os institutos de pesquisa digam qual será o eleito para que isso seja sacramentado. Quero cumprimentá-lo, mais uma vez, pela oportunidade do seu discurso e pela forma com a qual V. Ex^a revida o que lhe fizeram ao longo dessa campanha.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ao tratar desta matéria, Senador Bernardo Cabral, na verdade cuido daquilo que foi feito não apenas em relação a mim, mas, seguramente, em relação também a um grande número de Senadores, de Governadores e de Deputados.

Não podemos permitir jamais que esses institutos, repito, substituam a consciência nacional. Quando distorcem os resultados das pesquisas, que vão sendo divulgadas por cadeias de televisão, eles influenciam inevitavelmente a opinião pública, sobretudo aquela parcela dos indecisos, que, pouco antes das eleições, é muito grande. Essa parcela começa a ser influenciada pelos resultados dessas pesquisas de opinião,

resultados esses que, muitas vezes, são falsos. Portanto, essa preocupação haverá de ser de todos nós, sem o que haverá o risco de os resultados das eleições serem fraudados por conta de tais desvios.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (PFL – BA) – Senador Edison Lobão, gostaria de cumprimentá-lo pela vitória expressiva que V. Ex^a obteve, junto com o nosso Partido, junto com a Senadora Roseana Sarney e com o Governador José Reinaldo. Gostaria de saudá-lo e todo o Partido no Maranhão pela expressiva vitória.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Júnior, a manifestação de solidariedade e de regozijo com a minha eleição e com a dos meus companheiros do Maranhão. Representamos, de fato, a vontade do povo. Digo isso com tranquilidade, sem nenhuma afetação, sem nenhum orgulho que não seja o de ser maranhense e de ter a amizade do povo. A nossa causa, a causa do PFL do Maranhão, é a causa do povo, e, por isso, somos sempre contemplados pela maioria, apesar das pesquisas.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Primeiramente, saúdo, com grande alegria, o retorno de V. Ex^a a esta Casa. Sou seu amigo de longa data e seu admirador e fiquei muito feliz com o resultado da eleição. Em segundo lugar, devo dizer da minha solidariedade em relação a esse protesto, a esse discurso, a essa oração que V. Ex^a faz. Sei o que é isso. Na eleição passada, atribuíam-me três pontos contra quarenta e oito pontos, e, no final, ganhei por seis pontos. A pesquisa era contrária o tempo todo, e os indecisos deixam-se levar pela pesquisa. Muitos votos seguem a pesquisa, porque muitos gostam de votar em quem vai ganhar. Essa distorção só será corrigida quando a reforma política realmente ocorrer. Como eu disse ontem aqui, no plenário do Senado, em 1996 apresentei a tese de que precisávamos começar tudo pela reforma política. É hora de começarmos, nessa nova Legislatura, a fazer essa reforma, para que não haja distorções nas pesquisas, para que não haja distorções como essa em que um Deputado com cento e vinte mil votos não é eleito e outro, com duzentos e poucos

votos, é eleito, na Grande São Paulo. Isso não ocorreu no Cafundó do Judas, mas sim na Grande São Paulo! Nós, do Congresso, temos a obrigação de pôr fim a distorções como essas. Ontem, ouvi a entrevista do Presidente Ramez Tebet, que, com muita propriedade, dizia que isso não depende do Executivo, nem de ninguém, mas de nós, Parlamentares, porque se trata de um caso político, e a responsabilidade é do Congresso. Isso cabe só e unicamente a nós. Essa matéria tramitou por quatro anos na Câmara dos Deputados e, agora, está aqui, no Senado, mas ainda não decidimos a esse respeito. Precisamos decidir sobre essa questão, e providências precisam ser tomadas, para que não ocorram as injustiças que V. Ex^a e muitos de nós sofremos na vida pública, exatamente por causa dos desvios das pesquisas e de outros itens da vida política que precisam ser mais bem regulamentados. Parabéns! Mais uma vez, a minha saudação pelo seu retorno.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Precisamos ter a coragem, realmente, de realizar a reforma política. O Brasil é um País moderno e não pode ter uma legislação política arcaica, obsoleta, bolorenta, superada, vencida. Nessa reforma política, haveremos de incluir esse item para aperfeiçoar, de fato, a vida pública deste País.

Sr. Presidente, V. Ex^a já me chama a atenção com relação ao tempo. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância e aos companheiros pela atenção e pela participação neste debate.

Muito obrigado.

O Sr. Ramez Tebet, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet, por permuta com o Senador Luiz Otávio.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, expresso, engrandecido, da tribuna desta Casa, cuja Presidência tenho a honra de exercer em momento tão marcante da vida nacional, o testemunho contundente da vocação democrática e da firme determinação do povo sul-mato-grossense, que, em apenas um quarto de século, foi capaz de construir um dos Estados mais promissores do Brasil.

Mais que isso, teve esse povo altivo a disposição cívica para se projetar como sociedade empe-

nhada na confirmação do pluralismo étnico e cultural, transnacional até, que é patrimônio de um espaço geopolítico único, onde o Brasil, o Paraguai e a Bolívia comungam, cotidianamente, do verdadeiro pan-americanismo.

Trago-lhes, pois, Sr^{as} e Srs. Senadores, o alento e a esperança renovada no futuro deste País, alento e esperança de que me reabasteci no contato intenso e fecundo com a gente generosa e ativa do meu Mato Grosso do Sul, Estado a que homenageio, pelos vinte e cinco anos de sua criação, a serem comemorados no próximo dia 11 do corrente.

Há tão-somente um quarto de século, portanto, a onze de outubro de 77, o então Presidente Ernesto Geisel assinava a Lei Complementar nº 31, criando o Estado de Mato Grosso do Sul em território desmembrado do Estado de Mato Grosso.

O que significa um quarto de século para a História da Humanidade? Um brevíssimo lapso, diriam os historiadores. Tempo suficiente para se construir e consolidar uma sociedade moderna e pulsante, sedimentada, sobretudo, na ruptura com o atraso e no inconformismo com o subdesenvolvimento, diriam os meus conterrâneos sul-mato-grossenses.

Vinte e cinco anos foram tempo suficiente para que brasileiros de todos os quadrantes, acolhidos com a generosidade inerente a um povo de múltiplas raízes étnicas, amalgamassem com este um autêntico processo civilizatório.

Fecundadas com o suor e a têmpera de novos bandeirantes voltados para a exploração racional das potencialidades naturais, as vastidões monótonas dos cerrados improdutivos transformaram-se em campos fertilíssimos, com índices de produtividade dos maiores do País. A pecuária, antes extensiva e pouco rentável, tem hoje alto padrão de tecnologia aplicada. Setores de serviços, como comércio, ensino superior, centros médicos de complexidade crescente e turismo, experimentam expansão vertiginosa.

O contraponto a essa extraordinária expansão, em quantidade e qualidade, tanto nos setores terciários quanto na agricultura e na pecuária de Mato Grosso do Sul, reside na ainda incipiente estrutura industrial, incapaz de processar no próprio Estado grande parte de sua exuberante produção primária.

Entretanto, a mais importante e inalienável conquista de Mato Grosso do Sul está no seu magnífico patrimônio humano, cujos fundamentos sócio-culturais e políticos expressam-se na recusa radical à subordinação econômica e ao subdesenvolvimento intelectual. A par da modernização das estruturas eco-

nômicas, verifica-se a essencial ampliação dos horizontes intelectuais e dos paradigmas culturais, seja pela extraordinária expansão do ensino universitário, seja pela confirmação das principais cidades do Estado como pólos de oferta de serviços crescentemente sofisticados.

É desse jovem e vibrante Mato Grosso do Sul que lhes trago, Sr^{as} e Srs. Senadores, a certeza de que, apesar dos pessimistas de sempre e dos derrotistas de ocasião, o Brasil tem jeito e tem futuro, um futuro que já estamos construindo, mas que precisa ser antecipado em presente plausível e palpável, generoso e plural.

Basta, para tanto, que as elites políticas deste País, na qual por certo nos incluímos, mobilizem-se no concerto de um pacto objetivo pela real interiorização do desenvolvimento, o que significa, concretamente, estabelecer mecanismos de apoio à agroindústria, única forma de reduzir as gritantes disparidades regionais, agregando valor à produção primária, gerando emprego e renda.

Certamente, não haverá momento mais oportuno para a definição desse pacto pelo desenvolvimento regional que este, quando se trava o debate democrático decisivo em torno de programas e propostas que buscam o referendo da Nação no turno final da eleição presidencial. A propósito, aliás, é de se lamentar que políticas específicas de interiorização do desenvolvimento tenham merecido não mais que discretas menções nos programas de governo expostos à avaliação da sociedade nacional.

Sem uma política duradoura, clara e consequente, de desenvolvimento regional, fundada na garantia de infra-estrutura de transporte e de energia, riquezas potenciais continuarão "adormecidas", enquanto seguiríamos repetindo com Paulo Francis: "Tudo nos pertence, só que não existe".

Para se tornar eficaz e produtora, a garantia de infra-estrutura deve ser complementada com a oferta de incentivos e suportes para a agroindústria.

Sem infra-estrutura adequada e incentivos subordinados à localização estratégica das plantas industriais, definida com vistas à redução de disparidades, o Brasil estará fadado à perpetuação do perverso dilema que contrapõe, na mesma Pátria que seria de todos, os muito ricos e os absolutamente deserdados de futuro e, no mesmo território comunitário que seria o espaço sagrado da Nação, territórios altamente desenvolvidos e cantões esquecidos.

E nem seria necessário dizer aqui que, enquanto persistirem as profundas e injustas apartações so-

ciais, enquanto perdurarem as paradoxais diferenças regionais, o País ainda não terá se erigido à plena condição de Nação. E seu povo não terá se alçado em sociedade livre, generosa e soberana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a homenagem aos vinte e cinco anos de meu querido Mato Grosso do Sul, a que os convido a se associar, em preito de reconhecimento a um povo que é a síntese de concreta brasilidade, permite-me uma evocação do mais puro sentimento de gratidão.

Trago das minhas peregrinações por todos os rincões do Mato Grosso do Sul, além das contundentes manifestações de esperança e fé em um Brasil mais justo e generoso, a tão magnífica e magnânima quanto desafiadora ratificação da confiança de meus conterrâneos: reeleito com uma das maiores votações do País, em termos proporcionais, para seguir representando meu Estado nesta Casa, divido com meus ilustres Pares a alegria extraordinária com que acolho o referendo democrático.

Meu Mato Grosso do Sul chega ao primeiro quarto de século de sua história confrontado com momento decisivo para o seu próprio futuro. Caberá ao povo decidir, democraticamente, nas urnas do segundo turno para o governo do Estado, entre a mera prorrogação de uma administração ineficiente e as propostas de políticas públicas capazes de retomar o caminho do desenvolvimento, de que lamentavelmente nos desviamos.

Para concluir, reafirmo minha inabalável disposição de corresponder sempre à lúcida solidariedade e à altiva contribuição que tenho merecido das senhoras e dos senhores na tarefa de servir ao meu Estado e ao País.

Expresso ainda a minha convicção de que o Senado da República haverá de confirmar-se, no fim do processo eleitoral que mobiliza a Nação, como instituição fiadora da democracia e instância generosa de sua plena realização.

Assim foi, assim é e assim será. Que Deus nos ilumine e inspire a todos. Parabéns ao povo de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Lindberg Cury (PFL – DF) – Não quis interromper o brilhantismo do seu pronunciamento, mas sou levado por um sentimento a fazer alguns registros. Tive a oportunidade de conhecê-lo quando

Superintendente da Sudeco em Brasília há aproximadamente 20 anos, começando, ainda jovem, uma carreira. Posteriormente, assumiu proporções políticas em seu Estado, Mato Grosso do Sul – acredito que o Estado nem era dividido na época. Fez uma campanha brilhante, partindo do nada. Foi Vice-Governador, Governador, Senador e ocupou no Senado cargos anteriormente importantes, inclusive como Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, que deu uma dinâmica muito grande ao trabalho e à firmeza de V. Ex^a por todo este Brasil. Num momento em que era preciso muita segurança e prudência, V. Ex^a exerceu sua função com muita capacidade. Logo depois, Presidente do Senado Federal, mas anteriormente Ministro. Foi realmente uma carreira muito brilhante. O Estado do Mato Grosso do Sul apresenta qualidades excepcionais em sua agricultura, em seu meio ambiente, na cultura do seu meio ambiente, que tive a oportunidade de conhecer; o seu Estado tem um futuro muito grande pela frente e, sem dúvida nenhuma, será o grande alimentador do mundo em matéria de grãos. Essa contribuição foi muito marcante com a presença de V. Ex^a quer na Sudeco, quer no Senado, quer no Ministério da Integração Nacional. E o Estado lhe deve muito; tanto deve que a resposta veio nesta eleição. Sem muito esforço ou desdobramento da parte de V. Ex^a na procura de votos, o Estado deu uma resposta elegendo-o como um dos mais votados proporcionalmente no Brasil. Os nossos cumprimentos, Sr. Presidente. V. Ex^a exerce com muita seriedade, probidade, inteligência e capacidade o seu mandato onde quer que esteja. O Senado se sente honrado com isso. Eu, que me considero um amigo de V. Ex^a, também quero registrar o meu contentamento pelo seu retorno e parabenizar o Estado do Mato Grosso do Sul por mais oito anos de Senado. Parabéns!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Lindberg Cury, não relativamente a minha pessoa, mas a meu Estado, o penhor da nossa gratidão por V. Ex^a se referir ao Mato Grosso do Sul como o Estado que pode ser – e certamente será – o celeiro do progresso e do desenvolvimento do nosso País. Sou grato a V. Ex^a. Quanto às referências pessoais, eu as creio à amizade que nos une.

Sr. Presidente, não quero descer da tribuna sem agradecer ao Senador Luiz Otávio pela gentileza da cessão do seu tempo para que eu pudesse ocupar a tribuna e não deixar passar em branco os vinte e cinco anos da criação do Estado de Mato Grosso do Sul. V. Ex^a com esse gesto me permitiu ocupar a tribuna

para homenagear o Estado a que tudo devo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Prorrogo a Hora do Expediente por quinze minutos para atender a três comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de saudar e agradecer ao povo da Bahia pela consagração proporcionada, pela vontade expressa nas urnas, ao Partido da Frente Liberal. Os números da vitória do Partido são incontestáveis: mais uma vez, o Partido elegeu os dois Senadores. Além de Antonio Carlos Magalhães, que a Bahia traz de volta a esta Casa – a este plenário –, o baiano passará a contar, a partir de 2003, neste Senado Federal, com o ex-Governador César Borges.

O PFL elegeu o Senador Paulo Souto, já no primeiro turno, Governador da Bahia, com 53,7% dos votos. Assim, a Bahia permanece com três Senadores do PFL a representá-la, uma vez que Rodolpho Tourinho ocupará a vaga de Paulo Souto.

Para a Câmara Federal, com uma votação de números expressivos, o Partido trará a maior bancada estadual. Nenhum outro Partido traz para a Câmara bancada tão significativa. O PFL elegeu dezenove deputados federais, e a coligação elegeu mais três. Ou seja, são vinte e dois, a maior bancada na Câmara Federal. A segunda é a do PT de São Paulo, com dezoito. E ocupam o terceiro lugar o PT de Minas Gerais e o PSDB de São Paulo, com onze cada uma. Portanto, o número é muito expressivo para o PFL baiano.

Na Assembléia Legislativa Estadual, também conquistamos a maioria das cadeiras.

É este, Sr. Presidente, o registro que quero consignar: a Bahia fez seu julgamento e, nestas eleições, por uma vitória esmagadora, soube, mais uma vez, escolher e prestar justiça a seus homens públicos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, para uma comunicação inadiável. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Eminentíssimo Presidente, Senador Edison Lobão, Sr^{as} e Srs. Senadores, infelizmente, a comunicação inadiável exige que eu faça este discurso na totalidade. O Senado Federal tem um registro obrigatório a fazer: Os Sertões, de Euclides da Cunha, está fazendo 100

anos. Foi publicado em 1902, cinco anos depois do fim do episódio que lhe serve de tema: a Guerra de Canudos. Nem seria preciso dizer, mas diga-se: o livro continua um monumento. É um monumento literário e também um monumento de reflexão sobre esse tema sempre intrigante chamado Brasil.

Quem o leu conhece o sertão baiano mesmo sem tê-lo visitado. Conhece seu solo recretado, castigado pelas secas, seu relevo bizarro, seu clima instável, seus rios transitórios, sua flora decídua. Conhece o sertanejo forte e franzino, amoroso da terra até o fim, religioso, retrógrado, produto inevitável de isolamento físico e cultural. Sabe por que o sertanejo acolheu a liderança do Conselheiro e empenhou esta vida terrena, de pouca valia, para defender-se de quem queria roubar-lhe a outra, a eterna.

Os Sertões, uma obra-prima, possivelmente o maior livro que já se escreveu até hoje, no Brasil, é, simultaneamente, uma obra de um cientista – geógrafo, etnógrafo, geopolítico –, de um homem de pensamento e de idéias e de um antecessor da hoje denominada Ciência Política, e uma obra de arte da linguagem. O pensador enciclopédico, contudo, não limitado nem detido pelos estudos matemáticos, sociológicos, geopolíticos e mesmo os de teor filosófico, era, sobretudo, sensibilizado pela geografia humana, muito mais do que pela geografia física, dos humilhados e oprimidos, dos ignorados pelos litorâneos, e de toda uma vasta população de camponeses, rudes e deserdados. Seguidores fanáticos dos messias que falavam em nome de Deus e anunciavam o fim do mundo, o perdão divino diante da inclemência da seca e a ressurreição, após a vida terrena, para outra melhor, misericordiosamente feliz.

Esse é o primeiro aspecto da grandeza da obra, resumido na frase que o gênio de Euclides da Cunha forjou para explicar por que os militares que combateram em Canudos não apenas agiam na certeza da impunidade como não temiam o juízo do futuro: “a História não iria até lá”. O sertão era demasiado pobre e distante, demasiado inglório para merecer a atenção da posteridade. “O sertão é o homizão”, acrescentou Euclides. Escreveu ainda: “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava”.

Eis um conceito, este de que “a História não iria até lá”, que comporta larga reflexão na realidade brasileira. Vale não só para o juízo do futuro, mas também do presente. Há crimes cometidos na certeza de que estão imunes não só à História, mas ao mero re-

gistro dos contemporâneos. Nos porões da ditadura, reinava a certeza de que a História não chegaria lá. Atualmente, os morros cariocas exemplificam, por excelência, um rincão onde a História não chega. Assim como o deserto, assim como o sertão na descrição de Euclides, o morro é um homizio. Ele está no alto, não num vale como Canudos, mas também é um parêntese, um hiato, um vácuo. Não existe.

Outro aspecto, extremamente relevante e atual que a obra aborda, é o da relação entre comunicação e guerra. Na história mundial, tem-se documentada a primeira grande campanha da imprensa que teve por objetivo instigar a operação militar em amplo território estrangeiro...

Sei, Sr. Presidente, que não dará tempo de ler tudo, nem vou abusar do Regimento. V. Ex^a, evidentemente timbrado pela generosidade, está a fazer vista cega ao excesso de tempo. Peço a V. Ex^a que determine a publicação desse discurso na íntegra, não só em homenagem a este seu velho companheiro que tanto o estima, mas, sobretudo, em reconhecimento à grande obra de Euclides da Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a será atendido por inteiro, na forma do Regimento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR BERNARDO CABRAL

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal tem um registro obrigatório a fazer: Os Sertões, de Euclides da Cunha, está fazendo 100 anos. Foi publicado em 1902, cinco anos depois do fim do episódio que lhe serve de tema, a Guerra de Canudos. Nem seria preciso dizer, mas diga-se: o livro continua um monumento. É um monumento literário e também um monumento de reflexão sobre esse tema sempre intrigante chamado Brasil.

Quem o leu, conhece o sertão baiano mesmo sem tê-lo visitado. Conhece seu solo recretado, castigado pelas secas, seu relevo bizarro, seu clima instável, seus rios transitórios, sua flora decídua. Conhece o sertanejo forte e franzino, amoroso da terra até o fim, e religioso, retrógrado, produto inevitável de isolamento físico e cultural. Sabe por que o sertanejo acolheu a liderança do Conselheiro e empenhou esta vida terrena, de pouca valia, para defender-se de quem queria roubar-lhe a outra, a eterna.

Os Sertões, uma obra-prima, possivelmente o maior livro que já se escreveu até hoje, no Brasil, é, simultaneamente, obra de um cientista – geógrafo, etnógrafo, geopolítico –, de um homem de pensamento

e de idéias e de um antecessor da hoje denominada Ciência Política. Também do criador de uma especial obra de arte da linguagem. O pensador enciclopédico, contudo, não limitado nem detido pelos estudos matemáticos, sociológicos, geopolíticos e mesmo os de teor filosófico, era, sobretudo, sensibilizado pela geografia humana, muito mais do que pela geografia física, dos humilhados e oprimidos, dos ignorados pelos litorâneos, e de toda uma vasta população de camponeses, rudes e deserdados. Seguidores fanáticos dos messias que falavam em nome de Deus e anunciavam o fim do mundo, o perdão divino diante da inclemência da seca e a ressurreição, após a vida terrena, para outra, melhor, misericordiosamente feliz.

Esse é o primeiro aspecto da grandeza da obra, resumido na frase que o gênio de Euclides da Cunha forjou para explicar por que os militares que combateram em Canudos não apenas agiam na certeza da impunidade como não temiam o juízo do futuro: “a História não iria até lá”. O sertão era demasiado pobre e distante, demasiado inglório para merecer a atenção da posteridade. “O sertão é o homizio”, acrescentou Euclides. Escreveu ainda: “Canudos tinha muito apropriadamente, em roda, uma cercadura de montanhas. Era um parêntese; era um hiato; era um vácuo. Não existia. Transposto aquele cordão de serras, ninguém mais pecava”.

Eis um conceito, este de que “a História não iria até lá”, que comporta larga reflexão na realidade brasileira. Vale não só para o juízo do futuro, mas mesmo do presente. Há crimes cometidos na certeza de que estão imunes não só à História, mas ao mero registro dos contemporâneos. Nos porões da ditadura, reinava a certeza de que a História não chegaria lá. Atualmente, os morros cariocas exemplificam por excelência um rincão onde a História não chega. Assim como o sertão, na descrição de Euclides, o morro é um homizio. Ele está no alto, não num vale como Canudos, mas também é um parêntese, um hiato, um vácuo. Não existe.

Outro aspecto, extremamente relevante e atual que a obra aborda, é o da relação entre Comunicação e Guerra. Na história mundial, tem-se documentado a primeira grande campanha da imprensa que teve por objetivo instigar a operação militar em um amplo território estrangeiro: a ilha de Cuba, no fim do século XIX. Segundo vários historiadores, “essa intervenção poderia ter sido evitada sem a histeria da lógica da guerra desencadeada por uma imprensa que não recuou diante de qualquer mentira para provocar o desfecho fatal”. Durante essa movimentação de incitar o governo norte-americano a intervir contra a ilha de Cuba,

uma das últimas possessões do império espanhol, um repórter, ao chegar à Ilha, telegrafa ao seu patrão W. R. Hearst: “Tudo está calmo. Não haverá guerra, gostaria de voltar”. Hearst, de imediato, responde: “Peço-lhe para ficar. Forneça instruções que me encarregue da guerra”.

O jornalismo brasileiro, como em outras partes do mundo ocidental, desenvolveu-se ao lado da literatura. Essa experiência pode ser observada desde o século XIX, por meio do romance-folhetim, passando pela década de 50, com o surgimento dos suplementos literários, até os dias de hoje, com os “segundos cadernos”. Muitos dos escritores que marcaram a história nacional eram também jornalistas, como Machado de Assis, José de Alencar, Aluísio de Azevedo, Lima Barreto e Euclides da Cunha.

Mas este último ainda ocasionou um confronto de gêneros no momento em que, mesmo na condição de correspondente do jornal **O Estado de S. Paulo**, fez com que a representação sobre a guerra de Canudos saísse das páginas dos jornais para as páginas literárias, iniciando-se um processo em que a comunicação estava construindo a história. Os acontecimentos agendados pelos veículos de comunicação certamente farão parte da história, mas é por meio da expressão artística e literária que eles obtêm uma visibilidade mais consistente, principalmente pela diferença do seu processo de produção e recepção, menos fugaz que o da comunicação jornalística.

Euclides da Cunha afirma que não elegeu nenhum protagonista em Os Sertões. Mas repudiou a forma como a opinião pública matriz estava sendo construída, a partir de interesses privados. Para ele, os grandes vilões da História foram aqueles que fizeram o acontecimento, nos emergentes meios de comunicação. Os maiores jornais do País enviaram à guerra de Canudos correspondentes, para que estes lhes informassem todos os acontecimentos, de acordo com os interesses de cada grupo envolvido. Este fato é registrado nas obras contemporâneas do ciclo canudiano, cujos personagens comunicadores estão sempre presentes. São os personagens escritores, geralmente jornalistas correspondentes dos jornais da época, que buscavam noticiar, documentar os fatos da guerra e propagá-los.

O medo tácito em encontrar palavras para não ofender a República, nem o Exército, que os faziam oscilar entre as opiniões preconcebidas e a realidade crua que estavam presenciando, propiciou uma manipulação dos dados. Os jornalistas deram forma ao cotidiano e à cultura dos sertões, aos embates fraticidas e às lutas políticas, lembrando as razões da de-

generescência social e, algumas vezes, citando até os textos euclidianos.

A guerra de Canudos, nos últimos meses de 1897, foi fartamente coberta pela imprensa, que deu grande importância ao acontecimento. Tornou-se conhecida de muitos cidadãos que, isolados num país tão vasto, buscavam informações sobre “um canto” do sertão nordestino. As notícias se polarizavam entre a Caatinga e a “Rua do Ouvidor”, representação euclidiana da Nação e da imprensa.

Escapando à ligeireza jornalística, a escrita literária é a garantia de uma memória, não permitida pelo jornal, que noticia acontecimentos, mas não dá a eles o poder e a marca histórica, como acontece na literatura.

Esse confronto de gêneros foi provocado por Euclides da Cunha, que perpetuou o tema da guerra, consolidou as formas de expressão dos temas nacionais e as bases de uma comunicação nacional, ancorada em referências locais. Quando Euclides da Cunha afirma que não elegeu nenhum protagonista em Os Sertões, mas deixa margem para que se entenda que os grandes antagonistas da estória foram aqueles que fizeram o acontecimento nos emergentes meios de comunicação, ele não só revela a forma como os jornais manipularam a opinião, bem como evidência a crise e os conflitos de opinião surgidos após a guerra.

O que seria apenas uma notícia sobre um acontecimento transformou-se em uma interpretação do País, da sua gente e do próprio fenômeno. A descrição dos detalhes da região e de sua cultura, comparada com o fato histórico presenciado e analisado, tem dimensão de uma cena de perspectiva universal.

Finalizando, Sr^{as} e Srs. Senadores, é válido que se indague e se reflita quais foram as mudanças verdadeiramente alcançadas após um século de história. Em Os Sertões, quando Euclides denuncia o empenho da “Rua do Ouvidor”, alimentado pelos jornais, em desejar a derrota das caatingas, o autor alerta: “Não vimos o traço superior do acontecimento. Aquele afluente originalíssimo do passado, patenteador das falhas da nossa evolução, era um belo ensejo para estudarmos-las, corrigirmos-las ou anularmos-las. Não entendemos a lição eloquente”.

Será que, cem anos depois, já aprendemos a lição?

Tendo renunciado, em nome da brevidade e da concisão, a abordar tantos aspectos da obra, não posso, contudo, omitir dois deles que a notabilizaram e fizeram-na um marco da literatura brasileira.

Como toda verdadeira obra-prima, ao longo do século XX, Os Sertões exerceu influência sobre outros autores e foi sucedido por romances que, a partir do seu legado, geraram uma nova imagem da inteligência brasileira, principalmente a partir da Semana de Arte Moderna, por meio de autores como José Américo, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e outros. No plano internacional, destaca-se a obra de Vargas Llosa, *A guerra do fim do Mundo*, como literatura exemplar do ciclo temático canadiano.

Outra marca distintiva da obra é o seu estilo exuberante, de feição barroca. Quer obra de ficção, narrativa heróica, realística e inventiva, quer epopéia em prosa, a transfiguração lingüística de Os Sertões foge à regra geral dos livros até então escritos em nossa língua. Ao escrever sobre o sertanejo rude e fanático, Euclides da Cunha constrói o coletivo na obsessão da palavra rude, como rudes são o sertanejo e o jagunço. Linguagem de cipó, como de cipó é a vegetação da natureza física dos sertões da Bahia, impiedosa com seus habitantes e retirantes, tangidos pela inclemência da pior de todas as aflições: a sede.

Ao aproximar-se desse universo, Os Sertões tornou-se um livro vingador. Depoimento para a posteridade, do qual emerge Canudos, guerra sem vencedores nem vencidos, mas prova eloqüente e trágica de que o Nordeste brasileiro precisa ser redimido.

Os Sertões é considerado por muitos estudiosos “o livro mais importante de nossa cultura”, como diz Carlos Heitor Cony. É uma consideração que só o tempo poderá confirmar.

Não há dúvida, entretanto, de que faz parte de qualquer cânone que se queira estabelecer para a Literatura Brasileira.

Euclides da Cunha instaurou o debate, no meio literário, sobre as ambigüidades de um texto narrativo que escolhia um fato histórico como matéria discursiva. Possibilitou um diálogo de gêneros, no momento em que a representação sobre a guerra saiu das páginas dos jornais para as páginas literárias, iniciando-se um processo de avaliação não apenas do objeto concebido, mas da forma como a comunicação estava construindo a História.

Os Sertões, Sr^{as} e Srs. Senadores, trouxe para a cena literária, pela primeira vez, as contradições, a beleza e a tragédia do homem brasileiro.

Este livro é uma semente, que merecerá, sempre, as deferências e as homenagens que viermos a lhe prestar.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Antônio Carlos Valadares.

S. Ex^a dispõe de 5 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para agradecer, de forma emocionada e sincera, ao povo do meu Estado, que me reconduziu pelo voto popular, direto e secreto, a este ambiente salutar da democracia brasileira, o Senado Federal, Casa da qual fizeram e fazem parte figuras monumentais da vida política nacional, no passado, ilustrada pela presença desse patrimônio da História do Brasil, que é Rui Barbosa. Edificada, também, com as presenças de Senadores como Milton Campos, Mário Covas e tantos outros que fizeram história e deram a sua participação efetiva em favor da democratização e da melhoria das condições de vida do povo brasileiro.

Agradeço ao povo de Sergipe que, de forma altaneira, pacífica e democrática, demonstrou a sua autonomia, a sua conscientização. Embora fosse essa candidatura desvantajada pelo processo que conhecemos no nordeste do Brasil, pela falta de rádios e canais de televisão para lhe darem cobertura, pela falta de condições financeiras para sua sustentação, apesar das adversidades e das dificuldades, o povo de Sergipe interpretou não só o meu passado como Governador e como Secretário da Educação, mas também como Senador.

Agradeço a projeção que o Senado Federal deu aos integrantes desta Casa, por meio da TV Senado, cuja transmissão é realizada não apenas pelos canais fechados de televisão, mas também, principalmente, pelas chamadas parabólicas, que levam ao Brasil inteiro nossa mensagem, nosso discurso, nosso trabalho, em favor do nosso País.

As urnas demonstraram que há um sentimento de mudança, o que foi constatado no dia 6 de outubro passado. Uma mudança imperiosa precisa acontecer em nosso País. Já chega de termos um modelo excludente, injusto, no qual predomina o desemprego, a violência e a submissão do nosso País ao capital internacional. Um grito de alerta foi dado no dia 6 de outubro pelo povo brasileiro que colocou em primeiro lugar como candidato preferido à Presidência do Brasil um ex-sindicalista, o trabalhador Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula. Trata-se, efetivamente, de uma vitória do povo brasileiro, que, de forma bastante clara, demonstrou, por meio do voto, que está cansado desse modelo. Mais de 70% do eleitorado brasileiro votou na Oposição, em seus principais candidatos: em Lula,

em Garotinho e em Ciro Gomes, nos que não concorram com a política estabelecida de submissão do Brasil ao estrangeiro.

Quero, também, ao tempo em que agradeço ao povo de Sergipe e aos nossos companheiros do Senado Federal, deixar aqui um registro de parabéns aos que se elegeram; aos que não conseguiram, quero deixar aqui o meu reconhecimento ao seu trabalho. A democracia é isso mesmo. Temos ainda muito tempo pela frente e o que interessa é o trabalho que realizaram em favor do fortalecimento do regime democrático. O nosso companheiro e amigo Bernardo Cabral, a Senadora Emilia Fernandes e outros tantos que não voltaram deixaram sua marca indelével aqui no Senado Federal, um trabalho edificante, acompanhado não só por nós, mas por todos aqueles que, ligando a TV Senado, puderam testemunhar que cumpriram com sua obrigação, com o seu papel em favor do Brasil e do fortalecimento do Senado Federal.

Aproveito o momento em que está presidindo o Senado Federal o meu amigo Edison Lobão para parabenizá-lo e também o Senador Ramez Tebet. V. Ex^{as} e assim também o meu colega e amigo Romeu Tuma, que obteve uma brilhante vitória no Estado de São Paulo, são vitoriosos nessa eleição. Tenho certeza absoluta de que o Senado está fortalecido, cada vez mais, no conceito da opinião pública do País como uma instituição modelar, importante para a vivência democrática e o fortalecimento da economia e do social em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 507, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas, em meio eletrônico, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão, as seguintes informações

1. Dentre o número de assentamentos realizados no Estado de São Paulo e informados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, quantos foram criados em 2001 e quantos foram reconhecidos nesse ano, mas implantados em anos anteriores?

2. Relatório completo informando os assentamentos rurais, especificando: região, estado, denominação do projeto de assentamento, município sede, número de famílias, área, data de criação, forma de aquisição e a fase desenvolvimento do assentamento.

Justificação

Em reunião realizada na Superintendência Regional do Incra em São Paulo, no dia 9 de setembro último, com a participação do professor Bernardo Mançano Fernandes da Universidade Estadual Paulista – UNESP, o superintendente Geraldo Leite e eu, o professor apresentou ao superintendente uma tabela comparativa entre os dados do Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, órgão vinculado à Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo, e os dados da Incra, referentes aos assentamentos implantados em São Paulo, no ano de 2001. Nesta evidenciou-se que alguns assentamentos que o Incra afirma ter criado em 2001, segundo os dados do ITESP, foram realizados na década de oitenta e nos anos noventa.

Por sua vez, o jornal a **Folha de S. Paulo**, do último dia 29 de setembro, afirma que o Ministério do Desenvolvimento Agrário incluiu em suas estatísticas de assentamentos beneficiários já falecidos, declarando assentamentos criados no governo militar, em 1983, como implantados em 1999.

Diante dessas contradições as informações aqui solicitadas são de fundamental importância para os trabalhos dessa Casa.

Sala de Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 508, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Dr. Francisco Luiz Sibut Gomide, as seguintes informações referentes à Petrobrás:

1 – Confirmar e, caso positivo, justificar a venda de ativos da Petrobrás nas 5 (cinco) unidades de refino: REDUC – Refinaria Duque de Caxias/Rio de Janeiro; RLAM – Refinaria Landulfo Alves de Mataripe/Bahia; REMAN – Refinaria de Manaus/AM; LUBNOR – Lubrificantes do Nordeste/CE; e SIX – Superintendência Industrial do Xisto/PR;

2 – Confirmar e explicitar as providências em desenvolvimento pela Petrobrás com vistas à compra de uma refinaria no Estado de Louisiana/EUA;

3 – Justificar economicamente a compra de 56% da empresa Perez Companc (PECOM) da Argentina, cujo balanço patrimonial revela 1,3 bilhões

de dólares contra um balanço financeiro que acusa um passivo de 2,3 bilhões de dólares.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Roberto Saturnino**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2002

Institui incentivo fiscal destinado a estimular a contratação de jovens para o primeiro emprego e de trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedido, pelo prazo de oito anos a partir da vigência desta lei, incentivo fiscal ao empregador, pessoa jurídica sujeita ao regime de apuração do lucro real nos termos da legislação do imposto de renda, que contratar trabalhador:

I – com idade entre dezesseis e vinte e cinco anos que nunca tenha trabalhado com Carteira de Trabalho e Previdência Social assinada e contrato regular de trabalho;

II – com mais de cinquenta anos de idade e desempregado nos doze meses imediatamente anteriores à data da contratação.

§ 1º O trabalhador contratado nos termos deste artigo deverá estar cadastrado como solicitante de emprego junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE).

§ 2º O empregador deverá depositar, anualmente, no Ministério do Trabalho e do Emprego, a relação dos trabalhadores contratados na forma deste artigo juntamente com a cópia de sua Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

§ 3º Os trabalhadores de que tratam os incisos I e II não poderão:

I – possuir renda própria de qualquer natureza suficiente a sua manutenção e a de sua família;

II – estar em gozo de qualquer benefício previdenciário de prestação continuada;

III – ter sido beneficiado por contrato de trabalho incentivado de que trata esta lei;

IV – ter sido empregado do empregador contratante.

Art. 2º O incentivo fiscal corresponderá à dedução, do imposto de renda devido, do valor correspondente a cinquenta por cento do montante líquido dos salários pagos no ano base aos trabalhadores especificados no artigo anterior.

§ 1º Em relação a cada trabalhador, o incentivo fiscal será válido por um ano, a contar da data da admissão nos termos desta lei.

§ 2º A dedução de que trata este artigo não poderá ultrapassar cinco por cento do imposto de renda devido nem quinze por cento do valor total da folha de pagamentos do empregador beneficiado com o incentivo fiscal.

Art. 3º As contratações incentivadas de que trata esta lei só poderão ocorrer se significarem acréscimo no número de empregados da empresa ou estabelecimento.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no **caput**, o número de empregados da empresa ou estabelecimento corresponderá à média aritmética mensal do número de empregados nos seis meses imediatamente anteriores ao da data da contratação nos termos desta lei.

Art. 4º Caso o empregador rescinda, sem justa causa, o contrato de trabalho incentivado antes dos doze meses de sua vigência, será obrigado a recolher, retroativamente, para cada um dos meses em que utilizou o incentivo fiscal disposto nesta lei, a diferença do imposto de renda devido.

Art. 5º O descumprimento, pelo empregador, do disposto nesta lei sujeita-o ao recolhimento especificado no art. 4º e demais penalidades e acréscimos previstos na legislação do imposto de renda.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos principais problemas que afligem os trabalhadores, atualmente, é o desemprego. O reduzido crescimento econômico dos últimos anos **versus** o aumento vegetativo da população tem se refletido nas crescentes taxas de desemprego observadas. Com efeito, entre julho de 1994 e de 2002, a taxa de desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas do Brasil passou de 5,5% para 7,5%, de acordo com dados do IBGE.

Nesse ambiente de extrema escassez na oferta de postos de trabalho, o trabalhador inexperiente que busca seu primeiro emprego e aquele com idade mais

avançada têm sido sistematicamente preteridos por trabalhadores com experiência profissional e presumido maior vigor físico.

Com efeito, os jovens e os trabalhadores mais idosos têm tido muita dificuldade para se inserirem no mercado de trabalho. Na região Metropolitana de São Paulo, dados da Fundação SEADE indicam que cerca de 30% dos trabalhadores desempregados em 1999 tinham entre 18 e 24 anos de idade. Os desempregados com idade situada entre 25 e 39 anos detinham participação similar no desemprego, seguidos dos desempregados com mais de 40 anos de idade, que representavam 20% do contingente total. Ressalte-se ainda que quase 28% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam desempregados no mesmo ano.

A presente proposição tenta amenizar o problema ao incentivar o primeiro emprego de jovens trabalhadores e a continuidade dos mais idosos no mercado de trabalho. A intenção é possibilitar ao trabalhador inexperiente adquirir a experiência no trabalho e àquele com mais idade continuar sendo produtivo.

O incentivo fiscal proposto é a dedução, do imposto de renda devido, do valor equivalente a 50% dos salários líquidos pagos no ano base a jovens com idade entre 18 e 25 anos que nunca tenham trabalhado e a trabalhadores com mais de 50 anos de idade e desempregados nos doze meses anteriores à contratação.

A sugestão é que o incentivo vigore por oito anos, tempo suficiente para retomada plena e sustentável do crescimento da economia brasileira e consequente redução e estabilização do nível de desemprego.

Para cada contratação incentivada, impõe-se o limite temporal de doze meses, tempo suficiente não apenas para o aprendizado profissional do jovem, como também para o empregador avaliar a capacidade do empregado e decidir acerca de sua manutenção na empresa.

Ao impedir que o trabalhador seja demitido sem justa causa durante a validade do contrato de trabalho incentivado, busca-se garantir-lhe trabalho por pelo menos um ano, bem como inibir a rotatividade da mão-de-obra.

Para evitar acordos entre empregador e empregado lesivos aos cofres públicos, estipula-se que o incentivo fiscal só valerá para o primeiro contrato de trabalho de cada trabalhador na empresa. Impede-se, assim, que o empregador demita o empregado com mais de 50 anos de idade e o readmita após doze me-

ses, de forma a receber benefício fiscal relativo àquele contratação.

Também ficam excluídos do programa os trabalhadores que já se beneficiaram da contratação incentivada, de forma a permitir que mais pessoas sejam abrangidas pela iniciativa. Igualmente são excluídos aqueles que, de alguma forma, auferem qualquer tipo de renda, como aposentados e pensionistas, privilegiando os que, sem emprego, não possuem outro meio de Sustento.

Outros pontos importantes são os limites impostos ao incentivo fiscal – 5% do imposto devido e 15% da folha de pagamentos – e a exigência de que as contratações incentivadas resultem em acréscimo no número de empregados da empresa. No primeiro caso, busca-se conferir limite à perda de receita pública decorrente do programa de incentivo. No segundo, a intenção é garantir a expansão do emprego e não a substituição de mão-de-obra não abrangida pela contratação incentivada por aquela com contrato de trabalho objeto de incentivo fiscal.

Como medidas destinadas a facilitar a fiscalização, requer-se que o trabalhador esteja cadastrado no SINE e que a empresa apresente, anualmente, a relação das contratações incentivadas juntamente com a RAIS, cuja apresentação anual já é obrigatória.

Por fim, estipula-se que o empregador que descumprir as regras pertinentes à contratação incentivada sujeita-se ao recolhimento retroativo da diferença do imposto de renda devido e demais penalidades e acréscimos previstos na legislação.

São essas, Senhores Senadores, as considerações básicas que fundamentam o projeto de lei e deixam claro seu alcance social,

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Geraldo Melo**

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2002

Considera despesas operacionais os gastos realizados por empresas em ações de prevenção de doenças cardiovasculares.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Consideram-se despesas operacionais, para efeito da apuração do Imposto sobre a Renda, os gastos realizados pelas empresas com ações de prevenção de doenças cardiovasculares, destinadas

indistintamente a todos os seus empregados, dirigentes e respectivos dependentes.

Parágrafo único. As ações de que trata o **caput** compreendem as seguintes, sem prejuízo de outras que venham a ser listadas pelo Ministério da Saúde:

I – as que visem à prevenção do tabaquismo;

II – as de oferecimento de tratamentos para deixar de fumar;

III – as de informação, educação e comunicação destinadas à:

a) mudança de comportamentos e hábitos alimentares;

b) promoção do exercício físico regular;

c) promoção da realização de exames médicos periódicos para determinação de níveis de lipídios plasmáticos e da tensão arterial e detecção de fatores genéticos de risco para doenças cardiovasculares, com vistas à instituição dos tratamentos cabíveis;

IV – as de implantação e manutenção de:

a) instalações e equipamentos esportivos e de ginástica;

b) serviços de saúde para realização dos exames e tratamentos referidos na alínea c do inciso III;

V – as que visem à redução do estresse nos ambientes de trabalho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor no exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Justificação

No primeiro artigo da Seção dedicada à Saúde, assim dispõe a Carta Magna:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Ao universalizar o acesso gratuito de todos os brasileiros às ações e serviços públicos de saúde e determinar o seu atendimento integral, a Lei suprema estabelece “prioridade para as atividades preventivas”, no art. 198, II. À sabedoria popular contida no velho brocardo “é melhor prevenir do que remediar” revela-se, com toda força, quando se trata de saúde. Os constituintes de 1988 acolheram o sábio princípio, não apenas por razões humanitárias mas também por razões financeiras.

Com efeito, é extremamente oneroso – e fora do alcance dos cofres públicos – atender, com qualidade

e presteza, a todos os brasileiros que necessitam de assistência médico-hospitalar.

Prevenção é entendida como a ação de atenção à saúde que se executa antes que a doença ou condição indesejável de saúde se instale, e é especificamente dirigida a prevenir a ocorrência de uma determinada doença. A prevenção será tanto mais importante quanto mais elevada for a incidência da doença.

Ora, as “doenças cardiovasculares” constituem a primeira causa de mortes no País; e, nesse conjunto, as doenças isquêmicas do coração e as doenças cerebrovasculares são, mais especificamente, as grandes vilãs matadoras de gente.

As doenças cardiovasculares não têm uma causa única. São decorrentes da interação e potencialização de um conjunto de fatores de risco que os estudos e achados epidemiológicos encontraram associados ao seu aparecimento. Entre os fatores de risco associados ao aparecimento das doenças isquêmicas do coração e das doenças cerebrovasculares, relacionam-se:

– o tabaquismo;

– a alimentação rica em carnes vermelhas e gorduras animais;

– o sedentarismo;

– o estresse;

– a doença hipertensiva;

– fatores genéticos.

O amplo espectro de ações capazes de prevenir a ocorrência de doenças cardiovasculares sugere que toda a sociedade – e não apenas o Estado – deve se engajar na sua formulação e execução. O local de trabalho é um dos mais propícios para esse fim. A empresa moderna é cada vez mais solidária com seu trabalhador e a família dele, pois os recursos humanos são a chave do seu sucesso. Preocupada com a higiene e preparo de seus colaboradores – condição **sine qua non** para a sua produtividade em um mundo competitivo –, a empresa, além dos salários, tende a oferecer-lhes alimentação, formação profissional, e assistência médica, odontológica, farmacêutica e social.

O Estado brasileiro, reconhecendo o alcance social dessas atividades, permite que os gastos delas decorrentes, inclusive com o pagamento de planos de saúde, sejam considerados despesas operacionais, e, como tais, dedutíveis na apuração do Imposto de Renda, a teor do art. 360 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR).

Pairam, entretanto, dúvidas sobre a legalidade da dedutibilidade dos gastos relativos a ações de pre-

venção de doenças e agravos no âmbito das empresas. Convenhamos que, do ponto de vista fiscal, não faz sentido estimular as ações de recuperação da saúde, muito mais onerosas, e nem sempre bem sucedidas, e desestimular as ações de prevenção, de custos menores e de sucesso garantido para o trabalhador, a empresa, a sociedade e o Estado. Todos só têm a ganhar com o incentivo às ações preventivas: o trabalhador, com a saúde e a vida; a empresa, com a redução de custos e o aumento da produtividade; a sociedade e o Estado, com dispêndios menores na manutenção do Sistema Único de Saúde, um devorador de dinheiro.

O projeto que ora apresentamos à consideração dos Pares visa, simplesmente, dissipar as dúvidas decorrentes de uma interpretação literal e restritiva da legislação do Imposto de Renda. A proposição concentra o seu foco nas doenças cardiovasculares, por duas razões:

a) são a principal causa de morte no Brasil;

b) as ações que as previnem contribuem, também, para o bem-estar geral do trabalhador e de sua família.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Benício Sampaio.**

(Á Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 509, DE 2002

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais a inserção em Ata, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sociólogo José Eduardo Utzig, ocorrido na noite de ontem, dia 8, bem como sejam enviadas a família enlutada e à Presidência Regional do Partido dos Trabalhadores, do Estado do Rio Grande do Sul, os votos de condolências do Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Emília Fernandes.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 510, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do Artigo 43, Inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja considerado como licença para tratamento de saúde, do dia 3 de outubro a 1º de novembro do corrente, conforme atestado em anexo.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Gerson Camata.**

REQUERIMENTO Nº 511, DE 2002

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 43, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a concessão de licença para tratar de assuntos de interesse particular, sem remuneração, de 2 de novembro de 2002 a 31 de janeiro de 2003.

Sala das Sessões, 9 de outubro de 2002. – **Gerson Camata.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os requerimentos lidos serão publicados e submetidos a deliberação da Mesa, nos termos do § 5º, do art. 40, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 108/02-GLPFL

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Em virtude do término da licença do Senador Geraldo Althoff, comunico a V.Ex^a, e à Casa que S. Ex^a voltará a integrar as seguintes Comissões Permanentes:

Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, como suplente;

Comissão de Assuntos Sociais – CAS, como titular;

Comissão de Educação – CE, como titular;

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, como suplente;

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, como suplente;

Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, como titular.

Comunico ainda, que S. Ex^a passará a integrar, como titular, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal-PFL

OF. Nº 110/02-GLPFL

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Lindberg Cury pelo Senador José Jorge, como suplente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal-PFL

OF. Nº 111/02-GLPFL

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição da Senadora Maria do Carmo Alves pelo Senador José Jorge, como suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal-PFL

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Luiz Otávio.

É lido o seguinte:

OF. Nº 112/02-GLPFL

Brasília, 9 de outubro de 2002

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Bello Parga como Vice-Líder do Partido da Frente Liberal.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal-PFL.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu correspondência assinada pelo Senador Luiz Otávio, relator do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2002, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, propondo adequação redacional do texto do referido Projeto.

Uma vez que já transcorreu o prazo sem interposição do recurso previsto no § 3º do art. 91 do Regimento Interno, a Presidência determinou a consolidação do texto do Projeto com a adequação sugerida pelo Relator e encaminhará a matéria à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o texto consolidado:

TEXTO FINAL

APROVADO PELA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, DE 2002

Altera a Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, para tipificar, como crime, a exploração de concurso de sorteios de números ou outros símbolos, para a obtenção de prêmios em dinheiro ou bens de qualquer natureza, autoriza a exploração indireta do serviço de loteria, mediante procedimento licitatório, e revoga os arts. 50 a 58 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 4º-A e 4º-B:

“Art. 4º-A Constitui crime contra a economia popular:

I – explorar ou realizar, sem a devida autorização legal, concurso de sorteios de números ou quaisquer outros símbolos, por meio manual ou eletrônico, destinado a obtenção de prêmio em dinheiro ou bens de qualquer natureza, ou praticar ato relativo a sua realização ou exploração;

II – explorar ou introduzir em território nacional loteria estrangeira, ou explorar em outro Estado ou no Distrito Federal, loteria autorizada para uma determinada unidade federativa, exceto quando houver aquiescência de ambas.

Pena – 2 (dois) a 6 (seis) anos de detenção e multa.

Art. 4º-B A autorização do serviço de loteria somente poderá ser realizada diretamente pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, ou indiretamente, mediante licitação.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se os arts. 50 a 58 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A votação das matérias constantes dos itens de nºs 1 a 6 fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – São os seguintes os itens adiados:

– 1 –

SUBSTITUTIVO AO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que *altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares*, tendo

Pareceres sob nºs 732, de 2001, e 414, de 2002, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário), Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos de subemenda que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 4-Plen.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua votação adiada por falta de quorum.

– 2 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 74, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2002 (nº 1.197/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Saúde de Campos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro*, tendo

Parecer favorável, sob nº 457, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 79, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2002 (nº 1.034/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 458, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Chico Sartori.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 106, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2002 (nº 1.111/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade Tabapuã, Estado de São Paulo*, tendo

Parecer favorável, sob nº 441, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 119, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2002 (nº 1.057/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural de Radiodifusão Comunitária Simões Filho FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Simões Filho, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 459, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 141, DE 2002

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2002 (nº 1.213/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Amparo Social, Comunicação e Cultura de Aracatu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aracatu, Estado da Bahia*, tendo

Parecer favorável, sob nº 462, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Antonio Carlos Junior.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 7:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 16, DE 2002

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera o inciso I do art. 159 da Constituição Federal* (destina o percentual de cinco décimos por cento da arrecadação dos impostos sobre renda e sobre produtos industrializados para aplicação pelas Instituições Federais de Ensino Superior na Amazônia Legal), tendo

Parecer favorável, sob nº 886, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Otávio.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Transcorre hoje a quinta e última sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente para votação em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 8:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 1999

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *altera os artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal* (inclui na competência do Senado Federal a apreciação do processo de demarcação de terras indígenas), tendo

Parecer sob nº 317, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com as Emendas 1 a 4-CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por 1/3 no mínimo da composição do Senado.

Transcorre hoje a quarta sessão de discussão. Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 9:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 17, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2002 (nº 259/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão, no currículo oficial da Rede de Ensino, da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências*, tendo

Parecer favorável, sob nº 809, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis perante a Mesa, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 10:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2002 (nº 2.989/2000, na Casa de origem), que *denomina “Avenida Engenheiro Emiliano Macieira” o trecho da BR 135 compreendido entre o quilômetro zero e a Ponte da Estiva, localizado no Município de São Luís, Estado do Maranhão*, tendo

Parecer favorável, sob nº 471, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gilvam Borges.

Durante o prazo regimental de cinco dias úteis, não foram oferecidas emendas à matéria.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 11:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 76, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 76, de 2002 (nº 1.233/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária para o Desenvolvimento de Santa Luzia - ARCSL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Luzia, Estado da Paraíba*, tendo

Parecer favorável, sob nº 504, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 12:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2002 (nº 922/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Joviânia a executar serviço de*

radiodifusão comunitária na cidade de Joviânia, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 500, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Mauro Miranda.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 13:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2002 (nº 967/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação de Cachoeira Alta-GO – ACCCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeira Alta, Estado de Goiás*, tendo

Parecer favorável, sob nº 501, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lindberg Cury.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – **Item 14:**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 143, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2002 (nº 1.216/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso*, tendo

Parecer favorável, sob nº 499, de 2002, da Comissão de Educação, Relator: Senador Jonas Pinheiro.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada também por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Volta-se à lista de oradores.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem a palavra V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço a palavra apenas para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Ainda há pouco foi anunciado que, a partir de amanhã, não teremos sessão deliberativa e, se for necessário, será feita a convocação.

Peço apenas para que seja corrigida aqui, na nossa Ordem do Dia, porque estão sendo dadas informações de que haverá amanhã, dia 10, sessão deliberativa. Estou querendo contribuir com a Mesa para que outros companheiros não incorram em erro, em não tendo estado nesta sessão da tarde. Trata-se de uma colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Mesa agradece a observação de V. Ex^a. Sucede que a decisão foi tomada ainda hoje, Senador Bernardo Cabral, e, a partir de amanhã, portanto, faremos esta correção a que se refere V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, nesta tarde, fazer algumas considerações sobre dois artigos excelentes, oportuníssimos, publicados no dia 4 de outubro último, na **Folha de S.Paulo**, no mesmo dia, a respeito do significado dessas eleições presidenciais do Brasil para o mundo: significado internacional das eleições que se processam agora, em nosso País, no segundo turno.

São dois artigos de dois sociólogos da maior respeitabilidade, que conquistaram um conceito insuperável entre os seus pares no mundo inteiro. Trata-se de Alain Touraine, o sociólogo francês, e Boaventura de Souza Santos, grande sociólogo português, que exatamente destacam a grandeza da expectativa mundial em relação aos resultados da eleição para Presidente do Brasil, tendo em vista que uma parte crescente do mundo se torna crítica a essa onda de neoliberalismo que avassalou quase todas as nações do mundo, e que se encontra hoje com uma reação em sentido inverso, querendo, exatamen-

te, superar esse modelo, esse sistema, que provoca uma diferenciação cada vez mais profunda, uma desigualdade cada vez maior entre os países ricos e os países pobres e, dentro de cada país, entre a sua parte rica e a sua parte pobre.

Assim é, Sr. Presidente, que Alain Touraine, em seu artigo chamado A volta da Esperança diz algo desse tipo:

A grande onda do liberalismo planetário começa a quebrar. Aqueles que ontem eram os heróis do mundo financeiro, hoje aparecem como criminosos; a recuperação da economia mundial é incerta e a cruzada empreendida pelo Presidente Bush atrai poucos voluntários. Mas os mais importantes sinais de mudança de estação só podem vir dos votos populares de resistência contra a ideologia ainda dominante.

Muito mais importante – prossegue Alain Touraine – é o voto que o Brasil pode dar dentro de alguns dias e que já deu ao garantir a Lula uma vantagem grande sobre seus concorrentes.

Adiante, diz o grande sociólogo francês:

A maioria dos países do continente sul-americano não está em condições de lutar contra a pobreza, mas o Brasil tem condições de fazer uma escolha que será compreendida no mundo inteiro e que convencerá outros países a tomarem decisões indispensáveis para lutar contra a desigualdade social que constitui um entrave ao desenvolvimento.

Depois, ele diz:

O Brasil pode fazer uma escolha que fará dele o líder – vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores – do grande movimento mundial de rejeição de uma hegemonia norte-americana que já deixou de ser aceitável para grande parte do mundo.

Hegemonia norte-americana no sentido político e econômico e hegemonia do mercado financeiro, no sentido especulativo da palavra.

Evidentemente, estou selecionando trechos do artigo de Alain Touraine, que prossegue dizendo:

O mundo está em silêncio há mais de dez anos e ninguém espera que o Brasil invente uma nova linguagem, mas o mundo começa a ter esperança de que o Brasil rompa esse silêncio opressor que abafa a voz do mundo há mais de dez anos. O Brasil pode, pelo contrário, falar a língua da esperança, ao mesmo tempo em que fala a língua da

responsabilidade. Ele, Brasil, precisa de palavras claramente pronunciadas e de projetos elaborados que permitam a todos os cidadãos passar por um novo aprendizado de esperança.

Assim termina Alain Touraine:

O que está em jogo nesta eleição vai muito além do futuro político do Brasil. Trata-se, sobretudo, de escolher entre o silêncio dos sem-esperança e a palavra daqueles que têm consciência da urgência das transformações que precisam ser empreendidas.

Sr. Presidente, é uma voz respeitadíssima, uma voz de grande densidade, exatamente pela respeitabilidade, pelo saber que possui e que traz consigo e que está falando aos brasileiros e advertindo-os para a importância, para o grande e profundo significado que têm as próximas eleições para o ressurgimento de uma esperança capaz de dar às nações do mundo um reencontro com seus destinos nacionais e com os destinos de seus povos, enfrentando a grande pressão, a grande especulação do mercado financeiro internacional.

Trata-se da escolha entre mercado e nação. É como se o mundo estivesse esperando do Brasil esse grito de basta de mercado. É preciso restaurar a Nação, o significado da Nação e os interesses profundos e legítimos da Nação brasileira e das nações que, como o Brasil, estão sendo oprimidas por este mercado especulativo e que até agora estiveram em silêncio, sem força para dizer aquilo que o mundo espera que o Brasil diga.

Sr. Presidente, citei algumas passagens do artigo de Alain Touraine. Citarei agora alguns trechos do artigo de Boaventura de Souza Santos, grande sociólogo, cientista político, filósofo português, que começa dizendo o seguinte:

Espero que os meus patrícios portugueses não se ofendam se eu confessar que neste período eleitoral gostaria de ser brasileiro para poder votar.

E ele vai dizer:

Para poder votar em Lula para Presidente e para poder votar em Tarso Genro para Governador do Rio Grande do Sul.

Avalia Boaventura que o significado dos resultados das próximas eleições não deve ser avaliado pelo seu impacto apenas no país, mas sobretudo pelo seu impacto no mundo, e o que acontece hoje no Brasil é importante para o resto do mundo.

Adiante diz Boaventura Santos que é importante a consolidação de práticas políticas éticas, transparentes, participativas e redistributivas, e nenhum partido tem tantas credenciais nesse domínio como o PT.

A segunda razão para votar em Lula diz respeito ao momento da globalização neoliberal. Não são os críticos esquerdistas que põem hoje em causa o sistema financeiro internacional, são as vozes particularmente autorizadas dos que o conhecem por dentro e têm acesso à informação que mais ninguém tem.

O jornalista está se referindo a críticas feitas por dirigentes e altos funcionários tanto do Fundo Monetário quanto do Banco Mundial.

Continua Boaventura:

A irracionalidade e a injustiça do sistema são hoje do domínio público e o consenso que se está a gerar a seu respeito não pode deixar de levar a transformações em curto prazo. Quem está em melhores condições para governar os países nos tempos que se avizinham? Não, certamente, quem se formou na obediência cega à ortodoxia, porque esse vai correr o risco de ser recorrentemente mais papista que o papa e não vai ser capaz de explorar as novas capacidades de manobra que se vão abrir.

Evidentemente, Boaventura Santos está dizendo que um dos candidatos não terá condições senão de ser mais papista que o papa nos compromissos que seu grupo político adquiriu ao praticar por tanto tempo a política neoliberal e ao levar o País a esta situação de subserviência e de vulnerabilidade em relação aos interesses do grande capital internacional, sendo preciso dar o poder a quem tem condições de enfrentar esse desafio, que é o candidato em quem ele gostaria de votar se fosse brasileiro, ou seja, a Luiz Inácio Lula da Silva.

Diz Boaventura de Sousa Santos:

(...) Lula é o melhor sucessor de FHC, único capaz de ultrapassar o impasse a que a ortodoxia chegou, resgatando o que ela não foi capaz de destruir.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a solução ortodoxa não tem futuro no Brasil. Nos termos que as faculdades de economia ensinam, não há condições de resgatar, como ele diz, o que é preciso ser resgatado no Brasil e em outras nações.

É necessário que algo aconteça no mundo e não será o caminho da ortodoxia capaz de reverter esta situação com base em uma decisão que será tomada no Brasil, que, pela sua dimensão, pela sua es-

trutura econômica, pelas qualidades do seu povo e pelo que ele representa no cenário mundial, pode liderar este processo de renovação do modelo econômico mundial.

Conforme diz no começo do artigo, o segundo desejo de Boaventura de Sousa Santos é ser gaúcho para votar em Tarso Genro e uma das razões “tem a ver com o fato de ser Porto Alegre e o Rio Grande do Sul serem hoje o símbolo da viabilidade de uma globalização alternativa, que combine os objetivos do desenvolvimento e da eficiência com os objetivos da equidade e da democracia”.

Diz ele:

Porto Alegre é a cidade global das alternativas e o prestígio internacional que daí lhe advém traduz-se em vantagens sociais e econômicas que podem ser colhidas até por aqueles que, confinados a vistas curtas, rejeitam a idéia de que possa haver outra globalização para além do neoliberal.

Aqui, Boaventura Santos está-se referindo ao fato de que o mundo que rejeita o neoliberalismo e quer se emancipar desse processo especulativo e sufocante, este mundo que cresce a cada ano e a cada mês escolheu Porto Alegre para sediar os encontros do Fórum Social Mundial. E escolheu Porto Alegre criteriosamente, porque, discutindo em profundidade, chegou à conclusão de que, dentre os países capazes de dar o grito de independência em relação a este processo especulativo, o Brasil é aquele que mais promete e que mais apresenta condições de realizar este feito mundial.

E, no Brasil, Porto Alegre é exatamente a cidade que vem sendo administrada dentro de critérios e práticas políticas que representam esta renovação, que representam esta alternativa ao mesmo tempo profundamente democrática, emancipadora e criadora de justiça social e de desenvolvimento econômico, cultural e social.

Sr. Presidente, não vou ler por inteiro os artigos, porque o tempo não me permite, mas chamo a atenção para os que me ouvem para que leiam esses dois artigos publicados na **Folha de S. Paulo** do dia 4 último, de Alain Touraine e de Boaventura de Sousa Santos. Eles apontam para o Brasil como sendo a sede da esperança do mundo de hoje, de todos os países que querem se libertar deste modelo asfixiante. Eles mostram que o Brasil pode mudar, e pode mudar com a eleição de Lula. Isso está absolutamente claro e explícito em ambos os artigos. E só pode mudar com a eleição de Lula, uma vez que o candidato governista, o

candidato que sai do Governo, com toda a boa vontade que tenha e com todo o pensamento construtivo que tenha, não será capaz de se libertar dos constrangimentos e dos compromissos já criados por anos e anos da prática de subserviência e de submissão ao mercado financeiro internacional.

Mas, com a vitória de Lula, o Brasil pode mudar. E o Brasil, mudando, pode mudar o mundo. É isso que eles estão alertando e por isso estão profundamente interessados nas eleições presidenciais brasileiras, a ponto de dizer Boaventura de Sousa Santos que, neste momento, gostaria de ser brasileiro e poder contribuir com o seu voto para esta mudança. O Brasil pode mudar. E, mudando, pode mudar o mundo. É importante que os brasileiros tomem consciência disso no momento final das eleições, tanto presidenciais quanto à eleição no Estado do Rio Grande do Sul. O povo brasileiro está cansado da pressão e da submissão ao mercado. Já deu seu grito no primeiro turno, e vai repetir o grito. Chega de mercado. Vamos à Nação. Vamos restaurar a Nação brasileira com todos os seus interesses legítimos, que são os interesses do povo, com uma política a seu favor, a favor do bem-estar e do progresso não apenas econômico, mas social e cultural.

É claro que o mercado quer derrotar o Lula. As demonstrações estão aí na elevação artificial do dólar. É claro que a cotação do dólar nada tem a ver com a realidade da economia brasileira. Trata-se de um movimento especulativo para ganhar dinheiro, obviamente, como sempre ocorre em todo movimento especulativo, mas também para derrotar Luiz Inácio Lula da Silva, para assustar a população brasileira, como se isso fosse o prenúncio de uma catástrofe que ocorreria com a vitória de Lula, quando, ao contrário, o povo está compreendendo e não se deixou intimidar pelas manobras do mercado. O povo está compreendendo que a catástrofe seria com a derrota de Lula, porque seria a perpetuação desta submissão ao mercado, desse domínio do mercado sobre a nossa economia e sobre os interesses do povo brasileiro. O mercado não vai derrotar o Lula porque a consciência do povo brasileiro já compreendeu que essas manobras têm esse sentido porque, para o mercado, é importante manter esta fonte de rendimento, de riqueza, que eles construíram no Brasil, com a subserviência das nossas autoridades econômico-financeiras.

Sr. Presidente, vim à tribuna porque considero importante ressaltar a densidade e o impacto desses dois artigos que fazem essas duas figuras internacionalmente respeitadíssimas sobre o significado das eleições brasileiras e a importância da vitória exata-

mente daquele candidato que tem condições de fazer mudar o Brasil, e, assim, mudar o mundo.

Espero que tenha colaborado para a divulgação maior desse pensamento e que o resultado venha a favorecer aquilo que esses dois grandes pensadores mundiais estão preconizando e prevendo para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Benício Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Benício Sampaio) – Não há mais oradores inscritos.

A Srª Senadora Emilia Fernandes e o Sr. Senador Luiz Otávio enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PT – RS)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no final de setembro, foi lançado em Porto Alegre, com a presença do governador do meu Estado, Olívio Dutra, e do prefeito da Capital, João Verle, o Fórum Social Mundial de 2003. A terceira edição do Fórum acontecerá, mais uma vez, em Porto Alegre, entre os próximos dias 23 e 28 de janeiro, sob o tema “A Paz é Possível”.

A expectativa dos organizadores é de que, em função do envolvimento de um número cada vez maior de organizações, entidades e movimentos sociais de todo o mundo, o número de participantes supere em muito o registrado nas edições anteriores.

Em 2001, o evento contou com mais de 25 mil pessoas de 117 países que ocuparam todos os espaços do I Fórum Social Mundial para rejeitar o dogma que condena a humanidade à fatalidade neoliberal e ao fundamentalismo de mercado. Em 2002, participaram aproximadamente 100 mil pessoas de 131 países que estiveram em Porto Alegre para aprofundar a elaboração de alternativas civilizatórias à realidade de violência, guerras, mercantilização e exclusão social a que está submetida a humanidade.

Além do aumento no número de participantes, de países e organizações representadas, temos a certeza de que no ano que vem, este evento, que já é o principal acontecimento político da atualidade, ganhará uma notável importância mundial por ser realizado num país comandado por Luis Inácio Lula da Silva, num Estado governado por Tarso Genro e numa

cidade que há 12 anos desenvolve um Projeto Democrático e Popular, de inclusão, participação e Justiça Social.

Ou seja, a terceira edição do Fórum Social Mundial estará inserida num contexto político que se contrapõe ao projeto neoliberal, globalizante e excludente, defendido hoje pelo Governo Federal. Por isto, temos a certeza, de que o III Fórum Social Mundial será ainda mais expressivo, abrangente e significativo.

Sr. Presidente, o Fórum Social Mundial caracteriza-se como um processo de articulação e mobilização da sociedade civil planetária pela construção de um outro mundo possível, oposto à globalização excludente e militarista representada pelo neoliberalismo.

O Fórum Social Mundial é, sobretudo, um espaço democrático que congrega a riqueza e diversidade política, social, étnica, religiosa, de gerações e nacionalidades na sua dinâmica, com o objetivo de produzir valores, propostas e alternativas que possam animar as lutas e campanhas da sociedade civil mundial pela construção de um mundo justo, humano e solidário.

Originalmente concebido como uma contraposição ao Fórum Econômico Mundial, encontro realizado há mais de 30 anos em Davos, na Suíça, com o objetivo de formular as estratégias e políticas neoliberais impostas ao mundo todo, o FSM afirmou sua autoridade moral, histórica e cultural como pólo alternativo portador de um novo projeto civilizatório para a humanidade.

Com muito orgulho, afirmo que meu Estado, o Rio Grande do Sul, assumiu o desafio de sediar este importante acontecimento, que terá sua terceira edição em janeiro próximo. Este compromisso decorre do reconhecimento de que a experiência da gestão que lá é realizada, combinando democracia participativa com a afirmação de direitos de cidadania, tem inspirado a construção de um outro mundo possível, em que a vida humana tem absoluta prioridade sobre o mercado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a terceira edição deste Fórum Social Mundial debaterá, fundamentalmente, os efeitos da política armamentista do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e as fraudes contábeis das grandes empresas norte-americanas, que são investigadas desde junho, podendo atingir 9 bilhões de dólares, sendo consideradas pelos organizadores do FSM como “a crise do neoliberalismo dentro de seu núcleo”.

Em resposta à atual conjuntura internacional, marcada pela crise do neoliberalismo e na tentativa de reacender cenários de guerra, urge uma discus-

são de estratégias de transformação. A estratégia político-militar do presidente dos Estados Unidos não deixa dúvidas: sem a construção de uma articulação política internacional consistente, o mundo caminha para a guerra e/ou para uma nova forma de tirania hegemônica. Os riscos que esse cenário coloca são evidentes, representando um dos principais desafios estratégicos para as forças políticas articuladas em torno no Fórum Social Mundial.

Por isto, desde a primeira edição do evento, seus organizadores trabalham para ampliar o movimento para outros continentes. A partir deste ano, esse processo começa a apresentar resultados concretos. Em Porto Alegre, haverá um espaço reservado para os debates sobre os Fóruns Regionais e Temáticos. Serão organizadas atividades para que os diferentes Fóruns Sociais que serão realizados antes do encontro de Porto Alegre possam se manifestar.

A idéia é dar visibilidade ao processo de mundialização por que vem passando o Fórum Social Mundial, respeitando a autonomia, características e dinâmica específica de cada Fórum realizado. Além do Fórum Social Temático da Argentina, ocorrido em agosto último, estão programados os seguintes fóruns regionais:

- Fórum Social Europeu: de 7 a 10 de novembro em Florença, Itália;

- Fórum Social Asiático: de 2 a 7 de janeiro de 2003 em Hyderabad, Índia;

- Fórum Social Pan-Amazônico: de 16 a 19 de janeiro de 2003 em Belém, Brasil;

- Fórum Social Mediterrâneo: final de novembro de 2003, na Espanha;

- Fórum Social Pan-Americano: outubro de 2003, data exata e local ainda a serem confirmados; e

- Fórum Social Temático Palestina: previsto para encontro preparatório em Chipre, mas também ainda a ser confirmado.

Estes encontros reforçam a articulação política internacional e aperfeiçoa a agenda do Fórum Social Mundial. Desta forma, fica cada vez mais claro que o evento pode vir a se constituir em um agente político internacional capaz de oferecer uma alternativa à agenda militarista norte-americana, estendendo e consolidando o processo de mundialização do movimento que luta por uma globalização solidária e por um novo patamar na relação político-econômica entre as nações.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para aprofundar as discussões e melhor organizar o evento, o Conselho Internacional definiu cinco eixos temá-

ticos para o Fórum Social Mundial em 2003. Cada eixo é concebido como catalisador de preocupações, propostas e estratégias que já são desenvolvidas pelas organizações participantes. Os cinco eixos do evento em 2003 serão:

- 1) Desenvolvimento Democrático e Sustentável;
- 2) Princípios e valores, direitos humanos, diversidade e igualdade;
- 3) Mídia, cultura e contra-hegemonia;
- 4) Poder político, sociedade civil e democracia; e
- 5) Ordem mundial democrática, luta contra a guerra e pela paz.

Em torno de cada um destes temas será organizada pelo menos uma grande conferência, cuja finalidade é socializar visões e análises para o grande público participante. Desta forma, as conferências devem contribuir para o fortalecimento de um amplo movimento de opinião voltado à urgência de construir “outros mundos” diante das ameaças e limites da globalização econômico-financeira do neoliberalismo.

Também estão agendados seminários e oficinas sobre os temas relacionados aos conteúdos dos cinco eixos temáticos. As oficinas são atividades propostas pelas entidades que participam do evento com delegados, permitindo o encontro, a troca de experiências, a articulação e a definição de estratégias de grupos, redes, movimentos e organizações.

Durante os painéis programados para o evento, serão explicitadas as grandes questões, propostas e estratégias de luta para mudar o atual modelo de globalização excludente e começar a criar outros cenários globais. Além das conferências e painéis, o FSM contará mais uma vez com espaço para testemunhos de personalidades cujas trajetórias exemplares de vida e ação em defesa da liberdade e da dignidade humana apontam caminhos para um novo mundo. Eles foram concebidos para valorizar o patrimônio político-cultural do campo das entidades, organizações e movimentos que constroem este Fórum da democracia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Fórum do próximo ano terá seu eixo de discussões descentralizado, com atividades na PUC, nos armazéns do cais do porto, no Gigantinho e no Araújo Vianna, além do Acampamento da Juventude, que poderá acolher até 30 mil acampados. No ano passado, este Acampamento abrigou 15 mil pessoas, de 43 países, tornando-se um espaço de convivência, troca de informações, oficinas, atividades culturais e palestras.

Entre as principais novidades da terceira edição do Fórum Social Mundial, estão as chamadas Mesas de Controvérsia e de Diálogo, que pretendem promover

discussões com representantes de partidos e da Organização das Nações Unidas (ONU), além de chefes de governo. Ou seja, um espaço destinado a confrontar visões e propostas de delegados com convidados de partidos políticos, governos e organizações da ONU.

O Conselho Internacional do Fórum deve eleger questões polêmicas em que o estabelecimento do diálogo e da controvérsia, segundo as regras previamente acertadas, possa ser útil na construção de propostas e estratégias do movimento.

Desta forma, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, temos a certeza de que, mais uma vez, pessoas e entidades que participarem do Fórum Social Mundial de Porto Alegre estarão dando um passo importantíssimo para a construção de uma nova forma de relacionamento entre os povos, numa convivência mais fraterna e solidária, com vistas a diminuir as diferenças, as distâncias, e a atrair aqueles que, aliados do processo social e econômico, são explorados e discriminados em todo o mundo.

Encerro este registro, convocando a todas as organizações da sociedade civil, movimentos sindicais e sociais, partidos políticos, trabalhadores em Educação, estudantes, artistas, intelectuais, trabalhadoras e trabalhadores do campo e da cidade, enfim, a todas as forças que compõe a imensa nação brasileira, a participarem deste evento único, deste espaço democrático, ético e cidadão, nos ajudando a mostrar a todo o Planeta que um outro mundo, melhor e mais justo, é de fato possível.

O SR LUIZ OTÁVIO (Bloco/PPB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, nenhuma liderança política no mundo poderia ser contrária ao conceito de desenvolvimento sustentável. A fórmula consagrada no documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, relatado por Gro Brundtland, então Primeira-Ministra da Noruega, ao proclamar que é sustentável o modelo de desenvolvimento que “atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”, é tão genérica e abrangente que os países não hesitam em apoiá-la. Afinal, somos todos, ao menos em tese, favoráveis a um aproveitamento mais racional de recursos que vise a preservar o meio ambiente, a diminuir a poluição e a erradicar a pobreza. O mundo não precisaria reunir milhares de políticos e diplomatas na África do Sul para reafirmar o que é do acordo de todos. Qual seria, então, a relevância da Reunião da “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável”, que acaba de se realizar na África do Sul?

Podemos dizer que encontros mundiais tais como o de que acabamos de participar na África do

Sul são fundamentais para a articulação de idéias e, sobretudo, para a elaboração de propostas. Encontros dessa natureza funcionam como grandes vitrines mundiais, a expor e a distinguir os países entre aqueles que debatem e propõem medidas, os que muito falam mas pouco fazem e, ainda, aqueles que sequer se dão ao trabalho de participar das discussões. As demandas do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável requerem ações efetivas dos países, com o fito de alcançarmos uma comunidade internacional mais igualitária.

No contexto da sociedade industrial e globalizada que marca a contemporaneidade, sabemos que a pobreza e a fome atingem níveis insuportáveis, principalmente nos continentes asiático e africano. Sabemos da finitude dos recursos hídricos; sabemos da existência do buraco na camada de ozônio, a ameaçar o equilíbrio climático de todo o planeta; sabemos do processo de extinção de inúmeros espécimes animais e vegetais.

Entretanto, se não pudéssemos agregar em um só lugar e a um só tempo os anseios e sugestões de ambientalistas, políticos e ativistas não-governamentais de todos os matizes, talvez não avançássemos com a presteza que as necessidades ambientais e humanas nos impõem. Provavelmente, não haveria um Protocolo de Quioto, a exigir satisfações de potências econômico-militares do calibre dos Estados Unidos. Talvez não tivéssemos um cronograma detalhado de medidas como é o caso da Agenda 21. Difícilmente teríamos um documento do teor da “Carta do Rio”, também conhecido como “Carta da Terra”, em que os líderes dos países desenvolvidos reconhecem ter responsabilidades maiores na erradicação da pobreza, pois são os que mais consomem e os que detêm as tecnologias necessárias para o desenvolvimento dos países pobres.

A reunião da “Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável”, realizada há pouco em Joanesburgo, da qual participamos juntamente com os Presidentes Ramez Tebet, do Senado, e Aécio Neves, da Câmara, e o Senador Juvêncio da Fonseca, é o último capítulo de um processo de conscientização mundial que teve sua gênese na década de 1970. Com efeito, a Declaração de Estocolmo de 1972, aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, introduziu na agenda política internacional a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo tradicional de crescimento econômico e do uso dos recursos naturais. Na década seguinte, o documento “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como o “Relatório Brundtland”, consolidou visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado

pelos países industrializados e mimetizado pelas nações em desenvolvimento. A convite do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992. A reunião ficou conhecida como Rio-92, e a ela compareceram delegações nacionais de 175 países. Essas reuniões de cúpula funcionam como extraordinários catalisadores dos desafios que constituem a construção daquilo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso denomina de “globalização solidária”.

Todavia, ao abriremos os jornais, deparamo-nos, por vezes, com reportagens e artigos lastimando um suposto fracasso que, em nosso entender, não existiu. Se é verdade, por um lado, que nossas aspirações eram maiores do que os resultados obtidos, por outro, incorreríamos em cegueira abominável se deixássemos de levar em consideração os significativos avanços obtidos por intermédio do diálogo global multilateral. É por tal razão que podemos entender as frustrações de alguns, mas não devemos compactuar com o niilismo daqueles que preferem enxergar o que deixou de ser feito em detrimento dos progressos já alcançados. Não podemos desprezar o fato de que lidamos, no âmbito das conversações multilaterais, com interesses complexos e, por vezes, contraditórios entre si. Cabe a cada país, concedida a oportunidade, propor medidas que busquem encontrar o equilíbrio entre prosperidade econômica, proteção do meio ambiente e justiça social.

Nesse aspecto, o Brasil tem-se destacado como uma das principais lideranças mundiais em prol de uma ordem internacional mais solidária, por meio de propostas concretizadas no dia-a-dia brasileiro.

O compromisso do Brasil com o meio ambiente vem desde a década de 1970, ao introduzir de modo inseparável a temática do desenvolvimento no contexto mais amplo das questões do meio ambiente. O Brasil tem colaborado de forma decisiva para o equacionamento das inaceitáveis disparidades entre os países, com a elaboração de princípios inovadores tais como os de “responsabilidades comuns mas diferenciadas entre os países”, de “o poluidor paga” e de “padrões sustentáveis de produção e consumo”. Destacamos a coragem da Conferência do Rio de 1992, ao permitir a participação de organizações não-governamentais (ONGs), que passaram a desempenhar papel fiscalizador e a pressionar os governos para o cumprimento da Agenda 21, juntamente com os cidadãos dos países desenvolvidos.

A contribuição brasileira para o estabelecimento da “cidadania planetária” – expressão ao gosto do Presidente Fernando Henrique Cardoso – não cessa na década de 1990. Bem ao contrário, o governo e a sociedade brasileiros dão mostras inequívocas de

nossa disposição em contribuir para um desenvolvimento fundado nos valores da justiça, da igualdade e da cooperação. Para tal intento, há muito saímos da seara das idéias, para germinar o campo fecundo das realizações. Basta lembrarmos da criação, na Amazônia Setentrional, da maior área de proteção de floresta tropical do mundo – o Parque Nacional do Tumucumaque –, verdadeiro santuário de biodiversidade de área equivalente ao tamanho da Bélgica. Cabe-nos ressaltar, também, a ambiciosa proposta brasileira de revolucionar a matriz energética mundial, ao sugerir a elevação de 2,2% para 10% da meta global de energia renovável, a ser alcançada dentro de dez anos. Destacamos, ainda, a declaração conjunta assinada pelo Presidente Fernando Henrique e o Chanceler da República Federal da Alemanha Gerhard Schröder, sob a égide do Mecanismo de Desenvolvimento do Protocolo de Quioto, a incentivar a produção de veículos que utilizem o combustível renovável etanol, reduzindo as emissões em cerca de 7 milhões de toneladas de dióxido de carbono em 10 anos.

Podemos assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmar com orgulho que o Brasil é dos países que mais combatem o agravamento dos riscos globais de mudanças climáticas. Nosso País tem defendido, de modo eloquente, mudanças nas relações políticas internacionais que impliquem maior cooperação entre as nações. Temos, em função disso, enfrentado com denodo interesses contrários, combatido subsídios e políticas discricionárias de países ricos, que só aumentam as desigualdades mundiais. Estamos convencidos acerca da existência de nexos causal entre pobreza, desigualdade de renda e deterioração ambiental.

Sr. Presidente, no “Sermão da Terceira Domingo do Advento”, o Padre Antônio Vieira leciona que a verdadeira fidalguia pertence à esfera da ação. “Quando vos perguntarem quem sois, não vades revolver o mobiliário de vossos avós, ide ver a matrícula de vossas ações. O que fazeis, isso sois, nada mais” – doutrina o orador luso-brasileiro. Em Joanesburgo, mais uma vez tivemos a oportunidade de demonstrar para o mundo o compromisso do Brasil com o legado da Rio-92. Ao buscarmos, com medidas concretas, o aprofundamento da “globalização solidária”, justificativa de nossos melhores esforços, temos a confiança de que não clamamos no deserto.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benício Sampaio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Benício Sampaio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 22 minutos.)

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 070**, ADOTADA EM 1º DE OUTUBRO DE 2002 E PUBLICADA NO DIA 02 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL ESTRANGEIRO NAS EMPRESAS JORNALÍSTICAS E DE RADIOFUSÃO SONORA E DE SONS E IMAGENS, CONFORME O § 4º DO ARTIGO 222 DA CONSTITUIÇÃO, ALTERA OS ARTIGOS 38 E 64 DA LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, O § 3º DO ARTIGO 12 DO DECRETO-LEI Nº 236, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”:

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS		
Deputado WALTER PINHEIRO.....	003	009	010.
Deputados WALTER PINHEIRO e LUCIANO ZICA..	001	002	004
	005	006	007
	008.		

SACM
EMENDAS APRESENTADAS: 010

MPV

000001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

Emenda Modificativa

Dê-se ao §2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, a seguinte redação:

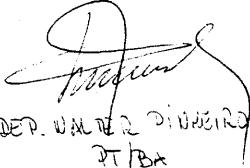
"Art. 2º ...


§ 2º É facultado ao Órgão Regulador requisitar das empresas jornalísticas e das de radiodifusão, dos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas as informações e os documentos necessários para a verificação do cumprimento do disposto neste artigo.

Justificação

É fundamental esclarecer desde já para a sociedade, e para o mercado em particular, que haverá um órgão regulador com poderes regulatórios e fiscalizatórios sobre o segmento da comunicação social eletrônica. As características desse órgão, sua localização político-administrativa e o detalhamento de suas funções serão objetos de discussão e formulação posteriores.

SALA DAS SESSÕES, EM 1/10/02


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA


DEP. LUCIANO ZICA
PT/SP

DEP. FERNANDO PERES
PT/PE

MPV**000002****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002****Emenda Aditiva**

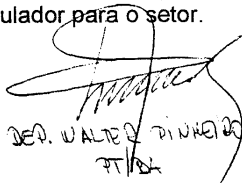
Acrescente-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, o seguinte § 3º:

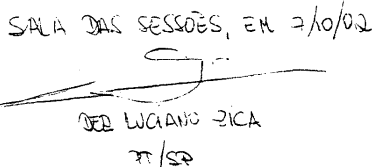
"Art. 2º...

§ 3º Enquanto a lei não definir o Órgão Regulador para a radiodifusão sonora e de sons e imagens, as atribuições a ele reservadas serão exercidas pelo Ministério das Comunicações."

Justificação

Esta emenda tem por objeto esclarecer desde já para a sociedade, e para o mercado em particular, que haverá um órgão regulador com poderes regulatórios e fiscalizatórios sobre o segmento da comunicação social eletrônica. A definição do órgão, sua localização político-administrativa e o detalhamento de suas funções serão objetos de discussão e formulação posteriores. Neste sentido, esta emenda visa compatibilizar o texto da MP à proposta de estabelecer um ente regulador para o setor.


DEP. WALTER DINIZ
PT/BA

SALA DAS SESSÕES, EM 2/10/02

DEP. LUCIANO ZICA
PT/SP

MPV**000003****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002****Emenda Modificativa**

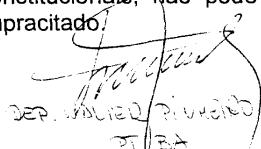
Dê-se ao parágrafo único do art. 3º da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, a seguinte redação:

"Art. 3º ...

Parágrafo único. A comunicação ao Congresso Nacional e ao Conselho de Comunicação Social de alteração de controle societário de empresas de radiodifusão será de responsabilidade do Ministério das Comunicações, e a comunicação de alterações de controle societário de empresas jornalísticas será de responsabilidade destas empresas."

Justificação

O Conselho de Comunicação Social, para cumprimento de suas obrigações constitucionais, não pode ficar à margem dos processos previstos no art. 3º supracitado.


DEP. WALTER DINIZ
PT/BA

SALA DAS SESSÕES, EM 2/10/02

MPV**000004**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

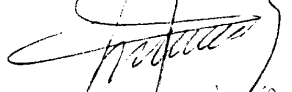
Emenda Aditiva

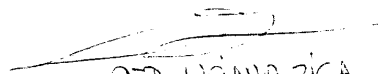
Acrescente-se ao final do caput do art 3º da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, a expressão "... mediante conhecimento prévio e parecer do Conselho de Comunicação Social."

Justificação

Em função de suas atribuições constitucionais, é fundamental e necessário o envolvimento do Conselho de Comunicação Social na apreciação desses atos.

SALA DAS SESSÕES, EM 2/10/02


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA


DEP. LUCIANO ZICA
PT/SP

DEP. FERNANDO FERREI
PT/PE

MPV**000005**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

Emenda Aditiva

Acrescente-se o seguinte parágrafo como parágrafo único do art. 4º da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002:

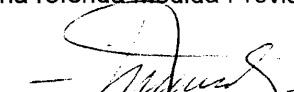
"Art. 4º ...

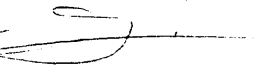
Parágrafo único. Cópia dessa documentação será enviada pelas empresas jornalísticas ao Conselho de Comunicação Social, para conhecimento e registro."

Justificação

Efetivamente, o Conselho de Comunicação Social, para cumprimento de suas obrigações constitucionais, não pode ficar à margem dos processos previstos na referida Medida Provisória.

SALA DAS SESSÕES, EM 4/10/02


DEP. WALTER PINHEIRO
PT/BA


DEP. LUCIANO ZICA
PT/SP

MPV**000006****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002****Emenda Modificativa**

Dê-se à alínea i) do art. 7º da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, que altera os arts. 38 e 64 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, a seguinte redação:

"Art. 7º...

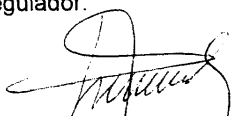
Art. 38...

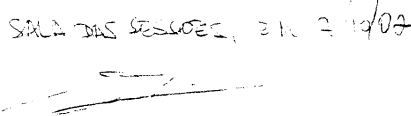
.....

i) as concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, ao Órgão Regulador e aos órgãos de registro comercial ou de registro civil de pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante."

Justificação

Adequar o dispositivo à emenda apresentada que dispõe sobre o Órgão Regulador.


DEP. WALTER DINIZ
PT/BA


SALA DAS SESSÕES, 21.10.02

DEP. LUCIANO ZICA
PT/SP

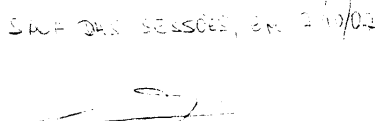
MPV**000007****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002****Emenda Supressiva**

Suprima-se o art 9º da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002.

Justificação

Elimina-se o Art. 9º da MP 70/02, no entendimento de que sua única razão de ser é a regularização das situações de controle empresarial hoje existentes, que estão, na forma dos chamados 'laranjas', em flagrante desacordo com o § 3º do Decreto 236/67. Essa regularização de ilegalidades é casuística, do ponto de vista da legitimidade normativa e, ademais, impede o que deve ser, na essência, um dos pontos fulcrais de re-regulamentação da radiodifusão sonora e de sons e imagens no Brasil hoje: a pluralidade de vozes, mediante a desconcentração da propriedade que permita a democratização e o ingresso de novos atores no mercado de rádio e televisão.


DEP. WALTER DINIZ
PT/BA

SALA DAS SESSÕES, 21.10.02

DEP. LUCIANO ZICA
PT/SP

MPV

000008

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70. DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

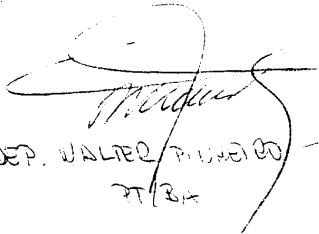
Emenda Supressiva

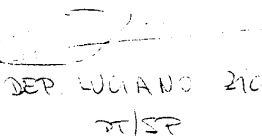
Suprima-se o caput do art. 10 da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002.

Justificação

Trata-se de medida destinada a reduzir ao máximo o poder indireto do capital financeiro sobre o setor.

SALA DAS SESSÕES, EM 07/10/02


 DEP. WALTER PINHEIRO
 PT/BA


 DEP. LUCIANO ZICA
 PT/SP

MPV

000009

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70. DE 1º DE OUTUBRO DE 2002

Emenda Modificativa

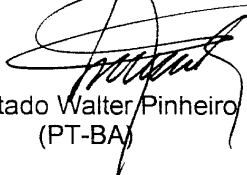
Dê-se ao caput do art. 10 da Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, a seguinte redação:

" Art. 10. Aos investimentos de carteira de ações, desde que o seu titular não indique administrador em mais de uma empresa executante de serviço de radiodifusão, ou em suas respectivas controladoras, nem detenha mais de uma participação societária que configure controle ou coligação em tais empresas, será permitido o aporte de até cinco por cento do capital total, não votante."

Justificação

Trata-se de medida destinada a reduzir ao máximo o poder indireto do capital financeiro sobre o setor.

SALA DAS SESSÕES, EM 07/10/02


 Deputado Walter Pinheiro
 (PT-BA)

Deputado Luciano Zica
 (PT-SP)

Deputado Fernando Ferro
 (PT-PE)

MPV**000010****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 70, DE 1º DE OUTUBRO DE 2002****Emenda Aditiva**

Acrescente-se à Medida Provisória nº 70, de 1º de outubro de 2002, o seguinte artigo:

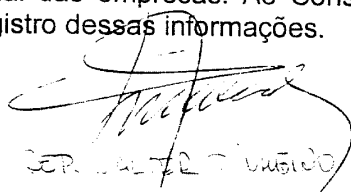
"Art. No prazo de noventa dias, contados a partir da data de publicação desta Medida Provisória, o Ministério das Comunicações realizará o recadastramento compulsório das composições societárias de empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de radiodifusão sonora e de sons e imagens, vigente em 30 de setembro de 2002.

Parágrafo único. Cópia dessa documentação será enviada ao Conselho de Comunicação Social"

Justificação

Trata-se de uma medida fundamental para dar ao Poder Executivo a capacidade de recolher as informações mais corretas sobre a complexa situação societária atual das empresas. Ao Conselho de Comunicação Social caberá a guarda do registro dessas informações.

SALA DAS SESSÕES, EM 21/10/02


SER. VILTON T. VASCONCELOS
PRES.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

(51ª LEGISLATURA)

BAHIA		RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	- Antonio Carlos Júnior	BLOCO	- Geraldo Melo (PSDB)
PFL	- Waldeck Ornelas	PFL	- José Agripino
PFL	- Paulo Souto	PTB	- Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		SANTA CATARINA	
BLOCO	- Artur da Távola (PSDB)	PMDB	- Casildo Maldaner
BLOCO	- Geraldo Cândido (PT)	PFL	- Adir Gentil
	- Roberto Saturnino	PFL	- Jorge Bornhausen
MARANHÃO		ALAGOAS	
PFL	- Bello Parga	PMDB	- Renan Calheiros
PFL	- Edison Lobão	BLOCO	- Teotônio Vilela Filho(PSDB)
PMDB	- João Alberto Souza	BLOCO	- Heloisa Helena (PT)
PARÁ		SERGIPE	
PSB	- Ademir Andrade	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PMDB	- Fernando Ribeiro	BLOCO	- José Eduardo Dutra (PT)
BLOCO	- Luiz Otávio (PPB)	PFL	- Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		AMAZONAS	
PTB	- Carlos Wilson	PFL	- Bernardo Cabral
BLOCO	- Roberto Freire (PPS)	PDT	- Jefferson Péres
PFL	- José Jorge	PMDB	- Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PARANÁ	
BLOCO	- José Serra (PSDB)	PDT	- Osmar Dias
PFL	- Romen Tuma	PMDB	- Roberto Requião
BLOCO	- Eduardo Suplicy (PT)	PDT	- Álvaro Dias
MINAS GERAIS		ACRE	
PFL	- Francelino Pereira	BLOCO	- Marina Silva (PT)
PTB	- Arlindo Porto	PMDB	- Nabor Júnior
PL	- José Alencar	BLOCO	- Tião Viana (PT)
GOIÁS		MATO GROSSO DO SUL	
PMDB	- Mauro Miranda	BLOCO	- Lúdio Coelho (PSDB)
PMDB	- Iris Rezende	PMDB	- Ramez Tebet
PMDB	- Maguito Vilela	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		DISTRITO FEDERAL	
PMDB	- Carlos Bezerra	PFL	- Lindberg Cury
PFL	- Jonas Pinheiro	PDT	- Lauro Campos
BLOCO	- Antero Paes de Barros (PSDB)	PMDB	- Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		TOCANTINS	
BLOCO	- Emilia Fernandes (PT)	PTB	- Carlos Patrocínio
BLOCO	- José Fogaça (PPS)	PFL	- Leomar Quintanilha
PMDB	- Pedro Simon	BLOCO	Eduardo Siqueira Campos (PSDB)
CEARÁ		AMAPÁ	
BLOCO	- Lúcio Alcântara (PSDB)	PMDB	- Gilvam Borges
PMDB	- Sérgio Machado	PDT	- Sebastião Rocha
BLOCO	- Reginaldo Duarte (PSDB)	PMDB	- José Sarney
PARAÍBA		RONDÔNIA	
PTB	- Wellington Roberto	BLOCO	- CHICO SARTORI (PSDB)
BLOCO	- Ronaldo Cunha Lima (PSDB)	PFL	- Moreira Mendes
PMDB	- Ney Suassuna	PMDB	- Amir L ando
ESPÍRITO SANTO		RORAIMA	
PMDB	- Gerson Camata	PMDB	- Marluce Pinto
BLOCO	- Ricardo Santos(PSDB)	BLOCO	- Romero Jucá (PSDB)
PSB	- Paulo Hartung	PFL	- Mozarildo Cavalcanti
PIAUI			
BLOCO	- Freitas Neto (PSDB)		
BLOCO	- Benício Sampaio (PPB)		
PMDB	Alberto Silva		

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	LÍDER DA MAIORIA Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
LÍDER DA MINORIA Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	LÍDER DA MINORIA Senador EDUARDO SUPLICY (Bloco PT/PPS-SP) ² Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(Atualizada em setembro de 2002)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

² Em 17.4.2002, o Partido Democrático Trabalhista – PDT deixou de fazer parte do Bloco Parlamentar de Oposição, conforme comunicação feita através do Ofício nº 27/02-GLPDT, de 15.4.2002 (DSF de 18.4.2002, página 4919).

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹	Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY
--	--

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOVSKI HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PADUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2002

COMISSÕES DE TRABALHO

Comissão para tratar da Regionalização da Programação da Televisão e do Rádio (constituída na Reunião de 28/08/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

Comissão para tratar da Introdução da Tecnologia Digital na Comunicação Social (constituída na Reunião de 26/08/2002)

- Daniel Koslovski Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)

Comissão para tratar da Radiodifusão Comunitária (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslovski Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Nota:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

1ª Eleição Geral: 10.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca ¹

Vice-Presidente: Senador Geraldo Althoff ²

PMDB						
Titulares	UF	Ramal		Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca ³	MS	1128		1. Renan Calheiros	AL	2261
Carlos Becerra	MT	2291		2. (vago) ⁴		
Casildo Maldaner	SC	2141		3. Marluce Pinto	RR	1301
João Alberto Souza	MA	4073		4. Gilvam Borges	AP	2151
Nabor Júnior	AC	1478		5. Gersoni Camata	ES	3203
PFL						
Geraldo Althoff ⁵	SC	2041		1. Carlos Patrocínio (PTB) ⁶	TO	4058
Moreira Mendes	RO	2231		2. (vago) ⁷		
Bello Parga ⁸	MA	3060		3. Mozerildo Cavalcanti	RR	1180
Waldeck Omelas	BA	2212		4. Jonas Pinheiro	MT	2271
Bloco (PSDB/PPB)						
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	1248		1. Freitas Neto (PSDB) ⁹	PI	2131
Ricardo Santos (PSDB)	ES	2022		2. Romero Jucá (PSDB)	RR	2111
Benício Sampaio (PPB) ¹⁰	PI	3086		3. (vago) ¹¹		
Bloco Parlamentar de Oposição (RT/PPS) ¹²						
Helôisa Helena (PT)	AL	3197		1. Marina Silva (PT)	AC	2183
Jefferson Pêres (PDT)	AM	2081		2. Paulo Hartung (PSB) ¹³	ES	1129
PSB						
Roberto Saturnino (PT) ¹⁴	RJ	4229		1. Ademir Andrade	PA	2101

Senador Romeu Tuma – Corregedor do Senado (PFL/SP) (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93) – Ramal 2051

Atualizada em agosto de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3285

Notas:

¹ Em 27.6.2001, na 14ª Reunião do Conselho, em sua nova composição, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente os Senadores Gilberto Mestrinho e Geraldo Althoff respectivamente (Ata publicada no DSF de 29.6.2001). Em 13.8.2001, o Senador Gilberto Mestrinho licenciou-se do mandato, para tratamento de saúde, tendo assumido, interinamente, a Presidência do Conselho o seu Vice-Presidente, Senador Geraldo Althoff. Na Sessão de 5.9.2001, o Senador Gilberto Mestrinho comunicou sua renúncia às funções de Presidente e membro do Conselho. Em 13.9.2001, na 18ª Reunião do Conselho, foi eleito Presidente o Senador Juvêncio da Fonseca (Ata publicada no DSF de 20.9.2001).

² Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002.

³ Eleito membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na Sessão de 5.9.2001, em face da renúncia do Senador Gilberto Mestrinho às funções de Presidente e membro do Conselho, anunciada na mesma Sessão.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Ney Suassuna até 14.11.2001, quando comunicou, em Plenário, o seu afastamento do mandato de Senador, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Integração Nacional.

⁵ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 21.5 a 18.9.2002, conforme requerimentos aprovados na Sessão de 21.5.2002.

⁶ Comunicada sua filiação ao PTB na Sessão de 27.9.2001.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador Freitas Neto até 20.11.2001, quando comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho pelo PFL, tendo em vista sua filiação ao PSDB, anunciada na Sessão de 9.10.2001. Na mesma Sessão de 20.11.2001, foi eleito membro suplente do Conselho na vaga do PSDB.

⁸ Licenciado do exercício do mandato por 121 dias, no período de 2.4 a 31.7.2002, conforme comunicação lida na Sessão de 24.4.2002. Reassumiu o mandato em 2.8, conforme comunicação lida na Sessão da mesma data.

⁹ Eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Geraldo Melo, que, em 6.11.2001, comunicou, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho.

¹⁰ Eleito na Sessão de 14.5.2002, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, que, na Sessão de 10.10.2001, havia comunicado seu desligamento do PPB e filiação ao PFL.

¹¹ Vaga ocupada até 17.8.2002 pelo Senador Reginaldo Duarte, eleito na Sessão de 14.5.2002, cujo exercício do mandato de Senador encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Luiz Pontes. Antes, a vaga havia sido ocupada pelo Senador Luiz Pontes, eleito na Sessão de 20.11.2001 para a vaga deixada pelo Senador Sérgio Machado, que, por sua vez, em 8.11.2001, comunicara, em Plenário, sua renúncia às funções de membro suplente do Conselho, tendo em vista sua filiação ao PMDB, anunciada na Sessão de 3.10.2001.

¹² Comunicado o desligamento do PDT do Bloco Parlamentar de Oposição na Sessão de 17.4.2002.

¹³ Comunicada sua filiação ao PSB na Sessão de 8.10.2001.

¹⁴ Comunicada sua filiação ao PT na Sessão de 16.5.2002, tendo anunciado sua desfiliação do PSB na Sessão de 6.3.2002.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

Composição ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
(vago) ²	1º Corregedor Substituto
(Vago) ³	2º Corregedor Substituto
Senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	3º Corregedor Substituto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

Notas:

¹ Reeleitos na Sessão Ordinária de 2.4.97, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Em virtude da eleição do Senador Ramez Tebet à Presidência do Senado Federal, em 20.9.2001.

³ Vaga ocupada pelo Senador Joel de Hollanda até 31.1.1999, quando se encerrou seu mandato de Senador.

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

PROCURADORES ¹

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
Juvêncio da Fonseca	MS	1128
Gerson Carnata	ES	3203
PFL		
Bernardo Cabral	AM	2081
Bloco (PSDB/PPB)		
Eduardo Siqueira Campos ²	TO	4070
Bloco Parlamentar de Oposição (PT/PPS) ³		
PDT		
Jefferson Pêres (PDT)	AM	2061

Atualizada em abril de 2002

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-3265

Notas:

¹ Designados em 27.06.2001.

² Designado na Sessão de 16.4.2002 (DSF de 17.4.2002, p. 4664) para a vaga deixada pelo Senador Fernando Matusalém, em virtude do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda de seu mandato de Senador pela representação do Estado de Rondônia (publicado no DSF de 0/3/2002).

³ O PDT desligou-se do Bloco de Oposição em 17.4.2002 (DSF de 18.4.2002).

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3488 – 3489 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS
E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: WILL DE MOURA WANDERLEY
Ramais: 3623 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA RAMOS CALHÃO (Ramal 3514)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3511)
IRANI RIBEIRO DOS SANTOS (Ramal 4854)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA FARIAS NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3504)
RILVANA CRISTINA DE SOUZA MELO (Ramal: 3509)
HERMES PINTO GOMES (Ramal: 3502)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Secretários:	CAE	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 4605)
	CAS	- EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA - (Ramal: 4608)
	CCJ	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
	CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4354)
	CRE	- MARIA LÚCIA FERREIRA DE MELLO (Ramal: 4777)

Atualizado em 30.7.2002

COMISSÕES PERMANENTES (Arts. 72 e 77 RISF)					
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE					
Presidente: LÚCIO ALCÂNTARA					
Vice-Presidente: CARLOS BEZERRA					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francisco Escórcio		3069/3072	1 - Pedro Simon	RS	3230/3232
Carlos Bezerra	MT	2291/2297	2 - Iris Rezende	GO	2032/39
Nabor Júnior	AC	1478/4619	3 - Mauro Miranda	MS	2221/2227
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	4 - Sérgio Machado	CE	2281/2285
João Alberto Souza	MA	4073/4074	5 - Renan Calheiros	AL	5151
Vago			6 - Gerson Camata	ES	3203/3204
Alberto Silva	PI	3055/3057	7 - Roberto Requião	PR	2401/2407
Ney Suassuna	PB	4345/4346	8 - Amir Lando	RO	3130/3132
Valmir Amaral	DF	1961/1963	9 - Marluce Pinto	RR	2401/2407
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira	MG	2411/2417	1 - Jorge Bornhausen	SC	1123
José Agripino	RN	2361/2367	2 - Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272	3 - Moreira Mendes	RO	2231/2237
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	4 - Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Paulo Souto	BA	3173/3175	5 - Romeu Tuma	SP	2051/57
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	6 - Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Lindberg Cury	DF	2011/2017	7 - José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 - José Serra	SP	2351/2352
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	2 - Geraldo Melo	RN	2371/2377
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	3 - Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Romero Jucá	RR	2111/2117	4 - Luiz Pontes	CE	3242/3249
Ricardo Santos	ES	2022/2024	5 - Benício Sampaio	PI	4200/4206
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	3213/3215	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199	2 - Paulo Hartung (cessão)	ES	1031/1231
José Fogaça	RS	1207/1607	3 - Roberto Freire	PE	2161/2164
		2013/2014			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Lauro Campos	DF	2341/2347	1 - Jefferson Péres	AM	2061/2063
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230	1 - Ademir Andrade	PA	2101/2109
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Fernando Bezerra	RN	2461/2464	1 - Arlindo Porto	MG	2321/2327

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Luiz Gonzaga da Silva Filho (Ramal: 4605)

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br Atualizada em : 09/10/2002.

1.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
SUBCOMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
VICE-PRESIDENTE: WELLINGTON ROBERTO
(05 TITULARES E 05 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/2152	1- ROBERTO REQUIÃO	PR- 2401/2407
WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/3195	2- IRIS REZENDE	GO- 2032/2033
TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/33	1- PAULO SOUTO	BA- 3173/74
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO PSDB/PPB			
GERALDO MELO (PSDB) (2)	RN-2371/2372	1-EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO- 4070/71
TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO OPOSIÇÃO / PTB			
PAULO HARTUNG (1)	ES-1031/1129	1- ARLINDO PORTO	MG- 2321/2322
ORIGEM: REQUERIMENTO N º 07-CAE/2001			

REUNIÕES:

SALA N º 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO:

☎- SALA DE REUNIÕES: 311-3255

☎- SECRETARIA: 311-3516/4605

E-MAIL: dirceuv@senado.gov.br

FAX: 311-4344

ATUALIZADA EM: 22.02.2002

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 08.10.2001, passando a membro suplente da Comissão, por cessão, em 10.10.2001.

(2) Passou a membro suplente na Comissão, em 17.10.2001.

(3) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS					
Presidente: ROMEU TUMA					
Vice-Presidente: MARINA SILVA					
(29 titulares e 29 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Maguito Vilela	GO	3149/3150	1 – Vago		
Marluce Pinto	RO	1301/4062	2 – Vago		
Mauro Miranda	GO	2091/2097	3 – Vago		
Pedro Simon	RS	3230/3232	4 – Vago		
Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016	5 – Amir Lando	RO	3130/3132
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	6 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Gilvam Borges	AP	2151/2157	7 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
João Alberto Souza	MA	4073/4074	9 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2051/2057	1 – Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Jonas Pinheiro	MT	2271/2277	2 – Paulo Souto	BA	3173/3175
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	3 – José Agripino	RN	2361/2367
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	4 – Bello Parga	MA	3069/3072
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	6 – Vago		
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	7 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Lindberg Cury	DF	2011/2017	8 – José Jorge	PE	1284/3245
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Artur da Távola	RJ	2431/2432	Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Geraldo Melo	RN	2371/2377
Chico Sartori	RO	2251/2258	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Ricardo Santos	ES	2022/2024	Lúdio Coelho	MS	2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Emília Fernandes	RS	2331/2337	1 – Geraldo Cândido	RJ	2171/2177
Marina Silva	AC	2186/2189	2 – Heloísa Helena	AL	3197/99
Tião Viana	AC	3038/3493	3 – Roberto Freire	PE	2161/2164
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lauro Campos	RS	2331/2337	1 – Jefferson Peres	AM	2061/2067
Sebastião Rocha	AP	2241/2247	2 – Osmar Dias	PR	2124/2125
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Vago		

(1) Deixou o exercício do mandato, em virtude da reassunção do Titular em 11/03/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

09/10/2002

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jracc@senado.gov.br

Atualizada em:

2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS

PRESIDENTE: Senadora Marluce Pinto
VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves
RELATORA: Senadora Heloísa Helena

PMDB

Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Valmir Amaral	DF – 4064/4065

PFL

Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/4057

BLOCO PSDB/PPB

VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

Heloísa Helena	AL – 3197/3199
Emilia Fernandes	RS – 2331/2337

PDT

Sebastião Rocha	AP – 2241/2247
------------------------	-----------------------

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (1)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

PMDB

**JUVÊNCIO DA FONSECA MT – 1128/1129
MARLUCE PINTO RR – 1301/4062**

PFL

**MARIA DO CARMO ALVES SE – 4055/4057
WALDECK ORNELAS BA – 2211/2217**

BLOCO PSDB/PPB

**LEOMAR QUINTANILHA (PFL) (1) TO – 2071/2072
Vaga cedida ao Bloco PT/PDT/PPS**

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)

**HELOÍSA HELENA AL – 3197/3199
EMILIA FERNANDES RS – 2331/2337**

PDT

SEBASTIÃO ROCHA AP – 2241/2247

(1) Desfilou-se do PPB, sendo indicado membro titular da Comissão pelo PFL, em 18/10/2001.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM: 03/05/2001**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

PMDB	
Marluce Pinto	RR – 1301/4062
Gilvam Borges	AP – 2151/2157
João Alberto Souza	MA – 4073/4074
PFL	
Geraldo Althoff	SC – 2041/2047
VAGO	
BLOCO PSDB/PPB	
Benício Sampaio	PI – 3085/3086
Freitas Neto	PI – 2131/2137
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)	
Tião Viana	AC – 3038/3493
PDT	
Sebastião Rocha	AP – 2241/2247

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 26/04/2000
ATUALIZADA EM:**

2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DE MORADIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

PRESIDENTE: Senador Mauro Miranda

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR:

(7 Titulares e 7 Suplentes)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
Mauro Miranda	GO – 2095/97	1. Casildo Maldaner	SC –
2141/47			
Juvêncio da Fonseca	MS – 1128/29	2. Vago	
PFL			
Lindberg Cury	DF – 2012/15	1. Paulo Souto	BA –
3173/75			
Maria do Carmo Alves	SE – 4055/57	2. Waldeck Ornelas	BA –
2211/17			
BLOCO PSDB/PPB			
Vago		1. Vago	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)			
Emilia Fernandes	RS – 2331/37		
PDT			
		1. Sebastião Rocha	AP –
2241/47			
PSB			
Ademir Andrade	PA – 2101/2109	1. Vago	

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

DESIGNADA EM: 03/10/2001
ATUALIZADA EM: 09/10/2001

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ					
Presidente: BERNARDO CABRAL					
Vice-Presidente: OSMAR DIAS					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gerson Camata	ES	3203/3204	1 – Marluce Pinto	RR	1301/4062
Maguito Vilela	GO	3149/3150	2 – Casildo Maldaner	SC	2141/2146
Iris Rezende	GO	2032/39	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/95
Sérgio Machado	CE	2281/2285	4 – João Alberto Souza	MA	4073/4074
Pedro Simon	RS	3230/3232	5 – Carlos Bezerra	MT	2291/2297
Amir Lando	RO	3130/3132	6 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Roberto Requião	PR	2401/2407	7 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	2 – Moreira Mendes	RO	2231/2237
Francelino Pereira	MG	2411/17	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
Bello Parga (2)	MA	3069/3072	4 – José Agripino	RN	2361/2667
Maria do Carmo Alves	SE	4055/57	5 – José Jorge	PE	1284/3245
Romeu Tuma	SP	2051/2057	6 – Leomar Quintanilha	TO	2071/2072
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúcio Alcântara	CE	2301/2307	José Serra	SP	2351/2352
Luiz Otávio	PA	1027/4393	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Luiz Pontes	CE	3242/3249	Benício Sampaio	PI	3085/3086
Freitas Neto	PI	2131/2137	Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117	Chico Sartori	RO	2251/2258
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
José Eduardo Dutra	SE	2391/2397	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Roberto Freire	PE	2161/2164	2 – Marina Silva	AC	2181/2187
			3 – José Fogaça	RS	1207/1607
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
Osmar Dias	PR	2121/2125			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Paulo Hartung	ES	1031/1231

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas
 Secretária: Gildete Leite de Melo
 Telefones da Secretaria: 311-3972/4612
 Atualizada em 09/10/2002

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3541
 Fax: 311-4315 - E-mail: gildete@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB – 3

PFL - 2

BLOCO PSDB/PPB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS) - 1

SECRETÁRIA: GILDETE LEITE DE MELO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541

FAX: 311- 4315

E.MAIL- gildete@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- **Retirada as indicações pelas Lideranças em 6 e 13.9.2000.**

Atualizada em 30/05/2001

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: RICARDO SANTOS					
Vice-Presidente: MOREIRA MENDES					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Amir Lando	RO	3130/3132	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Casildo Maldaner	SC	2141/2146	2 – Pedro Simon	RS	3230/3232
Gerson Camata	ES	3203/3204	3 – Vago (2)		
Gilvam Borges	AP	2151/2157	4 – Sérgio Machado	CE	2281/2285
Marluce Pinto	RR	1301/4062	5 – Alberto Silva	PI	3055/3057
Nabor Júnior	AC	1478/4619	6 – Maguito Vilela	GO	3149/50
José Sarney	AP	3429/3430	7 – Juvêncio da Fonseca	MT	3015/3016
Valmir Amaral	DF	4064/4065	8 – Vago		
Ney Suassuna	PB	4345/4346	9 – Vago		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	Lindberg Cury	DF	2011/2017
Moreira Mendes	RO	2231/2237	Bernardo Cabral	AM	2081/2087
Waldeck Ornelas	BA	2211/2215	Francelino Pereira	MG	2411/2417
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
José Jorge	PE	1284/3245	Romeu Tuma	SP	2051/2057
Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057	Paulo Souto	BA	3173/3175
(Vaga cedida ao PTB)			Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Freitas Neto	PI	2131/2137	1 – Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071
Artur da Távola	RJ	2431/2432	2 – Lúdio Coelho	MS	2381/2387
Ricardo Santos	ES	2022/2024	3 – Chico Sartori	RO	2251/2258
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	4 – Romero Jucá	RR	2111/2117
Benício Sampaio	PI	3085/3086	5 – Lúcio Alcântara	CE	2301/2307
Luiz Pontes	CE	3242/3249	6 – Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 – Geraldo Cândido	RJ	2117/2177
Emília Fernandes	RS	2331/2337	2 – Tião Viana	AC	3038/3493
Marina Silva	AC	2181/2187			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Álvaro Dias	PR	3206/3207	1 – Lauro Campos	DF	2341/2347
			2 – Sebastião Rocha	AP	2241/2247
PSB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Paulo Hartung	ES	1031/1129	1 – Roberto Saturnino (1)	RJ	4229/4230
PTB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Arlindo Porto (por cessão do PFL)	MG	2321/2327			

(1) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(2) Vaga deixada pelo Sr. Robinson Viana, em virtude da reassunção do titular, Senador Ney Suassuna, em 8.04.2002.

Reuniões: Quintas-feiras às 14:00 horas

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

PMDB

VAGO
VAGO
VAGO

PFL

VAGO
VAGO

BLOCO PSDB/PPB

VAGO
VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT,PPS)

VAGO
VAGO

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604
3276
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-

ATUALIZADA EM:

4.2) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

PRESIDENTE: FREITAS NETO

VICE-PRESIDENTE: SATURNINO BRAGA

COMPOSIÇÃO: 12 TITULARES E 12 SUPLENTE

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

JOSÉ FOGAÇA (2)	RS-1207/1607	1-VALMIR AMARAL	DF-1962
GERSON CAMATA	ES-3203/04	2-NABOR JÚNIOR	AC-1478/4619
PEDRO SIMON	RS-3232	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-3015/16	4-MAURO MIRANDA	GO-2091/92

PFL

FREITAS NETO	PI – 2131/37	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-VAGO	
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	3-ROMEU TUMA	SP-2051/57

BLOCO (PSDB/PPB)

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	1-VAGO	
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	2-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)

GERALDO CANDIDO (PT)	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY (PT)	SP-3213/15
EMÍLIA FERNANDES (PT)	RS-2331/37	2-MARINA SILVA (PT)	AC-2182/84

PSB

ROBERTO SATURNINO (3)	RJ-4229/30	VAGO	
-----------------------	------------	------	--

PDT

(1) Em virtude da reassunção do Senador Artur da Távola, em 25/09/2001.

(2) Desfilou-se do PMDB, em 01.10.2001, filiando-se ao PPS, sendo substituído na Comissão pelo Senador Sérgio Machado, em 10/10/2001.

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

4.3) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO (BANCADA DO LIVRO)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTE

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-GERSON CAMATA	ES-3203/04
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
PFL			
ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	BA-2191/96	1-WALDECK ORNÉLAS	BA-2211/17
FRANCELINO PEREIRA	MG-2414/17	2-MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
BLOCO (PSDB/PPB)			
RICARDO SANTOS	ES-2022/24	1-FREITAS NETO	PI-2131/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2303/08	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
EMÍLIA FERNANDES - PT	RS-2331/37	1-ROBERTO SATURNINO – PT	RJ-4229/30
PDT			

REUNIÃO: ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 16/05/02

4.4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

PRESIDENTE: GERALDO ALTHOFF

VICE-PRESIDENTE: LUIZ OTÁVIO

COMPOSIÇÃO: 7 TITULARES E 7 SUPLENTEs

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
VALMIR AMARAL	DF-1962	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MAGUITO VILELA	GO-1440/1132	2-AMIR LANDO	RO-3130/32
PFL			
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47	1-ROMEU TUMA	SP-2051/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2072/73	2-LINDBERG CURY	DF-4070/71
BLOCO (PSDB/PPB)			
BENÍCIO SAMPAIO	PI-3085/87	1- CHICO SARTORI	RO-
LUIZ OTÁVIO (PPB)	PA-3050/4393	2-(VAGO)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
		1-GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ-2171/77
PDT			
ÁLVARO DIAS	PR-4059/60		

REUNIÃO: 2ª FEIRA ÀS HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604/2006
FAX: 311-3121/ 1319
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEM. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 22/05/2002

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE					
Presidente: JEFFERSON PÉRES					
Vice-Presidente: VAGO					
(19 titulares e 19 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106	1 – Mauro Miranda	GO	2091/2095
Iris Rezende	GO	2032/2039	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
João Alberto Souza	MA	4073/4074	3 – Pedro Simon	RS	3230/3232
José Sarney	AP	3429/3430	4 – Roberto Requião	PR	2401/2407
Sérgio Machado	CE	2281/2285	5 – Wellington Roberto (1)	PB	3194/3195
Valmir Amaral	DF	1964/1965	6 – Nabor Júnior	AC	1478/4619
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Francelino Pereira			1 – Jorge Bornhausen	SC	1123
Bernardo Cabral	AM	2081/2087	2 – Bello Parga (3)	MA	3069/3072
Romeu Tuma	SP	2051/2057	3 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
José Agripino	RN	2361/2367	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Moreira Mendes	RO	2231/2237	5 – Paulo Souto	BA	3173/3175
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Melo	RN	2371/2377	Artur da Távola	RJ	2431/2432
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095
José Serra	SP	2351/2352	Freitas Neto	PI	2131/2137
Benício Sampaio	PI	3085/3086	Luiz Otávio	PA	1027/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido	RJ	2117/2177	1 – Eduardo Suplicy	SP	1478/4619
Tião Viana	AC	3038/3493	2 – Emília Fernandes	RS	2331/2337
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Jefferson Peres	AM	2061/2067	1 – Álvaro Dias	PR	3206/3207
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Roberto Saturnino (2)	RJ	4229/4230		PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002, e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas

Secretário: Maria Lúcia Ferreira de Melo

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

Atualizada em :09/10/2002

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI					
Presidente: ALBERTO SILVA					
Vice-Presidente: LÚDIO COELHO					
(23 titulares e 23 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016
Fernando Ribeiro	PA	2441/2447	2 – Iris Rezende	GO	2032/2039
Valmir Amaral	DF	1961/1066	3 – Gerson Camata	ES	3203/3204
Mauro Miranda	GO	1478/4619	4 – Ney Suassuna	PB	4345/4346
Nabor Júnior	AC	2401/2407	5 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Roberto Requião	PR	1101/1201	6 – Wellington Roberto (2)	PB	3139/3141
Marluce Pinto	RR		7 – Maguito Vilela	GO	1132/1332
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Romeu Tuma	SP	2052/2053	1 – Jonas Pinheiro	MT	2271/2272
Paulo Souto	BA	3173/3175	2 – Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196
Leomar Quintanilha	TO	2071/2072	3 – Maria do Carmo Alves	SE	4055/4057
José Jorge	PE	1284/3245	4 – Geraldo Althoff	SC	2041/2047
Arlindo Porto (Cessão ao PTB)	MG	2321/2327	5 – Carlos Patrocínio (Cessão ao PTB)	TO	4058/4068
Lindberg Cury	DF	2011/2017	6 – Waldeck Ornelas	BA	2211/2215
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Lúdio Coelho	MS	2381/2387	1 – Chico Sartori	RO	2251/2258
José Serra	SP	2351/2352	2 – Benício Sampaio	PI	3085/3086
Teotônio Vilela Filho	AL	4093/4095	3 – Luiz Pontes	CE	3242/3249
Luiz Otávio	PA	3050/3093	4 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	5 – Romero Jucá	RR	2111/2119
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Geraldo Cândido (PT)	RJ	2117/2177	1 – Emília Fernandes (PT)	RS	2331/2337
Heloísa Helena (PT)	AL	3197/1508	2 – Tião Viana (PT)	AC	3038/3493
José Eduardo Dutra (PT)	SE	2391/2397			
Paulo Hartung (PSB) (1)	ES	1129/7020			
PDT					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
			1 – Sebastião Rocha	AP	2242/2243
			2 – Lauro Campos	DF	2341/2347
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Ademir Andrade	PA	2101/2109	1 – Roberto Saturnino (3)	RJ	4229/4230

(1) Desfilou-se do PPS, em 02.10.2001, filiando-se ao PSB em 05.10.2001

(2) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(3) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas (Ata publicada no DSF, de 12.09.97, páginas 18655/6)

Reuniões: Terças-feiras às 14:00 horas (Regimento Interno)

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Celso Parente

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607/4354

Fax: 311-3286

Atualizada em : 09/10/2002

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE: Senador Geraldo Cândido

RELATOR: Senador Valmir Amaral

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB			
Alberto Silva	PI – 3055/57	1- Iris Rezende	GO – 2032/39
Roberto Requião	PR – 2401/07	2- Valmir Amaral	DF – 1961/66
Gerson Camata	ES – 3203/04	3- Gilberto Mestrinho	AM – 3104/06
PFL			
Paulo Souto	BA – 3173/75	1- Mario do Carmo Alves	SE – 1306/4659
Jonas Pinheiro	MT – 2271/77	2 – VAGO	
BLOCO PSDB/PPB			
Teotonio Vilela Filho	AL – 4093/95	1- Luiz Otávio	PA – 3050/3093
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PPS)			
Geraldo Cândido	RJ – 2171/77	1- Roberto Saturnino	RJ – 4229/30
PDT			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM:

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC					
Presidente: AMIR LANDO					
Vice-Presidente: JONAS PINHEIRO					
(17 titulares e 9 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Alberto Silva	PI	3055/3057	1 – Gilberto Mestrinho	AM	3104/3106
Ney Suassuna	PB	4345/4346	2 – Francisco Escórcio	DF	3069/3072
Juvêncio da Fonseca	MS	3015/3016	3 – Wellington Roberto (1)	PB	3139/3141
Fernando Ribeiro	PA	1049			
Valmir Amaral	DF	1961/1966			
Amir Lando	RO	3130/3132			
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Antonio Carlos Júnior	BA	2191/2196	1 – Bello Parga	MA	3069/3072
Geraldo Althoff	SC	2041/2047	2 – Francelino Pereira	MG	2411/2417
Moreira Mendes	RO	2231/2237			
Jonas Pinheiro	MT	2271/2272			
BLOCO PSDB/PPB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Siqueira Campos	TO	4070/4071	1 – Freitas Neto	PI	2131/2137
Chico Sartori	RO	2251/2258	2 – Ricardo Santos	ES	2022/2024
Romero Jucá	RR	2111/2117			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT,PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
Eduardo Suplicy	SP	1478/4619	1 - José Eduardo Dutra	SE	2391/2397
Heloísa Helena	AL	3197/3199			
PDT					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
Jefferson Péres	AM	2061/2067			
PSB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
	RJ	4229/4230	1 – Ademir Andrade	PA	2101/2109

(1) Comunicação de filiação ao PTB publicada no DSF de 23/02/2002

(2) Comunicação de desligamento do PSB publicada no DSF de 07/03/2002 e de filiação ao PT publicada no DSF de 17/05/2002

(3) Licenciado por 121 dias, a partir de 02/04/2002.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Atualizada em : 09/10/2002

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

SUBCOMISSÃO DESTINADA A ANALISAR O DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL PROFERIDA NO PROCESSO EM QUE FIGURAM COMO PARTES O BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB E A EMPRESA AGROINDUSTRIAL E REFLORESTADORA - S/A - ARISA.

**PRESIDENTE: SENADOR ALBERTO SILVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR MOREIRA MENDES
(05 TITULARES E 03 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/57	1-WELLINGTON ROBERTO (3)	PB-3194/95
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393		
PFL			
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	1-FREITAS NETO (1)	PI-2131/37
BLOCO (PSDB/PPB)			
VAGO (4)		1-RICARDO SANTOS	ES-
		2022/24	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PPS)			
PDT			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67		

(1) Desfilou-se do PFL, filiando-se ao PSDB, sendo substituído na Comissão pelo Senador Jonas Pinheiro, em 10/10/2001, e designado membro suplente, pelo Bloco PSDB/PPB, em 17/10/2001.

(2) Filiou-se ao PPB.

(3) Substituído na Comissão pelo Senador Amir Lando, em 21/11/2001.

(4) Nos termos do Ato nº 1, de 2002, da Mesa do Senado Federal, que declarou a perda do mandato do Senador Fernando Matusalém,

pela representação do Estado de Rondônia (Publicado no DSF, de 06/03/2002)

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

Email: jcarvalho@sgmsleg.senado.gov.br

ATUALIZADA EM: 05/03/2002

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretária-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes

(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
ADIR GENTIL	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpcm@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 29/05/2002

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 030002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 114 PÁGINAS